

MARINEZ DO NASCIMENTO

**SEM-ABRIGO: PERSPECTIVA DA REINSERÇÃO SOCIAL,
UMA NOVA VIDA PÓS-RUA**

Orientador: João Pedro Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

MARINEZ DO NASCIMENTO

**SEM-ABRIGO: PERSPECTIVA DA REINserÇÃO SOCIAL,
UMA VIDA PÓS-RUA**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social, no Curso de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 25 de Maio de 2016 com o Despacho Reitoral nº 124/2016 com a seguinte composição de Júri:

Presidente-Professor Doutor José Brites

Arguente-Professor Doutor Carlos Alberto Poiares

Orientador: Professor Doutor João Pedro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

“O mundo é de quem não sente. A condição essencial para se ser um homem prático é a ausência de sensibilidade.” (Fernando Pessoa)

“Alguns têm na vida um grande sonho e faltam a esse sonho. Outros não têm na vida nenhum sonho, e faltam a esse também”. (Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTO

Gostaria de deixar o meu agradecimento a diversas pessoas, pois sem o seu contributo não seria possível concluir este trabalho. Ajudaram-me no meu crescimento pessoal e profissional ao longo do percurso académico.

A Deus, pois mesmo nos piores momentos, Ele nunca me desamparou.

Ao meu Professor, Doutor João Pedro Oliveira, orientador desta dissertação, pela transmissão de conhecimentos, pelo apoio científico, reforço positivo, confiança, compreensão, pelos seminários e a disponibilidade demonstrada ao longo deste trabalho.

À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, em especial a todos os professores da Escola de Psicologia e Ciências da Vida, pelo compromisso assumido, pelo interesse e desempenho de todas as tarefas que se disponibilizaram. Obrigada.

À Instituição Junta de Freguesia, onde concluí o meu estágio académico, pois sem este apoio, não poderia concluir este trabalho.

À minha família, já que, mesmo estando longe, nunca deixaram de me incentivar, mesmo nas horas mais difíceis.

Aos meus amigos (as), mesmo sendo poucos, são verdadeiros, onde destaco a Gisele, pela compreensão e palavra amiga nas horas difíceis.

À minha irmã Márcia, para a qual muitas vezes chorei, já que nunca deixou com que eu desistisse, pois sabe como somos persistentes no que queremos e que vamos sempre até o fim!

Ao meu “namorado” Carlos, anos ao meu lado e que ficou admirado por não ter desistido no primeiro ano da licenciatura! Sempre me deu força, incentivo, compreensão nos momentos mais difíceis, e nunca me deixou desistir. És o grande merecedor de tudo isto! Devo-te tudo isto! Obrigada por tudo!!

Obrigada a todos.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo contribuir para a compreensão das trajetórias de vida da população sem-abrigo, no contexto de exclusão social. Pretende-se, então, compreender quais os fatores que levam os indivíduos à situação de Sem-Abrigo e a importância de um emprego para esta população. Sendo que uma das causas associadas à situação de Sem-Abrigo é o desemprego, seguidas de outras como, problemas do foro mental, ruturas afetiva, emocional, familiar, social e institucional, pareceu-me pertinente abordar esta perspetiva dado que são ruturas e condições que podem levar uma pessoa a viver na rua. Esta população não se sente devidamente integrada na sociedade por não terem um emprego digno, capaz de lhes satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Palavras-Chave: Sem-abrigo, Emprego, Exclusão Social, Rutura.

ABSTRACT

This study aims to contribute to the understanding of the life trajectories of the homeless population in the context of social exclusion. It is intended, then, to understand the factors that lead individuals to homeless situation and the importance of employment for this population. And one of the causes associated with the homeless situation is unemployment, followed by others as a mental health problem, affective disruptions, emotional, family, social and institutional, it seemed therefore appropriate to address this given perspective that are disruptions and conditions that can lead a person and live on the street. This population doesn't feel fully integrated into society because they have decent jobs for basic meeting their needs.

Keywords: Homeless, Employment, Social Exclusion, Rupture.

LISTA DE ABREVIATURAS

DIS - Diagnostic Interview Schedule

E.U.A – Estados Unidos da América.

EAPN – *European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza).

ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional.

EUROSTAT – Autoridade Estatística da União Europeia.

F.E.A.N.T.S.A. – (Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo) European Federation of National Organizations Working With Homeless.

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

P.P – Pontos Percentuais.

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão.

PSP – Polícia de Segurança Pública.

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.

RSG – Rendimento Social Garantido.

RSI – Rendimento Social Inserção.

S.C.M.L. – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

S.E.F. – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SS – Segurança Social.

UE – União Europeia.

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana.

ÍNDICE

Introdução.....	13
Parte A.....	17
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
Capítulo 1.....	18
1.1. Pobreza e Pobreza em Portugal	18
1.2. Tipos de Pobreza.....	27
1.3. Exclusão Social.....	29
1.4. Tipos de Exclusão Social.....	31
Capítulo 2.....	35
2.1. O Sem-Abrigo.....	35
2.2. O perfil do Sem-Abrigo.....	42
2.3. Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional.....	44
2.4. Compreensão da problemática e das trajetórias de vida dos Sem-Abrigo.....	47
2.5. Estratégias para Sobreviver.....	49
2.6. Desenvolvimento do fenómeno dos Sem-Abrigo.....	51
2.7. Abordagem psicossocial dos Sem-Abrigo.....	54
Capítulo 3.....	58
3.1. Saúde dos Sem-Abrigo.....	58
3.2. Saúde Mental.....	59
3.3. Toxicodependência.....	62

Capítulo 4.....	66
4.1. Os imigrantes em condições de Sem-Abrigo em Portugal.....	66
Capítulo 5.....	72
5.1. Importância da integração/inserção social do Sem-Abrigo.....	72
5.2. Rendimento Social de Inserção.....	74
5.3. Inclusão Social.....	76
5.4. Psicologia Forense e da Exclusão Social: O Papel do Psicólogo.....	78
Parte B.....	82
Capítulo 1.....	83
1.1. Considerações Metodológicas.....	83
1.2. Objetivos.....	83
1.3. Amostra.....	84
1.3.1. Participantes.....	84
1.3.2. Caracterização dos participantes.....	84
1.4. Instrumento de Avaliação.....	85
1.5. Procedimentos.....	85
1.6. A experiência de campo.....	86
Conclusão.....	94
Referências Bibliográficas.....	99

Anexos.....	I
Anexo I (Declaração de Consentimento Informado).....	III
Anexo II (Questionário Sociodemográfico).....	V
Anexo III (Entrevista sujeito 1).....	X
Anexo IV (Entrevista sujeito 2).....	XIX
Anexo V (Entrevista sujeito 3).....	XXX
Anexo VI (Entrevista sujeito 4).....	XXXV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.....	84
Quadro 2.....	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo perceber as problemáticas do fenómeno da população desconhecida e desapercebida por muitos, os Sem-Abrigo.

Foram alguns meses de trabalho de campo com esta população, como observadora nas saídas noturnas com a equipa de uma Instituição de Lisboa. O trabalho de campo foi realizado uma vez por semana, em horário noturno, com uma duração de aproximadamente duas horas, normalmente das 22:00 até às 24:00 horas.

A Instituição tem um projeto com a equipa da Ação Social, direcionado para a população Sem-Abrigo, com o propósito de “sinalizar” esta população, para assim, em conjunto com outras Instituições, focalizar e priorizar a resolução da problemática mais adequada para a situação que se encontra o Sem-Abrigo. Intervir para uma inclusão social e tentar encaminhá-los para locais que dão as respostas às necessidades básicas e precisas, é a missão da equipa de Ação Social. É um trabalho no qual há dois coordenadores e alguns voluntários. Uma das voluntárias faz este trabalho há muitos anos, facto que facilita a abordagem, pois conhecendo a maioria dos Sem-Abrigo da zona, já conhece toda a sua história de vida e, na maioria das vezes, conhece todas as intervenções pelas quais o indivíduo já passou. O projeto tem como objetivo, como já foi referido, identificar as problemáticas dos Sem-Abrigo nas proximidades da Instituição, uma zona central de Lisboa. Nas diversas tentativas de intervenções, nas quais se destaca a de uma (re) inserção social, tenta-se perceber qual a mais adequada para cada indivíduo, desde tratamento hospitalar; internamento para tratamento de problemas de toxicodependência e/ou álcool ou até mesmo internamento psiquiátrico; encaminhamento para dar entrada no Rendimento Social de Inserção – RSI (temática que será abordado nos capítulos à frente); ou ajuda para permenecerem num alojamento. Há situações que são resolvidas com sucesso, há outras que simplesmente não são resolvidas, quer seja por problemas alheios à Instituição ou até mesmo a desistência do próprio Sem-Abrigo.

Nas saídas noturnas procede-se a uma primeira avaliação, de modo a identificá-los, criando uma abordagem informal e criar um laço de afetividade e confiança para com esta população, para posteriormente estabelecer um programa mais adequado de intervenção de

(re) inserção social. Assim, dando uma continuidade de apoio social, o Sem-Abrigo é encaminhado para o Gabinete de Ação Social, que fica na sede da Instituição.

Não só nesta Instituição, mas em várias instituições por Lisboa e em todo o país, há este modelo de trabalho com a população Sem-Abrigo a fim de os ajudar, quer a nível pessoal, quer a nível da sua inserção na sociedade. Como já foi mencionado, este trabalho só tem dimensão por haver uma multiplicidade de movimentos que é organizado pelas “Equipas de Rua”, que tentam proporcionar alguma dignidade aos que, por múltiplos motivos, fizeram da rua a sua casa. As equipas variam de acordo com o trabalho e necessidades. Enquanto umas equipas procuram auxiliar as necessidades referente à alimentação, outras auxiliam na distribuição de roupas e cobertores. Há ainda outras equipas que prestam os cuidados básicos de saúde e auxiliam na prevenção de possíveis doenças através da entrega de preservativos, proporcionando também a possibilidade de alguma higiene pessoal, como tomar banho. São essas preocupações, *à priori*, que as equipas de rua e associações exercem este trabalho com a população Sem-Abrigo, promovendo sinalizações, proporcionando assistências básicas e analisando necessidades individuais.

Para a concretização deste trabalho, serão identificadas as características sociodemográficas variáveis tais como a idade, o estado civil, a etnia, a naturalidade e as habilitações literárias. Serão ainda identificados os tipos de recursos económicos dos indivíduos, se exercem uma atividade profissional para seu sustento, o tempo que se encontram na situação de Sem-Abrigo, o seu local de pernoita, os laços familiares, quanto tempo ainda pretende ficar nesta situação, a importância de um trabalho e as suas motivações, etc. Só através destas características é possível descrever a população Sem-Abrigo. Através destas variáveis podemos compreender as causas específicas da situação que se encontra o Sem- Abrigo, se realmente a situação é SER ou ESTAR Sem-Abrigo.

O trabalho realizado para conclusão da investigação, será dividido em quatro etapas: observação exploratória com a população-alvo; enquadramento teórico; metodologia (entrevista) e conclusão.

Como ponto de partida de trabalho, foi realizado um estudo de observação participante, diretamente com a população-alvo, acompanhando uma equipa de ação social da instituição. Assim, pretendeu-se compreender os conceitos da exclusão social, pobreza, o fenómeno Sem-Abrigo e a importância da inclusão social.

Na segunda fase, o enquadramento teórico, foi feita uma vasta revisão da literatura, pesquisas bibliográficas, relatórios, pesquisas via internet sobre a temática empregando palavras-chave, dissertações e trabalhos de doutoramento, para enriquecimento de informação sobre a temática a explorar, pois, só assim é possível a compreensão relativamente aos conceitos da exclusão, pobreza, Sem-Abrigo, a importância da inclusão social e demais conceitos relacionados com os Sem-Abrigo.

Na terceira fase, como suporte exploratório anterior, é empregada uma metodologia com uma grande predominância qualitativa. A metodologia qualitativa tem como principal objetivo recolher dados sociodemográficos e histórias de vida, sustentadamente através de uma entrevista semiestruturada com os Sem-Abrigo, que tem como ponto de partida a pergunta: «Quais os fenómenos sociais que direcionam à situação Sem-Abrigo e a importância da inclusão social?» (qual a importância de um trabalho?...)

Sendo assim, as características deste método possibilitam uma melhor compreensão da trajetória pessoal dos entrevistados, assim como as informações sobre a história de vida de cada um.

Já na quarta fase, através da metodologia qualitativa, são analisados os resultados obtidos através da recolha de dados, tendo sempre presentes os conhecimentos obtidos nas fases anteriores. Assim sendo, proceder-se-á aos objetivos específicos alcançados na verificação das hipóteses pretendidas:

- A pobreza e a exclusão social estão relacionadas à situação Sem-Abrigo?
- A importância da inclusão social?
- A importância de um trabalho?

No que se refere ao procedimento utilizado, os recursos bibliográficos e metodologia são materiais utilizados numa vasta pesquisa e revisões literárias de informação, em artigos científicos, livros e pesquisas via internet, que são referidos bibliograficamente no final do trabalho.

A estruturação do trabalho de dissertação está dividida em duas partes: parte A – Enquadramento Teórico e parte B – Considerações Metodológicas.

Na primeira parte, parte A, o Enquadramento Teórico está representado em cinco capítulos: 1) o primeiro capítulo aborda o enquadramento teórico dos fenómenos da Pobreza, Pobreza em Portugal e Exclusão Social, fazendo um enquadramento geral do fenómeno dos Sem-Abrigo relativamente ao conceito europeu e de Portugal mais recente, focalizando particularmente o conceito da exclusão social e a relação de pobreza e também os tipos de Exclusões Sociais; 2) o segundo capítulo aborda a origem, as causas e efeitos que levam a situação Sem-Abrigo como: O Sem-Abrigo; O Perfil do Sem-Abrigo; Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional; Compreensão da problemática e das trajetórias de vida dos Sem-Abrigo; Estratégia para sobreviver; Desenvolvimento do fenómeno dos Sem-Abrigo; Abordagem psicossocial dos Sem-Abrigo; 3) no capítulo três abordam-se as doenças físicas, mentais e a toxicodependência dos Sem-Abrigo, as principais causas que empurram os indivíduos para esta situação depois da pobreza; 4) o capítulo quatro aborda a temática dos imigrantes que (sobre) vivem na condição de Sem-Abrigo em Portugal; por fim, 5) no capítulo cinco, é apresentada a importância da inclusão social, nomeadamente a importância da integração/inserção do Sem-Abrigo; RSI, Inclusão Social e Psicologia Forense e da Exclusão Social: O Papel do Psicólogo.

Na segunda parte do trabalho, parte B, são apresentadas as considerações metodológicas sociodemográficas como: o sexo, a idade, a habilitação literária e a nacionalidade. É apresentada também a amostra que se refere ao público-alvo deste estudo, a caracterização dos participantes e a experiência de campo. A investigação empírica foi realizada através de entrevista semiestruturada, aplicada durante um trabalho de campo, onde se fez a caracterização de quatro Sem-Abrigo da região de Lisboa.

Para finalizar, é apresentada a conclusão do trabalho de campo. Nesta parte é essencial perceber a importância de um trabalho para esta população, considerando que umas das principais ruturas que leva um indivíduo para a rua é a perda do emprego.

PARTE A

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1

1.1. Pobreza e Pobreza em Portugal

Os primeiros estudos sociais sobre a pobreza surgiram por volta dos finais do século XVIII, em Inglaterra, em pleno desenvolvimento da Revolução Industrial, já apontada desde a Antiguidade e na Idade Média (Toscano, 1993). Segundo a autora, então até à Revolução Industrial, predominou uma “perspectiva moralista e normativa da religião católica” (Toscano, 1993, p. 305) sobre a pobreza. Nesta época, os pobres eram apontados como um mal social essencial, onde possibilitava aos outros não pobres fazerem bondade para mérito da salvação das almas. No entanto, esta postura sobre a serventia da pobreza, dava a legitimidade e atuava como um estímulo diferencial nas pessoas. Portanto, a pobreza era classificada como um aspeto integrante da vida humana, um fenómeno praticamente necessário e natural. Na Idade Média criaram-se inúmeras instituições como hospitais, manicómios, gafarias, leprosarias, exclusivamente para o acolhimento de pessoas que se encontravam doentes, pessoas estas, merecidas de compaixão.

Os primeiros estudos realizados sobre a pobreza em Portugal foram realizados nos anos 80, mas só no ano de 2004 foi realizado o primeiro inquérito nacional sobre a perceção social deste fenómeno. Relativamente aos estudos atuais sobre esta temática, podemos constatar que as suas conclusões apontam para as perceções do aumento da pobreza, sendo cada vez mais associada ao mundo real, relativamente ao aumento da crise mundial. Uma segunda edição do inquérito é efetuado após cinco anos, em 2009, onde realiza a primeira sondagem particularmente sobre a pobreza. O inquérito nacional é efetuado pela Rede Europeia Anti-Pobreza e pela Amnistia Internacional, com a colaboração do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, a qual se associou na análise de dados o SOCIUS-ISEG. O objetivo principal deste inquérito é conhecer as perceções subjetivas da população que reside em Portugal Continental sobre a pobreza (Rego, 2010).

Segundo o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI, 2006), os objetivos de redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como o combate à pobreza e exclusão social, têm assumido um papel central na definição da Estratégia de Proteção Social e Inclusão Social

dos últimos anos. É hoje assumido pelos principais intervenientes que a pobreza, mais do que algo que conduz à violação dos direitos humanos, é ela própria que revela uma violação desses mesmos direitos.

Perseverando em Portugal como uma das realidades sociais mais preocupantes, em 2006 o risco de pobreza atingia cerca de 18% dos indivíduos. Sendo um valor ainda acima da média europeia, ele representa também um progresso significativo ao longo da última década: em 1995, o risco de pobreza situava-se nos 23% (PNAI, 2006). Os estudos sobre a pobreza, em termos gerais, têm vindo a ser fundamentais para a consolidação do conhecimento e do reconhecimento político deste problema, contribuindo para a correta definição de políticas de combate à pobreza e à exclusão. Por suavez, o avanço nas políticas públicas na área da proteção social, nomeadamente no plano das transferências sociais, desempenha um importante papel na redução dos riscos de pobreza.

Há pessoas que presenciam a pobreza temporária, em determinadas ocasiões ou momentos das suas vidas. Outras, por outro lado, vivem a pobreza como sendo uma condição permanente: nasceram em famílias pobres e continuaram empobrecidas pela vida fora (Costa, 1998). Pode-se dizer que, todas as pessoas irão, num determinado momento, passar por circunstâncias ou por algum motivo por situações de pobreza, onde passamos assim ser vítimas da exclusão social. Desta forma, a pobreza sendo um fenómeno que sempre existiu, constata-se que, na atualidade, este fenómeno vem aumentando e potenciando outro fenómeno que é a exclusão social, caracterizando assim um fenómeno mais recente, com contornos mais específicos de cada época e conjuntura político-social.

Como referem os autores Costa *et al.* (2008), “uma definição de pobreza é apenas um ponto de partida indispensável para que se possa distinguir o pobre do não-pobre” (p. 31). Assim, neste estudo e praticamente em quase todos os estudos que abordam a temática da pobreza e da exclusão social, podemos ponderar que a pobreza, no seu sentido amplo, pode ser compreendida como a carência de bens e serviços essenciais, tais como o acolhimento para dormir, alimentação, vestuário e cuidados de saúde. Bens e serviços que são essenciais para o desenvolvimento de qualquer pessoa e para a sua sobrevivência. Assim, segundo Costa *et al.* (2008), entende-se por pobreza uma situação “de privação por falta de recursos” (p. 62). Neste sentido, a ideia de pobreza “é indissociável da noção de privação, de necessidades básicas humanas” (p. 31).

Estudos já realizados sobre a temática, quer na Europa quer no mundo, utilizam vários conceitos, cada qual com seus defensores e críticos. Muitas vezes, referindo-se mais por razões de natureza prática (são existências de dados de base e a necessidade de comparações internacionais) do que mesmo critérios científicos (Costa, 1998).

Nas últimas décadas, vários autores estudaram e refletiram sobre as questões relacionadas com a pobreza e com a exclusão social. Enquanto uns referiram existir uma relação direta entre o capitalismo, a pobreza e a exclusão social, outros autores, como por exemplo Castel (1997) destacaram a precarização, desafiliação, vulnerabilidade e marginalização. Todavia, estes últimos autores tentaram, de uma forma mais fiável, transmitir uma definição de pobreza e de fragilidade social, situações em que muitas pessoas vivenciam na atualidade social.

No mesmo sentido, a falta de recursos às necessidades humanas básicas, implica que o indivíduo não tenha uma relação satisfatória com os sistemas sociais geradores de rendimentos. Simultaneamente, a privação também apresenta uma relação fraca ou de rutura com diversos outros sistemas sociais (sistema de bens, sistema de saúde, etc.). Assim, quanto maior for a situação de privação maior será o número de sistemas sociais envolvidos, pelo que mais profundo será o estado de exclusão social, Castel (1997). Segundo a lógica dos autores Costa *et al.* 2008, “a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito existem formas de exclusão social que não implicam pobreza” (Costa *et al.* 2008, p. 63). Um bom exemplo dessa situação é o caso de um idoso em que seu problema não seja económico, mas de isolamento da sociedade.

Segundo Costa *et al.* (2008) esclarece que são os fatores de natureza social que “conduzem à exclusão, afetando grupos, que devido ao modelo de organização da sociedade e dos estilos de vida dominantes, não têm lugar na sociedade em geral” (p.73). Concernente a isto, usa, como exemplo, casos de algumas pessoas idosas que, apesar de não possuírem privação de recursos, mesmo assim, são excluídas pela sociedade, devido ao fato de se autoisolarem da sociedade. É predominante a este propósito, uma exclusão social ao nível dos laços sociais, de privação de relacionamento.

Com diferentes temáticas abordadas no trabalho de Costa *et al.* (2008), um estudo importante acerca da pobreza e da exclusão social em Portugal está presente no livro «Um

Olhar Sobre A Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo». Os seus autores analisam a distinção entre os conceitos de pobreza e de desigualdade social. Como é salientado, embora em muitos casos possa estabelecer-se uma associação entre estes, nem sempre o cenário de maior desigualdade significa uma situação generalizada de pobreza: “do ponto de vista teórico, podem existir situações de altos níveis de desigualdade sem pobreza, bem como altas taxas de pobreza praticamente sem desigualdade” (p. 54). Assim, é possível afirmar que, o primeiro caso ocorre quando os mais ricos estão muito acima da linha de pobreza e os menos abastados estão situados pouco acima dessa linha. Já na segunda situação, há uma distribuição em que os pobres estão pouco abaixo da linha de pobreza e os não-pobres pouco acima da mesma linha.

No trabalho de Costa *et al.* (2008), destacam-se dados referenciados no capítulo «Dinâmicas temporais de vulnerabilidade à pobreza», os quais, analisados e extraídos do Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia, no período (1995-2000), comprovam a apresentação de um número impressionante: durante o período considerado, os seis anos de estudo, “46% das pessoas e 47% dos agregados passaram pela pobreza” em, pelo menos, um dos seis anos. No outro extremo, “mantiveram-se persistentemente na pobreza, durante todo o período de seis anos aproximadamente, 6,5% dos indivíduos”. Porém, “dentre os indivíduos que foram pobres em pelo menos um ano, cerca de 14,6% permaneceram na pobreza durante todo o período de 6 anos” (p. 103). Os mesmos autores ressaltam ainda que a pobreza “estará a ser encarada, não como um fenómeno estático, que se mede num único ano, mas como um processo melhor captado pela análise dinâmica verificada no percurso de um certo período” (p. 105). É assim calculada uma taxa de pobreza, em sentido lato, que contempla precisamente esse carácter dinâmico.

No mesmo trabalho, a metodologia caracterizou perfis mais fundamentais da pobreza, iniciando-se uma definição particularizada sobre o conjunto de variáveis de caracterização. Entretanto, a composição espacial surge ainda como um elemento fortemente diferenciador, pelo facto de se observar “que a vulnerabilidade à pobreza é fracamente maior nas áreas de baixa densidade populacional, onde abrange mais de 60% da população, verificando-se que a incidência da pobreza diminui à medida que a densidade populacional aumenta” Costa *et al.* (2008) (p. 108, 109). Os mesmos autores destacam ainda que no meio rural a incidência de pobreza é consideravelmente maior relativamente às áreas mais

urbanizadas, fator que se deve, em parte, ao maior envelhecimento populacional de algumas zonas de baixa densidade.

Na realidade, como demonstram os resultados do trabalho de Costa *et al.* (2008), é na população mais idosa que se identifica o maior nível de pobreza. Os idosos com idade acima dos 75 anos, aparecem com uma percentagem de 63%, pouco representados por razões demográficas, são os mais vulneráveis à pobreza. Já os que atingem a idade entre os 65 aos 74 anos, verifica-se também uma taxa elevada a vulnerabilidade à pobreza. Constatase, portanto, que mais de metade (54%) dos indivíduos passou pela pobreza durante o período em análise. Todavia, o segundo grupo etário com maior incidência é precisamente o dos mais jovens (com idades inferiores a 17 anos), o qual representa quase 24% do número total da pobreza, seguido pela idade ativa média (entre os 35 e 54 anos de idade) com a percentagem de 22%. Nota-se, no entanto, que “nenhum dos grupos etários está isento desta forma de pobreza, embora os diversos grupos sejam vulneráveis à pobreza em grau diverso”. Esta polarização etária significa um dos traços mais marcantes da pobreza em Portugal, sobretudo no que refere-se a este último grupo: “é particularmente preocupante que mais de metade (54%) dos jovens e crianças tenha experimentado a pobreza em pelo menos um dos seis anos do estudo” Costa *et al.* (2008) (p. 111). Assenta-se que, o valor médio para a população geral ronda os 46%.

Costa *et al.* (2008) ressalva que, do ponto de vista quantitativo, a pobreza já não é, entre nós, um fenómeno predominantemente rural, como ocorria na década de 1980. Sublinhe-se, no entanto, que a vulnerabilidade à pobreza apresenta um aumento regular quando nos deslocamos do povoamento denso para o escasso (incidências de 16,4%, 25,1% e 31,5% relativamente). No ano de 2004 a população pobre dividia-se, por género, da seguinte forma: 54,2% eram mulheres e 45,8% homens. Estes dados assemelham-se a valores registados para a população pobre em pelo menos um ano no período de 1995-2000. Continua a ser a população feminina que apresenta uma vulnerabilidade à pobreza ligeiramente superior (22%). (Costa *et al.* 2008, p. 144).

O que muitos debates revelam sobre a pobreza, principalmente na União Europeia (UE), é que está profundamente associada à «exclusão social». O termo de exclusão social é frequentemente usado para descrever os processos que colocam as pessoas à margem da sociedade e que limitam o seu acesso aos recursos e às oportunidades. Limitam a sua

participação na vida social e cultural, fazendo com que se sintam marginalizados, vulneráveis e discriminados. Outro termo muito usado, conjuntamente com a de pobreza, é o da «vulnerabilidade». As pessoas encontram-se numa situação vulnerável quando o seu bem-estar está ameaçado pela falta de recursos, por endividamento, uma saúde frágil, com fraca escolaridade, numa habitação e num meio impróprio. São conceitos que caracterizam a pobreza. Entretanto, nem todas as pessoas socialmente excluídas ou vulneráveis são pobres, documento explicativo da *European Anti Poverty Network* (EAPN) da dimensão da pobreza (EAPN, 2013).

Segundo dados publicados do EUROSTAT (Autoridade Estatística da União Europeia), estratégias 2015 a 2020 (Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2015), documentado no último relatório estatístico, o qual reúne informações a nível Europeu e Nacional, convergindo nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém. São parâmetros básicos em que tem assentado as estimativas mais recentes do EUROSTAT sobre a pobreza nos Estados-Membros da União Europeia.

Atualmente, o país passa por uma fase em que se fala de recuperação económica. No entanto, os últimos dados nacionais e europeus referentes à pobreza e exclusão social, refletem o impacto que a crise económica e as várias medidas de austeridade implementadas após 2008 tiveram nestes fenómenos e nas pessoas que se encontram nestas situações (EUROSTAT, 2015).

O que se verificou, foi que durante o período entre 2005 e 2008, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na U.E diminuiu de uma forma estável de 124.000,000 para 117.000,000 pessoas. O indicativo atingiu seu nível mais baixo em 2009, com cerca de 114 milhões de pessoas a viver em risco de pobreza ou exclusão social. Esta tendência positiva foi revertida nos anos seguintes. A contribuição para o aumento da pobreza foi a crise económica de 2008 e as seguintes recessões na maioria dos Estados-Membros. Embora o papel de diminuição dos estabilizadores automáticos e de outras políticas discricionárias, em 2012 o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na U.E atingiu um pico de quase 123 milhões, antes de cair quase dois milhões em 2013. Os números revelam que, aproximadamente cada quatro pessoas na U.E estavam em risco de pobreza ou exclusão social ao longo do período 2011-2013 (EUROSTAT, 2015).

Três modelos de dimensões sobre a pobreza foram mais generalizadas na EU. A pobreza monetária em 2013, onde 82,6 milhões de pessoas, representando 16,6% do total da população da U.E, estavam em risco de pobreza após transferências sociais. A segunda forma mais frequente de pobreza era a de privação material grave, que afeta 47,6 milhões de pessoas ou 9,6% de todos os cidadãos da UE. A terceira dimensão é a muito baixa intensidade de trabalho, com 39,7 milhões de pessoas que se inserem nesta categoria em 2013. Esta igualou 10,6% do total da população com idade entre 0 a 59 na U.E (EUROSTAT, 2015).

Nas três dimensões da pobreza, os grupos mais vulneráveis parecem ser os mesmos, ou seja, crianças, jovens, famílias monoparentais, famílias com três ou mais filhos a cargo, pessoas com baixo nível de escolaridade e os imigrantes. Mais de 30% dos jovens com idades compreendidas entre 18 e 24 anos e 27,6% das crianças com idade inferior a 18 estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2013 na União Européia. Além disso, uma em cada cinco crianças e jovens com idades entre 18 a 24 sofreram de pobreza monetária. No que diz respeito às pessoas mais idosas (com 65 ou mais anos), a percentagem tem sido das mais reduzidas, com 18.3%. De todos os grupos analisados, as famílias monoparentais com um ou mais filhos a cargo depararam-se com o maior risco de pobreza, mantendo-se elevado em quase 50% (EUROSTAT, 2015).

A Comissão Europeia tem como objetivo reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 20 milhões até 2020, em comparação com o nível de 2008. Em 2013, a diferença para o objetivo da U.E foi de 25 milhões de pessoas (EUROSTAT, 2015).

Segundo o relatório EAPN (2015) Rede Europeia Anti-pobreza, atualização em Abril de 2015, os dados recolhidos são: 1) no ano de 2013, 24.5% da população europeia (aproximadamente 122.6 milhões de pessoas na U.E) estava em situação considerada de risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 27.5%; 2) em termos de género, são as mulheres que predominam em maior risco de pobreza e de exclusão social (25.4%); 3) em termos etários, e para ambos os sexos, é o grupo com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontra em maior risco de pobreza e de exclusão social. As crianças, com idades até aos 18 anos, estabelecem o segundo grupo mais vulnerável à pobreza e à exclusão

social, com 27.6%. No que diz respeito às pessoas mais idosas (65 e mais anos), a percentagem tem sido das mais reduzidas, com 18.3%; 4) tendo em conta a composição do agregado familiar verificou-se que, para 2013 e para a U.E, o risco de pobreza e de exclusão social para as famílias monoparentais com um ou mais filhos a cargo manteve-se elevado, quase 50%; 5) a situação dos imigrantes também é significativamente grave a nível da UE. Em 2013, 34.4% das pessoas que viviam num país da U.E que não era aquele onde nasceram, estavam em risco de pobreza e de exclusão social; 6) em 2013, 34.8% das pessoas com nível de escolaridade inferior ao ensino secundário encontravam-se em risco de pobreza e de exclusão social (3 vezes mais em risco quando comparadas com outros grupos com nível de escolaridade superior); 7) pobreza Monetária: 16.7% da população da U.E ganhava, em 2013, menos de 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente a nível nacional (limiar da pobreza). As famílias monoparentais foram as mais afetadas pela pobreza monetária (32%); 8) privação material: 9.6% da população na U.E, em 2013, estavam em situação de privação material severa. Para Portugal a percentagem foi de 10.9% em 2013 e em 2014 estima-se uma ligeira descida para 10.6%; 9) baixa intensidade de trabalho: 10.7% das pessoas com idades entre os 0 e os 59 anos viviam em 2013 em agregados com muito baixa intensidade de trabalho; 10) *in-work poverty*: os homens (9.4%) são mais afetados pelo *in-work poverty* do que as mulheres (8.5%). A situação é diferente quando estão em causa os trabalhadores jovens com idades entre os 18 e os 24 anos, sendo que neste caso são mais as mulheres (12.5%) do que os homens (10.7%). No conjunto de todos os grupos etários, é no conjunto dos trabalhadores jovens que se encontra a taxa mais elevada de pobreza; 11) a taxa de desemprego, em fevereiro de 2015, era na U.E de 9.8% (referente a 23.887 milhões de pessoas) e para a E.A 19 de 11.3% (18.204 milhões de pessoas). Portugal foi um dos países onde a taxa diminuiu entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015, de 14.9% para 14.1% respetivamente; 12) a taxa de desemprego jovem para a U.E foi de 21.1% (22.9% em fevereiro de 2014) e 22.9% na E.A 19 (24.0% em fevereiro de 2014). Em Portugal essa taxa diminuiu entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015, de 36.1% para 35.0%; 13) segundo o EUROSTAT, as diferenças salariais entre homens e mulheres situaram-se nos 16.4% na União Europeia. Em Portugal foi de 13.0%; 14) o índice de dependência dos idosos está projetado para aumentar de 27.8% para 50.1% na U.E (para Portugal estima-se um aumento de 29.8 para 63.9), o que implica que, das quatro pessoas em idade ativa que existem para cada pessoa com mais de 65 anos, passarão a existir duas pessoas em idade ativa; 15) a taxa de desemprego foi de 13,9%, em 2014, um decréscimo de 2.3 pontos percentuais (p.p.) face a

2013 e um aumento de 1.2 p.p face a 2011, ano do resgate financeiro a Portugal. O desemprego continua a abranger uma maior proporção de mulheres (14.3%) do que de homens (13.5%); 16) em Portugal, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004; 17) os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, em 2014, 27.5% da população residente em Portugal se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social, não sendo previstas alterações face aos valores de 2013; e, para terminar, 18) é junto dos jovens que a taxa de desemprego atinge valores mais elevados. Em 2014, mais de um terço dos jovens entre os 15 e os 24 anos que se encontravam disponíveis para trabalhar estavam em situação de desemprego (34.8%).

Estes são os dados da última análise sobre a pobreza e exclusão social na Europa e em Portugal, onde desde 2008 tem vindo a ser impactante à crise económica. Em determinadas ocasiões observou-se uma pequena queda estatisticamente em períodos distintos mas, em contrapartida, houve uma ligeira subida em determinados anos. A situação ainda gera uma grande incerteza mundialmente a todos os níveis, particularmente no aspecto económico e financeiro. Observa-se uma grande preocupação da parte dos dirigentes políticos, como foi documentado relativamente em Portugal, onde cresce o número de crianças (onde não existe o básico para viver, como escassez alimentar) e idosos (facto que o número de idosos estão a crescer devido ao envelhecimento da população) em risco de pobreza, sendo um indicador que se reflete ao longo dos anos. EAPN (2015).

Outra preocupação, é da faixa etária mediana, os mais jovens, sobretudo o desemprego nesta categoria e o desemprego de longa duração. Contudo, principalmente em Portugal, as características do emprego favorecem ainda a vulnerabilidade social, fazendo com que esta população não consiga sair de uma situação de pobreza, por motivos que não são apenas consequência da crise, mas que sempre foi assim, isto é, por sempre ter sido uma mão-de-obra mais barata e de trabalhos precários, forçando assim um grande número à emigração, principalmente nos últimos anos.

1.2. Tipos de Pobreza

Concernente a evolução do conceito de pobreza, Costa (1984) realça alguns contributos a esta abordagem, comprovando uma progressiva desmultiplicidade do conceito em várias dimensões, que procura delimitar novas realidades associadas à pobreza. Sentido este, emergiram dicotomias no conceito de pobreza que nos dão conta da multiplicidade de significados que pode assumir, sendo: pobreza absoluta/relativa; pobreza objetiva/subjetiva; pobreza tradicional/nova pobreza; pobreza rural/urbana; pobreza temporária/pobreza duradoura.

A pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões essenciais à noção de recursos (rendimentos, bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho, etc.), enquanto a pobreza relativa se destina para a análise de pobreza face aos padrões sociais em geral.

A pobreza objetiva/subjetiva baseia-se num padrão de referência (frequentemente evidenciada na construção de um limiar de pobreza) que observa as situações de pobreza, permitindo assim caracterizar objetivamente os pobres. No caso da pobreza subjetiva são as representações da pobreza construídas pelos atores e grupos sociais que estão em causa, inserindo a dimensão da perceção e perspetiva subjetiva da pobreza (Costa, 1984).

A pobreza tradicional está associada a uma situação crónica, geralmente situado no mundo rural, que agrupa um princípio inferior e desvalorizado. Relativamente à nova pobreza ela está diretamente relacionada com as estruturas económicas e tecnológicas e com seus efeitos no sistema produtivo, nomeadamente no crescimento do desemprego estrutural e na escassez do emprego.

A oposição pobreza rural/pobreza urbana representa formas de exclusão espacial que concluem dois *locus* distintos. A primeira representa-se como uma carência básica de recursos, procedente da baixa produtividade agrícola e pela falta de atividades económicas alternativas, agravada por uma alta dependência face às prestações da segurança social por parte de uma população maioritariamente envelhecida. No que refere ao meio urbano, a pobreza aparenta formas mais visíveis e extremas de exclusão social, onde a pobreza urbana afeta diversos grupos sociais, refletindo problemas associados a baixo rendimentos e desemprego, à falta de qualificações (sobretudo, a incapacidade de as desenvolver), à precariedade de

emprego, às situações de doenças ou de problemáticas sociais múltiplas (alcoolismo, toxicod dependência, deficiência, doenças, etc.) e às pressões subjacentes aos processos de urbanização, estando estas associadas a mecanismo de discriminação e de segregação espacial. Também é acrescentado a esta dicotomia uma outra demonstração da exclusão espacial, a pobreza suburbana. A área suburbana é afetada por problemas sociais procedentes que, pela sua proximidade ao meio urbano, apresenta perímetros semelhantes às problemáticas vivenciadas neste, tais como o consumo e tráfico de droga, delinquência, roubos, prostituição, etc. As áreas suburbanas caracterizam-se por uma forte dependência em relação aos centros urbanos, particularmente ao nível do mercado de trabalho. A pressão demográfica associada à estrutura económica, provoca uma forte procura de habitação que têm consequências a nível do uso dos solos, predispondo formas de desordenamento territorial, no que se representa em carências de infraestruturas, com reflexos concretos na qualidade de vida e no meio ambiente (Rodrigues *et al.* 1999).

Finalizando, diferencia-se pobreza temporária de pobreza duradoura: a primeira está referida como o fluxo de saída e entrada na pobreza, de carácter temporário, restringidos no tempo; por outro lado a pobreza duradoura destina para a reprodução social e para o sistema periódico da reprodução da pobreza. Neste caso, atualmente, comprova-se a existência de relações contratuais laborais que refletem uma redução nos vínculos que lhes estão subjacentes, alargando o risco de surgirem situações de pobreza temporária. Quando é comparado um carácter permanente à precariedade no trabalho, corre-se o risco de vivenciar situações duradoura de pobreza, com grande probabilidade.

Assim, podemos dizer que o conceito da pobreza, enquanto fenómeno social, com as suas diversas abordagens teóricas, foca-se principalmente na base socioeconómica e na base culturalista. A abordagem socioeconómica associa-se a pobreza a uma posição de privação resultante da carência de recursos económicos, comparando-a com as noções de subsistência e de necessidades básicas (Capucha, 1992). Por sua vez, a abordagem culturalista centraliza-se na dimensão antropológica de comunidades, famílias e indivíduos e no conceito de cultura de pobreza. Particularizam-se as relações interindividuais, as representações e práticas sociais, as estratégias de vida, a organização familiar, os padrões de consumo e os sistemas de valores que configuram modelos de vida distintos, afetos à vivência da pobreza, que regularmente se transmitem intergeracionalmente (Ferreira, 1997; CIES/CESO I&D, 1998).

1.3. Exclusão Social

Falar no fenómeno Exclusão Social, como muitos autores o fizeram, remete-nos para a ideia de que nem todos os indivíduos que estão numa situação de exclusão social se encontram vulneráveis, como nem todos que estão em situação de pobreza se encontram numa situação de exclusão social. Entre vários autores, como Costa (1998), Castel (1997), Xiberras (1993) entre outros, destaca-se a ideia que exclusão social e pobreza nem sempre estão interligadas.

Xiberras (1993): ressalta a ideia de que o fenómeno da exclusão social é tão amplo que é quase impossível delinear. Por isso refere que os processos de exclusão social são múltiplos e muitas vezes com ligações de valores e representações sociais, o que leva as pessoas à exclusão social. Por esta razão, o excluído seria aquele que é rejeitado para fora dos espaços, dos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos valores. Quer isto dizer que o “processo de exclusão parece arrastar, por difusão, diferentes categorias de população para a franja da exclusão” (Xiberras, 1993, p. 16).

A exclusão social, enquanto fenómeno multidimensional, é um conjunto de fenómenos que contribuem para a produção do excluído e traduz-se numa perda de integração ou participação do indivíduo na sociedade, avaliada em função dos padrões sociais de referência. Por força do seu carácter cumulativo, dinâmico e persistente, a exclusão não se reproduz apenas, como também evolui em função das mudanças operadas ao nível da sociedade “constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e defragmentação social” (Rodrigues *et al.*, 1999).

Podemos comprovar que, tanto a exclusão social como a pobreza, dizem respeito a realidades distintas, embora na maioria dos casos se verifiquem conjuntamente, ou seja, a exclusão social radica essencialmente na pobreza embora não se resuma a esta, pois há pobres que são excluídos socialmente dos seus contextos comunitários e há excluídos socialmente, principalmente nos países ricos, que são pobres do ponto de vista material (Martins, 2007).

Xiberras (1993), dentro das definições que sublinha das várias formas de exclusão social, refere que há uma rejeição para fora das outras representações normalizantes da

sociedade moderna. Existindo assim, uma série de normas ou de níveis a atingir, “aquém dos quais os indivíduos não parecem habilitados a participar do modelo normativo, isto é, do que é “bem”, “belo” “conveniente” ou “competitivo”” (p. 29). Praticamente todas as esferas da sociedade moderna são obrigadas a estes níveis ou limites de normalidade que definem, como resposta, um insucesso em relação à norma, levando este insucesso em relação à normalidade parecer constitutivo dos processos de exclusão.

Costa (1998) considera que o exercício pleno da cidadania implica e se traduz pela impotência de acesso a um conjunto de *sistemas sociais básicos*, acesso que deve entender como forma de relação, num conceito de cidadania que seja subjacente. O autor agrupa esses sistemas em cinco domínios que define como: “o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas” (Costa, 1998, p. 14). O primeiro domínio, o do *social*, refere-se aos sistemas (grupos, comunidades, e rede sociais) em que as pessoas se encontram inseridas e subdividem-se em *imediatos e restritos* (família e vizinhança); *intermédios* (associação desportiva ou cultural, pequena empresa, o grupo de amigos ou comunidade cultural); os mais *amplos* (comunidade local, mercado de trabalho, ou comunidade política). No segundo domínio, o *económico*, existem três tipos principais de sistemas: os *mecanismos geradores de recursos*, que incluem, o mercado de trabalho (salários), o sistema da segurança social (pensões) e os ativos; *o mercado de bens e serviços*; e *o sistema de poupanças*. No domínio *institucional* abrange dois tipos de sistemas, *os prestadores de serviços* no meio em que as pessoas e famílias dispõem (sistema educativo, de saúde, de justiça, e em alguns casos habitação) e *as instituições ligadas com direitos cívicos e políticos* (sistema burocrático e as diversas instituições ligadas à participação política). O quarto domínio, o *domínio territorial*, diz respeito à exclusão de um *território* (bairro, freguesia, região, país), como também para problemas de migrações, na medida que em que estas podem ser entendidas como uma reação dos excluídos. E, o último domínio, o das *referências simbólicas*, refere-se a um conjunto de perda que o excluído sofre, que se agrava na situação de exclusão social, como a perda da identidade pessoal, à identidade social, à perda de autoestima, de autoconfiança, de perspetivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivação, do sentido de pertença à sociedade, etc. (Costa, 1998, p. 16).

Segundo Costa (1998), o conceito de exclusão social, refere-se a todos os indivíduos que se desligaram da sociedade, não estando a definição propriamente ligada à pobreza. Mesmo uma pessoa sendo pobre, mas se conseguir manter relações com a comunidade,

encontra-se devidamente integrada. Porém, não se pode descartar completamente a pobreza da exclusão social, pois a pobreza poderá desencadear um conjunto de situações de exclusão social. Entretanto, no conceito de exclusão social pode-se dizer que, quando um sujeito rompe laços afetivos no meio em que é inserido, submete-se a cortes de laços familiares, amigos, trabalho e a comunidade envolvente.

Para Costa *et al.* (2008), o conceito de exclusão social significa estar excluído de algo. Exclusão social, numa visão ampla nos contextos específicos como família, amigos ou grupos sociais deixam a ideia de “expulsão”. Porém, o contexto a considerar, quando falamos de exclusão social, é todas as “esferas sociais em que a pessoa vive”. Assim quando falamos em exclusão social significa a exclusão da sociedade, ou seja, “o referencial que procuramos é a sociedade” (Costa *et al.*, 2008, p. 64). Para compreender o que é estar excluído da sociedade, o autor refere-se numa perspectiva sistémica, em que “cada uma das esferas da existência social - da menor à mais ampla, da mais simples à mais complexa - constitui um sistema social”, onde “a sociedade (local, nacional, regional ou global) será, então, constituída por um conjunto de sistemas sociais, alguns dos quais poderão ser considerados como básicos ou essenciais” (Costa *et al.*, 2008, p. 65). Nestes grupos então considerados os laços sociais, como família e grupos de amigos etc.

Pode, então, afirmar-se que a exclusão social é definida pela negação, pela perda de referências, pela falta de recursos, pela ausência de oportunidades, pela impossibilidade de afirmação, pela incapacidade de reivindicação de interesses, ou seja, a exclusão social é um processo de desconstruções. Mas é também uma construção social. Porém, é o produto de práticas sociais que vão alterando a relação que os indivíduos mantêm com eles próprios e com os outros e com a sociedade envolvente (Fernandes, 2006).

1.4. Tipos de Exclusão Social

Segundo Sposati (1996), dentro do contexto exclusão social, refere existirem diferentes graus e formas de exclusão social, a saber: 1) a *Exclusão Estrutural* consite na consequência do processo seletivo do mercado, que não garante emprego a todos, gerando frequentemente desigualdade; 2) a *Exclusão Absoluta* tem origem na condição de pobreza absoluta de um crescente segmento social; 3) a *Exclusão Relativa* é vivenciada por pessoas

que possuem os níveis mais baixos de acesso e apropriação da riqueza social e das oportunidades factualmente acessíveis do ser humano; 4) a *Exclusão da Possibilidade de Diferenciação* é resultado do grau de normalização e enquadramento que as regras de convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando os direitos das minorias. No caso, o padrão de intolerância inclui ou não, as heterogeneidades de género, etnia, religião, opção sexual, necessidades especiais, etc.; 5) a *Exclusão da Representação* diz respeito ao grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas, as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos, especialmente na relação Estado-Sociedade; e, por fim, 6) a *Exclusão Integrativa* é a forma de um segmento da população permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, enquanto outro usufrui do desenvolvimento, da riqueza, da cidadania (Sposati, 1996, p. 13).

Segundo Costa (1998), refere que exclusão social seria justificada em plural “exclusões sociais”. A exclusão social apresenta-se, na prática, como um fenómeno complexo e heterogéneo. Dentro dos vários tipos de exclusão social, é classificado pelo autor, cinco tipos diferentes de Exclusão Social: 1) *Exclusão do tipo Económica*: que está essencialmente associada à pobreza, reconhecida como uma situação de múltiplas privações, por falta de recursos, o que é inteiramente visível. É caracterizada por más condições de vida que possuem, por baixos níveis de educação e de qualificações profissionais e condições de trabalho, (na sua maioria instáveis, sem contratos, condições precárias, mal remunerados). Na maioria das vezes atividade no domínio informal que, quando é uma pobreza de longa duração, tem em conta reflexos psicológicos, culturais e comportamentais próprias. Neste contexto, pode incluir a situação dos sem-abrigo, onde reflete a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão social; 2) *Exclusão do tipo Social*: resulta dos laços sociais, “É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de autossuficiência e autonomia pessoal” (Costa, 1998, p. 22). É uma exclusão encontrada tipicamente nos idosos, que preferem viver na solidão e se excluem da família, nos deficientes com falta de apoio, nos doentes crónicos ou acamados, onde os cuidados lhes são negados. Este tipo de exclusão social é resultado de falta de recursos (não exclusivamente) e em casos de exclusão tipo social sobreposta à exclusão tipo económica; 3) *Exclusão do tipo Cultural*: esta é relacionada a fatores de ordem cultural. Encontra-se associada a atitudes como o racismo, xenofobia, ou determinadas formas de nacionalismo de minorias étnico-cultural. Como exemplo; a sociedade dominante torna mais difícil a integração a ex-presidiários e a culturas que sejam diferentes da sua; 4) *Exclusão de origem*

Patológica: é fundamentado em fatores psicológicos ou de natureza mental. São causas subjacentes a situações de exclusão social que dizem respeito a fatores patológicos, por vezes originada por ruturas familiares, originadas mais por problemas psicológicos ou mentais. São muitas vezes situações encontradas nos sem-abrigo, por não terem onde morar e não são aceites por familiares por terem comportamentos violentos; e por último, 5) *Exclusão do tipo Comportamentos Autodestrutivos:* este tipo enquadra as pessoas que se encontram em situação exclusão social ou autoexclusão, consequentemente de comportamentos autodestrutivos ou “trata-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc.” (Costa, 1998, p. 23). Este tipo de exclusão também inclui os Sem-Abrigo. Na maioria são indivíduos já nada importa e são extremamente difíceis de recuperar.

Costa (1998) ressalta ainda

“Que os principais fatores explicativos da pobreza e da exclusão social se devem procurar na sociedade: no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural), tudo são fatores que se traduzem em mecanismo sociais que geram e perpetuam a pobreza e a exclusão. Neste sentido, a solução do problema requer a eliminação desses mecanismos, o que se não faz sem mudanças sociais” (Costa, 1998, p. 39).

Para Xiberras (1993), o fenómeno da exclusão aparece primeiro como um problema de ordem epistemológica: “é impossível delimitá-lo face à hiperescolha que existe, das fronteiras mais estreitas aos horizontes mais vastos”. Assim, argumentando que é possível considerar como excluídos socialmente todos aqueles que são no olhar do atores ocidentais, os indivíduos que estariam à margem da sociedade seriam todos aqueles que são rejeitados para fora dos nossos espaços de mercados materiais ou simbólicos, sendo assim, dos nossos valores (Xiberras, 1993, p. 22).

“Existem, pois, formas de exclusão que não se veem, mas que se sentem, outras que se veem, mas

de que ninguém fala e, por fim, formas de exclusão completamente invisibilizadas, dado que nós nem sonhamos com sua existência, nem possuímos *a fortiori* nenhum vocábulo para designá-la” (Xiberras, 1993. p. 20).

Capítulo 2

2.1. O Sem-Abrigo

Verificou-se, com o passar dos tempos, variantes terminológicas para designar a população Sem-Abrigo, muitas vezes terminologias parecidas para pessoas que recorriam a pedidos de esmolas como principal fonte de sustento. Atualmente, em Portugal, o termo usado para esta população é “Sem-Abrigo”, mas já foram chamados, ao longo dos séculos, de vagabundos, pedintes, indigentes, mendigos ou desocupados como sinónimo de estigma social. Os diversos conceitos deste fenómeno social foram consistentes por disposições legais com o objetivo da sua legitimação. Em Portugal, desde o século XIII, que é possível fazer uma comparação entre os conceitos adotados, a produção legal sobre o problema e o sistema político e económico dominante (Fernandes, 2006).

Ainda que esta população seja fácil de identificar, sendo cada vez mais frequente vê-los nas ruas, na verdade, é muito difícil reconhecê-los, isto porque nem todos os Sem-Abrigo são considerados como tal.

“Assim, é considerado sem-abrigo, todo indivíduo que não tem um espaço e laços com a comunidade onde vive. Definiu-se, então sem-abrigo como todo indivíduo que vive efetivamente na rua, sem ter condições de, sem recorrer a um apoio social, pagar um alojamento.” (Carmo, 1996, p. 29).

Alguns estudos que abordam a temática dos Sem-Abrigo associam, frequentemente, os nómadas aos Sem-Abrigo, na medida em que se trata de pessoas sem habitação fixa. Assim, e neste contexto, a situação de Sem-Abrigo é caracterizada por

“indivíduos que não possuem meios de subsistência, nem domicílio certo e pernoitam ao relento ou recorrem a alternativas próprias (casas velhas abandonadas, escadas, albergues, camaratas, etc.) e que estão a viver num processo de rutura (muitas vezes já rompidas) com os principais

(espaços de referência social) família, trabalho e comunidade” (Pimenta, 1992, p. 24, 25).

Pimenta (1992) centraliza os seus raciocínios dentro de uma visão histórica, procurando as suas análises dentro da legislação portuguesa do século XIII, sendo essa legislação referente ao fenómeno da vagabundagem e da mendicidade, através da abordagem da evolução legislativa sobrevivida das mudanças socioeconómicas e políticas apuradas. Já no século XX, decorrendo o Estado Novo, um período de grande produção legislativa com fins repressivos, destinada à denominada vagabundagem e mendicidade, legislação esta, citada no Decreto-Lei nº.365 de 1976, do pós 25 de Abril, na renovada conjuntura sociopolítica (Fernandes, 2006). Pimenta (1992) ressalta que “Pela primeira vez, em vários séculos, a sociedade admitiu ter responsabilidades. O problema passa a ser encarado mais na sua dimensão social que na individual” (Pimenta, 1992. p. 18).

A problemática ainda denominada mendicidade é já vista sob um ângulo de ordem estrutural, deparando as causas no domínio do desenvolvimento socioeconómico e cultural de uma sociedade. É deste modo que, nos anos 80 e 90, e após as graves crises económicas a nível mundial, os indivíduos que dormem na rua (Fernandes, 2006),

“Já não são somente os marginalizados clássicos, mendigos e vagabundos; a estes veio juntar-se uma “nova geração de excluídos” fruto da crise económica, do desemprego, da droga e das deficientes políticas sociais. Está-se, portanto, perante um fenómeno que apresenta novos contornos e uma maior complexidade” (Pimenta, 1992, p. 19).

Pimenta (1992) nega a ideia de que o fenómeno dos Sem-Abrigo tem causas a nível individual. Assim sendo, recusa a conceção simplista de que os pobres são pobres por si próprios (como se fosse “culpa” dos próprios). No entanto, não descarta que existem fatores característicos individuais que fortalecem as situações de pobreza e de exclusão social. Porém, realça uma noção de que os Sem-Abrigo se encontram inseridos numa característica de pessoas com escassez de domicílio, escassez de meio de subsistência e ainda resultados de experiências de ruturas relacionais.

Segundo Costa (1998), para se compreender o fenómeno dos Sem-Abrigo, é fundamental que saibamos e analisemos a individualidade dos sujeitos e assim compreender a sua história de vida, a sua trajetória, as suas escolhas e motivações, as suas reais necessidades, ou seja, os significados impostos pelo sujeito à sua condição.

A população Sem-Abrigo, na realidade, é um grupo sobretudo heterogéneo, como tal é caracterizado essencialmente como sendo um grupo de pessoas com características diversas a nível de percurso que as antecederam, das circunstâncias em que vivem, principalmente dos tipos de necessidades em que vivem, entre outras. Os estudos acerca desta temática chegam a um consenso e, como tal, a uma definição unânime sobre as condições dos Sem-Abrigo, que variam consoante o tempo de exposição à situação Sem-Abrigo, podendo esta ser temporária ou duradoura. Pode-se dizer que, determinadas pessoas vivem na rua por um longo período e por lá irão permanecer (período de longa duração). No entanto, já outras vivem nesta situação casualmente (período de curta duração e de rápida reformulação) (Costa, 1998).

No que concerne à escolha do local para pernoitar, estes indivíduos sem moradia fixa, variam entre pensões e dormitórios subsidiados por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), albergues geridos sobre a tutoria dessas mesmas instituições ou autarquias (por vezes, alguns Sem-Abrigo reclamam da forma administrativa destas instituições ou autarquias bem como da falta de adaptação à realidade), escadarias de igrejas, prédios residências ou não, prédios abandonados, locais sem mínimo de higiene e condições mínimas de moradia, carrinhas e carros abandonados, becos, portas de mercados (por exemplo: mercado de Arroios), portas de lojas (por exemplo: Av. Almirante Reis), passeios públicos, parques de estacionamento, viadutos, fachada de bancos, muitas vezes ao relento (na chuva), em barracas, debaixo de pontes, etc. (Costa 1998).

Segundo Costa, no livro «Exclusões Sociais» (1998), mais especificamente no capítulo dedicado aos Sem-Abrigo, argumenta que

“uma vez que essa é, efetivamente, uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta (baixa lisboeta). Também do ponto de

vista técnico, é uma das formas mais complexas e mais difíceis de resolver” (Costa, 1998. p. 80).

Consequentemente ao termo Sem-Abrigo, o autor realça a facilidade de considerar e se entregar a causalidade da situação para Sem-Abrigo é a ausência da habitação. O autor também pondera que, em muitas circunstâncias, os Sem-Abrigo têm casa, mas abandonam-nas decorrentes de um processo de ruturas relacionais (famílias, amigos, empregos etc.), acabando por irer viver para a rua. Para este autor, as causalidades da situação de Sem-Abrigo estabelecem na pobreza e na exclusão social, originando uma multiplicidade de trajetória de vida, impossibilitando a afirmação de que o Sem-Abrigo corresponde a um padrão pré-definido, conforme o autor realça, (Costa, 1998).

Diante o que foi descrito pelo autor, este reforça a sua opinião, já esclarecida num outro capítulo da obra acima citada, de que o apoio e combate a esta situação extrema de exclusão social passa pela adoção simultânea de medidas que tenham em conta ou que visam ocorrer a carências mais urgentes “causas próximas, intermédias e estruturais” (Costa, 1998, p. 80).

Costa (1998) caracteriza os Sem-Abrigo nos cinco tipos de exclusão social que considera existentes: a do tipo económico, a do tipo social, a do tipo cultural, da origem patológica e os comportamentos autodestrutivos (já mencionados nesta dissertação),

“Como facilmente se depreende, estes tipos de exclusão social muitas vezes aparecem sobrepostos na prática. E a sua análise mais aprofundada conduz, por vezes, à verificação de que uma forma de exclusão pode ser, em determinados casos, consequência de outra forma de exclusão, por exemplo: a situação de pobreza e/ou de más condições de habitação pode agravar o modo como a família é afetada por certo tipo de problemas, a ponto de conduzir a rutura relacionais que não existiriam em condições normais” (Costa, 1998, p. 24, 25).

Dentre alguns trabalhos publicados em Portugal sobre a temática dos Sem-Abrigo, destaca-se a obra «Sem-Amor, Sem-Abrigo» dos autores António Bento & Elias Barreto (2002). Resultado de vários anos de investigação pelos dois profissionais, um psicólogo e o outro psiquiatra, estes trabalharam exclusivamente com a população Sem-Abrigo, o que lhes possibilitou um conhecimento perspicaz da realidade dessa população, conhecimento que foi dado a conhecer publicamente através da publicação de diversos artigos em revistas de especialidade médica psiquiátrica.

Bentos & Barreto (2002) referem, apesar da abordagem em torno das patologias psiquiátricas dos Sem-Abrigo, o seu tratamento, a institucionalização e as práticas médicas, a amplitude de temas de ordem social, tais como a política e a económica, possibilitando que todas se entrelacem em relações de causalidade. O autor expressa-se ainda sobre as causalidades estruturais, os estereótipos presentes, a relação histórica da sociedade com os Sem-Abrigo. Ressalta também, de problemáticas sociais como a exclusão social e inclui a expressão *Sem-Amor* para designar uma população tão privada de tudo.

Bento & Barreto (2002), fazem uma sinopse histórica da legislação Portuguesa no que respeita à vadiagem e à mendicidade, enquadrando nessa avaliação a legislação penal no final do século XIX, que a vadiagem era criminalizada tendo como base a inexistência de domicílio certo e a capacidade para o trabalho, reproduzido numa das disposições do Código Napoleónico de 1801 e as suas definições da Idade Média. No Artigo 256 do Código Penal de 1852 define-se como vadio...

«Aquele que não tem domicílio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mester em que ganhe a sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias, será competentemente julgado e declarado vadio, punido com prisão até seis meses, e entregue à disposição do Governo, para lhe fornecer trabalho pelo tempo que parecer conveniente» (cit. Bento & Barreto, 2002, p. 41).

Bento & Barreto (2002) ainda ressalta que, “bem como feito um papel conferido ao trabalho como pena e meio de regeneração... não tanto um comportamento, mas um modo de vida que não se coaduna com as normas de integração social” (Bento & Barreto, 2002, p. 41).

Os mesmos autores relatam a época do Estado Novo, em que foram favorecidas as políticas da repressão dos indivíduos que viviam da mendicidade e da vadiagem, simultaneamente à assunção por parte do Estado, em particular pela Polícia de Segurança Pública (PSP), de cuidados de assistência e de reeducação social. “Esta nova fase da polícia inseria-se num movimento de maior intervenção do Estado nos domínios da assistência e recuperação moral” (Bento & Barreto, 2002, p. 43).

Ainda dentro da literatura de Bento & Barreto (2002), os autores mencionam resumidamente vários autores estrangeiros, onde referem outros tipos de caracterização sobre os Sem-Abrigo como (*mendigo, drogado, vadio, vagabundo, desempregado, doente, excluído, criminoso, refugiado, marginal, psicopata, etc...*) (p. 54). Com propósito de compreender todas as questões que se coloca em torno de uma população tão característica, desde as problemáticas individuais às sistémicas, agrupando nestes últimos a rede de apoio institucional, com as diferentes práticas e diferentes expectativas.

«Sem-Amor, Sem-Abrigo» incluíum capítulo sobre um estudo exploratório realizado exclusivamente por Elias Barreto (2002), para o âmbito de um mestrado em Psicologia Legal em 2002, “Este trabalho tem o carácter exploratório, dentro de um modelo de pesquisa clínico-qualitativo” (2002, p. 159), como grande objetivo de averiguar se o conceito de «desafiliação», surgido da literatura sociológica, definido como rutura dos laços afetivos com os principais sistemas sociais e grupo de pertença. Porém, importa perceber, a nível de qualidade das representações por parte dos Sem-Abrigo, das relações e dos laços afetivos que estabelecem com os outros. A amostra teve como participantes, pessoas que tinham tido episódios de rua, do Centro Social de S. Bento, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). A amostra é constituída por 21 indivíduos, ou seja, “Todos têm em comum o facto de terem tido episódios de rua.” (2002, p. 161). Porém, os resultados das conclusões da pesquisa mostraram uma importância nova da realidade dos Sem-Abrigo, na medida em que

“Este trabalho permitiu pôr em evidência as dificuldades dos sem-abrigo ao nível do sentido de pertença familiar (predominando um padrão de

desligamento ou de indiferenciação familiar), da interiorização das funções parentais (ausência de representação de um par parental unido e apoiante), dos modelos de vinculação (ausência de uma vinculação segura) e das relações de objeto (dominadas por fantasmas de abandono e perda de objeto, com dificuldade de aceder ao nível triangular das relações)”. (Bento & Barreto 2002, p. 201).

Os autores completam ainda que

“Por isso, o que este estudo vem demonstrar é que a condição sem-abrigo não é apenas uma condição de desabrigo material, económico e social mas também afetivo, resultante de uma vinculação frágil e carência de boas relações de objeto. Ora, é a boa qualidade de representação dos indivíduos objetivos que providencia a estrutura psíquica, afetiva e relacional a partir da qual se desenvolvem os sentimentos de identidade, de pertença e de inclusão. A ausência dessa estrutura traduz um estado de carência e de privação com origens muito provavelmente precoces, embora reforçado pelas experiências posteriores, podendo-se concluir que estes indivíduos antes de se tornarem sem-abrigo já o eram interiormente” (Bento & Barreto 2002, p. 201).

Trabalho da maior importância, a nível de pesquisa científica portuguesa, para uma melhor compreensão da problemática da população Sem-Abrigo.

Dentro do trabalho de Bento & Barreto (2002), relativamente aos resultados por ele realizado em 1999 sobre as patologias psiquiátricas dos Sem-Abrigo, certificou que “Considerando apenas os diagnósticos primários, o alcoolismo (32%) foi o mais frequente, seguindo-se a toxicodependência (17%), a esquizofrenia (10%) e as perturbações de personalidade (10%)” (Bento & Barreto 2002, p. 223). O autor refere também que as doenças

psiquiátricas, o alcoolismo e a toxicodependência foram verificadas em trabalhos anteriores e poderiam estar presentes, isoladas ou sem associação na grande maioria dos Sem-Abrigo. Sendo possível fazer um diagnóstico psiquiátrico em cerca de 90% dos casos.

E para finalizar Bento & Barreto (2002), eles pormenorizam os Sem-Abrigo da seguinte forma:

“No seu mundo interno, predominando a angústia de abandono; na sua vida afetiva, predominando as vinculações inseguras; na sua vida relacional, predomina o isolamento. A rutura emocional, a ausência de um sentimento de pertença familiar, o empobrecimento da sua rede de relações sociais primárias; socialmente a sua desafiliação, a frouxidão dos laços com as instituições, a sua situação de exclusão social, mas também de auto marginalização” (Bento & Barreto, 2002, p. 244).

2.2. O perfil do Sem-Abrigo

Para alguns autores, como Tipple & Speak (2005), Miguel *et al.* (2010) caracterizam o conceito de Sem-Abrigo como sendo uma função bastante complexa. Porém, é extremamente necessário ter uma noção da proporção de pessoas nesta condição para se intervir de forma eficaz, procurando trocar a situação. O conceito de Sem-Abrigo com o passar dos anos tem sofrido inúmeras modificações. Se outrora este conceito estava muito direcionado para as pessoas que marginalizavam e mendigavam, atualmente este conceito é mais extenso, abrangendo muitas pessoas vítimas da crise económica atual, da falta de emprego, de trabalhos precários, pessoas dependentes de algum tipo de auxílio para sobrevivência, entre outros (Pimenta, 1992).

Segundo Bento & Barreto (2002), a situação de Sem-Abrigo é a consequência de uma trajetória de vida cheia de falta de suporte e de afetos, representada numa estrutura frágil, no

qual se vai complicando com as experiências resultantes. Por isso, é significativo que antes de um indivíduo se tornar Sem-Abrigo, intimamente já não estavam reunidas as condições necessárias para que isso não acontecesse.

Segundo Pimenta (1992) e Fernandes (2006) a situação de Sem-Abrigo não pode ser apenas compreendida pelos fatores individuais. Portanto, não se rejeita a hipótese também de que estes possam colaborar, de alguma forma, para este fenómeno. Já outros autores preferem referir que existem alguns fatores individuais e estruturais que possam coadjuvar para a condição de Sem-Abrigo.

Podemos classificar como fatores individuais, aqueles que são preponderados pelo sujeito, tais como: o abuso de álcool e/ou de substâncias; as doenças mentais; a violência doméstica; uma situação de divórcio e o abandono familiar; (Miguel, 2010). Já os fatores estruturais, tornam-se fatores que não dependem diretamente do sujeito mas da sociedade em geral e que podem influenciar uma experiência de Sem-Abrigo, tais como as condições de empregabilidade e de habitação atuais (Miguel, 2010). Deste modo, os fatores que podem influenciar um sujeito a viver na rua podem advir de causas individuais e ambientais.

Segundo algumas definições, as pessoas Sem-Abrigos são vistas como pessoas socialmente excluídas de permanecer num domicílio próprio (Bento & Barreto, 2002). A F.E.A.N.T.S.A. (Federação Europeia de Serviços para Pessoas Sem-Abrigo) refere-se às pessoas Sem-Abrigo como aquelas que apresentam dificuldades em suportar uma casa através de si próprio e através dos serviços disponíveis.

Jesus & Menezes (2010), referem que o conceito de Sem-Abrigo apresenta uma visão redutiva do fenómeno mais centrada apenas nos fatores individuais, nos contextos das fragilidades e na ausência de competências dos indivíduos que podem conduzir à manutenção da situação, assim ignorando os outros fatores e influências que podem resultar numa condição de Sem-Abrigo.

Bento & Barreto (2002), preferem ir por uma definição mais vasta, defendendo que o conceito de Sem-Abrigo compreende um conjunto de situações como a falta de meios e de laços com a comunidade para aceder a uma habitação própria e adequada. Assim, os autores ressaltam que a sociedade não apresenta todos os meios necessários para prevenir a ocorrência de fenómenos como a exclusão social. Ser Sem-Abrigo resulta de uma perda dos

acontecimentos, considerados normativos pela sociedade, como ter uma habitação e o essencial para se viver.

2.3. Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

Segundo a categorização proposta pela F.E.A.N.T.S.A. (Organização Não Governamental fundada em 1989, que conta com mais de cem membros provenientes de trinta e dois países europeus), desde 2005, e em revisões posteriores, esta organização sistematizou e desenvolveu, juntamente com os seus membros, uma tipologia das várias formas de exclusão relativas à habitação, estabelecidas na ETHOS – Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional. Esta tipologia é composta por quatro categorias conceptuais:

“Sem-teto; sem-casa; habitação insegura e habitação inadequada, e define em “13 categorias operacionais que podem ser usadas para recolher e comparar dados, e que é uma ferramenta suficientemente flexível para adaptar-se a diferentes objetivos políticos: para traçar planos no problema dos sem-abrigo (avaliação de necessidades) para desenvolver e monitorar políticas, e para avaliar políticas” (F.E.A.N.T.S.A., 2005).

Cada uma destas categorias subdivide-se em categorias operacionais, sendo-lhes atribuída uma numeração de 1 a 13, sendo o número 1 utilizado para caracterizar situações de pessoas que vivem num espaço público e o número 13 para as que vivem em espaços fortemente sobrelotados. Para este organismo, Sem-Abrigo é uma categoria conceptual que engloba duas situações: pessoas que vivem na rua ou em espaços exteriores e pessoas que pernoitam num centro de alojamento temporário.

A definição proposta e representada sobre a caracterização de Sem-Abrigo, em 2006, pela F.E.A.N.T.S.A. Esta abordagem assenta, igualmente, na conceção de que a situação de Sem-Abrigo é um procedimento (e não um fenómeno estático) que pode afetar as pessoas em

diversos momentos da sua trajetória de vida. Conforme esta tipologia, as pessoas que se deparam em situação de sem-abrigo são incluídas numa de quatro categorias, em função da sua circunstância, num estimado período de tempo: 1) Sem teto (por exemplo: a viver em zonas públicas, a pernoitar em albergues); 2) Sem casa (indivíduos que estão a viver provisoriamente em alojamento para pessoas em situação de Sem-Abrigo); 3) Alojamento inseguro (exemplificando, pessoas que estão a viver provisoriamente com família ou com amigos devido à ausência de alojamento próprio; ocupação ilegal de casa ou de terreno); por fim, 4) Alojamento inadequado (sujeitos a viver em construções provisórias ou em espaços inadequados para habitação) (F.E.A.N.T.S.A., 2006).

Dada a ênfase da proposta para a caracterização de Sem-Abrigo pela facilidade de compreender da *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* (F.E.A.N.T.S.A., 2007), é muito relevante na operacionalização deste constructo junto de diferentes grupos da população (homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas de diferentes origens como é o caso dos migrantes ou das minorias étnicas, assim como pessoas com problemas de aprendizagem ou deficiências). Destacando a importância de referir que cada uma das quatro categorias conceptuais se encontra operacional em várias subcategorias passíveis de aplicação em qualquer um dos países que constituem a União Europeia (F.E.A.N.T.S.A., 2007), uma vez que tem em consideração as especificidades de cada nação (tais como especificidades legais e culturais).

Ainda que muitos investigadores tenham uma vasta definição para a caracterização do que é uma situação de ser um Sem-Abrigo, dentro de múltiplas variáveis, quer isto dizer que os investigadores ainda não encontraram escolhas de definição da situação de Sem-Abrigo passíveis de aglomerar a heterogeneidade de indivíduos que, neste início de século XXI, vivem para além do limiar da pobreza. Assim, para Thomas (1997, in Bento & Barreto, 2002, p. 24) caracterizam-na como recurso à “ideia de falta de habitat mínimo, que protegeria o homem do frio, do vento ou da chuva que, da mesma maneira que a alimentação e/ou o vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana”, também se pode dizer que a parcialidade desta conceção, reiterando que não é apenas a falta ou ausência de alojamento que caracteriza esta problemática. Investigadores que se agrupam a este ciclo de investigadores, Muñoz & Vasquez (1998), ao ponderar que qualquer definição, que se pretenda englobar no contexto de Sem-Abrigo, deve atender, pelo menos, às seguintes situações: 1) viver na (s) rua (s); 2) ocupação legal ou ilegal de casas abandonadas, barracas

ou outros abrigos não específicos; 3) alojamento em refúgios ou centros de acolhimento, sejam estes privados ou públicos; 4) estadia em pensões, camaratas ou outros refúgios; 5) estadia junto de amigos ou familiares, com os quais estas pessoas se sentem forçadas a coabitar; 6) residência em instituições, estabelecimentos de cuidados infantis, prisões, hospitais, hospitais psiquiátricos; e, sempre que ao sair destas instituições o indivíduo não tenha domicílio; e por fim, 7) posse de uma casa, mas que não se considera adequada ou socialmente aceitável.

Mesmo sendo complexa a abordagem do fenómeno Sem-Abrigo, a presente diversidade de perspetivas, além das causas citadas acima, há outras definições que se enquadram e que podemos destacar. Segundo os autores Pereira, Barreto & Fernandes (2000), conseguiríamos caracterizar os Sem-Abrigo ao nível das causas que acarretam a essa situação, sendo elas estruturais, sociais, acidentais ou económicas.

Os mesmos autores definem quatro formas de Sem-Abrigo como: o Crónico; o Periódico; o Temporário e o Total. Diante destas definições importa analisar o tempo que o Sem-Abrigo se encontra na rua e consequentemente o grau de vulnerabilidade. O *Crónico* está relacionado ao alcoolismo e à toxicodependência. Caracteriza-se pelas pessoas que passam grande parte das suas vidas na rua e mantêm relações principalmente com outras pessoas que se encontram na mesma situação. O *Periódico* corresponde às pessoas que têm casa, mas que as deixam quando passam por situações de extrema tensão, mantendo-a acessível para quando as tensões se atenuam (aqui podemos exemplificar, entre outros, mulheres ou vítimas de violência doméstica, ou pessoas que se ausentam à procura de trabalhos temporários). O *Temporário* engloba as pessoas mais delimitadas no tempo, que se encontram numa situação de Sem-Abrigo decorrente de um evento repentino (doença grave, desemprego súbito, rutura familiar, aqui entra as ruturas que alguns autores relatam as ruturas socio-afetivas etc.). O *Total* é o visto como o mais calamitoso de todos. São pessoas traumatizadas, correspondente ao facto de não terem casa e nem manterem relações com a comunidade, muitas vezes pernoitando em albergues, que se apresentam muitas vezes com poucas ou nenhuma perspectivas futuras de uma recuperação (Pereira, Barreto & Fernandes, 2000).

Na mesma linha explicativa sobre a definição adotada pela F.E.A.N.T.S.A., inclui no conceito de Sem-Abrigo todas as pessoas, que por falta de meios ou outro motivo, são inabilitadas de aderir a um alojamento próprio adequado por si apropriadas ou com a ajuda

dos serviços sociais. Assim podemos considerar que os indivíduos Sem-Abrigo são caracterizados pelas seguintes situações: 1) são pessoas que vivem na rua; 2) que ocupam legal ou ilegalmente casas abandonadas ou barracas; 3) que se encontram alojadas em refúgios ou centros de acolhimento para Sem-Abrigo (quer sejam estes públicos ou privados) ou que vivem em dormitórios/camaratas ou pensões; 4) que residem em estabelecimentos de cuidados infantis, instituições, prisões, hospitais e hospitais psiquiátricos e que não têm residência fixa ao sair destas instituições e, para finalizar, 5) que possuem uma casa que não se pode considerar apropriada ou socialmente admissível, tornando-se em pessoas ou famílias mal acolhidas (Muñoz & Vazquez, 1998).

2.4. Compreensão da problemática e das trajetórias de vida dos Sem-Abrigo

O Porquê da situação de Sem-Abrigo?

Numa abordagem mais detalhada, manifesta-se a centralidade na natureza dos problemas que afetam os Sem-Abrigo, apontando, três tipos de explicações: ser Sem-Abrigo como opção de vida; ser Sem-Abrigo por problemas patológicos e ser Sem-Abrigo como consequência de acontecimentos negativos, Teixeira (2011).

Já alguns autores, como é o caso de Carmo (1996) caracterizam a situação de Sem-Abrigo como uma “culpa social”. Assim, para se iniciar um estudo acerca desta população, devemos levar em consideração diversas situações de marginalização social, ao nível de emprego/desemprego, proteção social, saúde, habitação, entre outros principalmente com a crise na atualidade. Sendo assim, são os passos que serão, talvez as situações padronizadas, mais apropriadas para se proceder à explicação do processo de marginalização do indivíduo Sem-Abrigo.

Dentro da visão da análise de Carmo (1996), certifica-se que ao nível de habitação, existe sim, e em toda a parte e, principalmente, nas maiores cidades, uma grande falta de alojamentos a custos mais flexíveis e de habitação social destinada aos indivíduos carentes e até às famílias desprovidas de recursos económicos. Já que, uma vez que a habitação é um bem fundamental onde se destina uma grande parte dos orçamentos familiares, “as alterações nas condições de acesso à habitação podem ter efeitos significativos sobre os indivíduos e as

famílias, pelo que se justifica a intervenção do Estado, ao nível da política de financiamento, do custo e disponibilidades do crédito.” (Carmo, 1996. p. 53).

Para Teixeira (2011), no estudo realizado com Sem-Abrigo, realça as trajetórias de vidas destes indivíduos que, se tivermos em conta o passado de cada um deles, observamos que as suas trajetórias de vida, bem como as razões que, de certa forma, os impulsionaram a esta condição de Sem-Abrigo são distintas de pessoa para pessoa, e talvez consigamos ter uma noção mais precisa, mais concreta, mais palpável desta realidade. Neste sentido, importa perceber se no período da chamada “socialização primária” estes indivíduos cresceram em contextos desfavorecidos, onde as carências eram múltiplas, tanto a nível económico, social e cultural. Este fenómeno deve, por isso, ser considerado uma situação complexa que deverá ser analisada como uma das etapas do processo de exclusão social. A autora ainda concretiza que ao conduzir a pobreza para o plano de estudo da sociologia, o problema social passa a ser considerado como a construção social da realidade (Teixeira, 2011).

Referentemente ao que a autora diz, a pobreza é ainda contida como um problema social, na medida em que é vivida por um grupo de pessoas. Mesmo assim, torna-se algo extensivo e é alvo de um pensamento coletivo. Nomeadamente que a sociedade envolvente considera esta realidade social como um desvio às normas socialmente impostas Carmo (1996).

Para Carmo (1996), a habitação não é a única determinante que influencia a problemática dos Sem-Abrigo, mas também “a precariedade do estatuto económico que caracteriza a situação dos ativos desempregados resulta de uma inserção no mercado de trabalho, cujas consequências são a insegurança constante, o baixo nível de rendimentos e a ausência de cobertura social.” (Carmo, 1996, p. 54).

Para uma grande maioria destes indivíduos, sobram-lhes profissões com poucos acessos e qualificações, dado que devido às baixas qualificações têm dificuldade em concorrer a outros cargos que carecem determinadas exigências. Os trabalhos de baixas qualificações apresentam, em regra, rendimentos mensais mais baixos. Podemos dar como exemplo os trabalhos em hotelaria, construção civil, cafés, a que têm acesso, vulgarmente de uma forma ilegal, isto é, sem qualquer vínculo contratual com a respetiva empresa. Porém, esta é uma característica desta população, não ter os vínculos laborais, não usufruindo nenhum ou quase nenhum direito laboral (Carmo, 1996).

Segundo Teixeira (2011) os fatores para a evolução do fenómeno, além dos já mencionados, existem ainda mais mecanismos geradores e reprodutores deste fenómeno que demonstram que propenderá a agravar-se. Como exemplo disso são: 1) a insistência e subida da taxa de desemprego de longa duração, principalmente os trabalhadores menos qualificados e aumento de idosos; 2) a generalização da escassez de emprego e o reforço do setor subterrâneo da economia; 3) o baixo nível dos salários, em especial do salário mínimo; 4) as psicoses (as doenças mentais); 5) o alcoolismo; 6) o agravamento do fenómeno da toxicodependência; 7) a escassez de oportunidades de acesso/interação dos jovens no mercado de trabalho; 8) a modificação das estruturas familiares, com enfraquecimento da solidariedade; 9) as discussões sobre o problema dos Sem-Abrigo, muitas vezes acabam por desviar-se para debates sobre a mendigagem, apesar de nem todas as pessoas que pedem esmola se encontrarem em situação de Sem-Abrigo ou vice-versa; e, por fim 10) as deficiências de habitação, de segurança social, políticas de saúde e de educação.

Os fenómenos acima referidos agravam-se com o tempo e causam as situações de uma pessoa Sem-Abrigo (Teixeira, 2011).

2.5. Estratégias para Sobreviver

A maioria dos indivíduos que se encontram em condições de exclusão social e extrema pobreza, principalmente os Sem-Abrigo, procuram alternativas aos trabalhos ditos normais e socialmente aceites a fim de conseguirem arranjar uma maneira de ganhar dinheiro com trabalhos informais, além da prática de pedir esmolas, embora muitos refiram que não gostam de pedir.

Procurando alternativas à estratégia de pedir esmola, as atividades que os Sem-Abrigo exercem mais frequentes são: 1) arrumação de automóveis; 2) vendas de objetos/roupas em feiras; 3) cargas e descargas; 4) serviço na construção civil; 5) recolha de cartão; 6) moço de recados; e, por fim, 7) serviços no mercado de prostituição (principalmente no caso de mulheres Sem-Abrigo) (Carmo, 1996).

Os trabalhos acima referidos são provisórios e apenas garantem o mínimo e indispensável para a sobrevivência destas pessoas, dado que, no que se refere ao rendimento,

este se revela ser muito baixo, influenciando, deste modo, a alimentação destes indivíduos que além de pouco variada é, por vezes, inexistente. Ainda assim, continuam a viver na rua por não conseguirem pagar um alojamento para pernoitar ou até mesmo uma mensalidade de um quarto. Há, no entanto, alguns Sem-Abrigo que recorrem às instituições de apoio prestado por juntas de freguesia e paróquias da parte social, que praticam esta solidariedade para com esta população, nomeadamente alimentação e agasalhos. Outros Sem-Abrigo têm outro tipo de apoio institucional, dos quais se destaca as carrinhas que distribuem refeições quentes e outro tipo de alimentação. Estas situações vulneráveis só contribuem para que algumas pessoas optem por condutas desviantes e acabem por encaminhar-se para pedintes e delinquências, usuários de drogas, etc. (Carmo, 1996).

Relativamente à alimentação, muitos dos Sem-Abrigo recebem alimentos de instituições que têm parcerias com a SCML, da Acção Social, etc, com a colaboração de voluntários. Há instituições e voluntários que também distribuem vestuários/roupas. Outros ainda conseguem receber refeições de restaurantes ou cafés.

Carmo (1996) refere que, encontrar os Sem-Abrigo com todos os seus pertences o mais próximo de si, é a coisa mais comum, porque não tem um local adequado que possam deixar as coisas. Durante a investigação houve o caso de uma senhora que, com o passar dos meses foi acumulando coisas e mais coisas. A cada semana que se passava pelo local onde pernoitava, numa escadaria, aumentavam as coisas que tinha consigo. A desculpa era que *“Um dia quando eu for ver minha família, são coisas que lhes vou levar”*. Realmente eram malas e malas de objetos, achados na rua e nos caixotes de lixos. E, como atualmente, é cada vez mais complicado deixar as coisas sem ter alguém para tomar conta, sendo, por isso, comum deixar os seus pertences nos locais onde pernoitam e, consequentemente, é comum vê-los a carregar de um lado para outro os objetos, um exemplo disso é esta mesma senhora. Possui mais ou menos cinco malas grandes e alguns sacos. Uma das vezes que foi encontrada estava revoltada porque lhe tinham roubado duas das malas. Embora a senhora, aparentemente, revele problemas psiquiátricos, já tinha recusado ajuda da equipa para tratamento. Tendo saído do alojamento em que foi colocada, foi encontrada, mais tarde, muito nervosa e agitada com o sucedido, tendo referido que *“Eram minhas coisas, ninguém tinha o direito de me roubar, porque a (a fulana) é louca, porque para uns sou louca, agora estou a amarrar tudo, uma mala na outra”*

Segundo Carmo (1996), um outro local também escolhido pelos Sem-Abrigo para passar a noite são as entradas das urgências dos hospitais ou os bancos das urgências. Este local é escolhido principalmente pela população mais idosa, uma vez que se encontram com mais dificuldade em se defenderem por terem menos mobilidade motora e revelarem fragilidades físicas. Baseando-se num estudo realizado nos Estados Unidos da América (E.U.A), Carmo (1996) avança ainda com a ideia de que existe uma estratégia de defesa por parte das mulheres Sem-Abrigo. O autor refere que a falta de higiene é propositada, pois tem como objetivo afastar eventuais agressões sexuais. Todas estas formas de defesa corporal e dos pertences consistem numa tentativa constante de sobrevivência num meio severo, que é a vida na rua.

Ainda dentro da ideia do autor Carmo (1996), um outro local para pernoitar, de grande preferência desta população, são os locais próximos das esquadras da PSP, por sentirem mais segurança e proteção. Desta forma, a população Sem-Abrigo se sente mais protegida de possíveis ataques ou assaltos. Os locais que mais procuram para passar a noite são passeios, debaixo de varandas, nas entradas dos prédios. Já outros escolhem, em compensação, dormir nas ruas menos vistas, em jardins ou nos prédios abandonados, sendo que estas zonas constituem um maior perigo.

2.6. Desenvolvimento do fenómeno dos Sem-Abrigo

Relativamente a este fenómeno, Carrinho (2012) apresenta consideráveis diferenças entre os Sem-Abrigo na atualidade e os já existem há duas décadas. Os clássicos marginalizados (os mendigos e os vagabundos) referidos por Sousa (2001), acrescem uma nova geração de excluídos da sociedade. Estes já são resultados do fenómeno do desemprego, do consumo de substâncias, da crise económica, da crise de valores e das influências das políticas sociais.

Assegurando a complexidade e multidimensionalidade do fenómeno Sem-Abrigo onde, para além da falta à habitação, há que garantir todos os outros direitos humanos, a Comissão Europeia refere que não é possível colocar o enfoque apenas nas pessoas que vivem na rua, mas considerar o fenómeno das pessoas Sem-Abrigo numa perspetiva mais abrangente. Na realidade, muitas destas situações correspondem a um conjunto de problemas,

como sejam a falta de habitação, os problemas familiares, sociais, económicos, de desemprego ou de doença mental, para além de que existe uma fronteira muito ténue entre os problemas que são causa ou consequência desta forma extrema de exclusão social (Carrinho, 2012).

Atualmente o fenómeno dos Sem-Abrigo não se designa apenas dos países mais pobres. Podemos constatar que ser Sem-Abrigo durante um período mais ou menos longo pode acontecer a qualquer pessoa que esteja a viver em qualquer país, inclusivamente nos países mais ricos. Portanto, muitos estudos comprovam que não é necessário grandes catástrofes naturais ou humanas para levar as pessoas a fazerem parte deste mundo próprio. Nos dias de hoje, é uma realidade ser Sem-Abrigo para muitos homens, idosos, mulheres e crianças. Sendo assim, não é nenhum fenómeno novo porque se comprova, ao longo da história, que sempre existiram pessoas nestas condições. Porém, após os anos oitenta do século passado, tal fenómeno intensificou-se, atingindo uma população cada vez mais diferenciada (Semedo, 2012).

No que concerne à situação Sem-Abrigo, estudos mundiais publicados, mais recentemente, pelas Organizações Internacionais chegam a estimativas com dados assustadores. Estas organizações chamam à atenção ainda para o facto de que, além de ter acumulado fundamentalmente nos últimos vinte anos, esta população Sem-Abrigo, sofre alterações relativamente às suas características, como por exemplo, um maior número de idosos. Outro caso frequente, é o número de mulheres ter aumentado, de jovens, de famílias inteiras a viver na rua, de pessoas afetadas por problemas mentais (existem vários estudos nesta vertente) membros de minorias étnicas e novos emigrantes que acabam nesta situação de Sem-Abrigo por falta de estrutura financeira (Semedo, 2012).

Relativamente à exclusão social é um fenómeno multidimensional, já referido nos capítulos anteriores, e aqui pretende-se apenas realçar o desenvolvimento do fenómeno e as causas para a situação de Sem-Abrigo. Existem diferentes causas que contribuem para esta situações, das quais se destaca problemas de cariz económico, político e social (Costa, 2004). Segundo Costa (2004), e embora as situações de Sem-Abrigo tenham causas sociais diferentes, uma boa parte do agravamento significativo desta situação é o resultado dos baixos salários, do aumento do desemprego, do ciclo de pobreza e de exclusão social que tem atingindo milhares de famílias, na sua maioria agregados familiares nucleares, em idade ativa

e com profissões pouco qualificadas, incluindo as famílias monoparentais, que as impedem de poderem assumir as suas responsabilidades (Semedo, 2012).

Pereira & Silva (1999) caracterizam o fenómeno Sem-Abrigo como sendo algo que não acontece por acaso e que está relacionado com experiências e acontecimentos ou trajetórias que confrontam fragilidades, que estimulam pertenças institucionais e finalizam em processos de ruturas, como por exemplo, as ruturas familiares, a perda de emprego, o divórcio, etc.

Pimenta (1992) refere o conceito do fenómeno Sem-Abrigo como sendo uma característica individual do sujeito, isto é, a sua condição é considerada como consequência de defeitos do próprio sujeito. Este fenómeno deixou de ser considerado como marginal e restrito a indivíduos ou grupos. Atualmente é atribuído à forma como a sociedade se encontra organizada, ao modo como se estrutura e às desigualdades sociais que lhe são pertencentes. Assim se justifica pela discrepância de situações e de percursos que a situação do Sem-Abrigo confina. Já em Portugal, assim como em alguns outros países da Europa, persistem e aumentam as discrepâncias económicas e sociais, alimentando-se elevadas taxas de pobreza pelo que existem mais fatores de vulnerabilidade ao empobrecimento e, por conseguinte, uma maior ocorrência das expressões mais extremas do fenómeno (Pimenta, 1992).

Em Portugal, no ano de 1993, tal como referiu Fernandes (1993) estimava-se que existissem em Portugal próximo de 4.500 pessoas em situação Sem-Abrigo. Mais tarde, em 1999, para Bento, Barreto & Pires (1999) estabeleceram que a população Sem-Abrigo variaria entre os 2.000 e os 3.500. No mesmo ano, Pereira & Silva (1999), determinaram um número mínimo de 654 e um máximo de 859 pessoas a pernoitar nas ruas de Lisboa. Mais recentemente, segundo informações disponibilizadas pela S.C.M.L. (2015), o último estudo estatístico referente aos Sem-Abrigo, foram sinalizados 440 Sem-Abrigo na rua e 376 em centros de acolhimento, totalizando 816 Sem-Abrigo na cidade de Lisboa. Essa contagem foi realizada em Maio de 2015 por colaboradores e voluntários de todas as Juntas de Freguesias da cidade. Cerca de 1.200 voluntários, repartidos por 228 equipas, percorreram as ruas de 24 freguesias de Lisboa, na noite de 14 de maio de 2015, numa ação de contagem da população Sem-Abrigo, organizada pela SCML, como se referiu. Os dados obtidos no ano transacto traduzem um decréscimo relativamente a 2013, dado que, a 12 de dezembro de 2013, foram

sinalizados 509 Sem-Abrigo na rua, além dos 343 que dormiam em centros de acolhimento nessa noite, prefazendo um total de 852 pessoas a viver nas ruas da capital.

O objetivo desta recontagem tinha como finalidade avaliar o número de pessoas em situação de Sem-Abrigo, a sua tipologia e as eventuais alterações desta população na capital.

Conforme já pesquisado por vários autores, muitos estudos afirmam que o fenómeno de Sem-Abrigo, sofre, na atualidade, as mesmas patologias dos estudos anteriores, tendo como causas: doença mental e física, alcoolismo e ruturas. Estima-se que um em cada oito Sem-Abrigo sofra de doenças crónicas como do foro mental ou de saúde física (Carrinho, 2012).

2.7. Abordagem psicossocial dos Sem-Abrigo

Como já referimos nos capítulos anteriores, os Sem-Abrigo de hoje não são os mendigos e vagabundos de há umas décadas como muitos costumavam julgar. Surge uma nova geração de excluídos da sociedade, resultante da crise económica, do desemprego, do consumo de drogas e substâncias e das influências das políticas sociais (Pimenta, 1992). O conceito Sem-Abrigo, utilizado atualmente, caracteriza a questão da habitação, num sentido mais restrito, da pobreza e exclusão social num sentido mais alargado (Bento, 2002). A situação de Sem-Abrigo atinge um grupo heterogéneo de pessoas que ultrapassa em larga medida a representação social que tínhamos de pessoas nestas situações. Como foi observado, são vários os fatores apurados como potenciais candidatos à situação de Sem-Abrigo, desde as problemáticas mentais, as influências socioeconómicas, a desinstitucionalização e o papel desempenhado pelos serviços sociais (Toro, 1998).

Dentro da atual realidade de Portugal, ao nível das influências socioeconómicas, segundo Sousa (2001), destaca-se as dificuldades financeiras, os elevados preços das habitações, o abuso de substâncias, a influência de conflitos familiares e o emprego precário (sobretudo para as pessoas com baixas qualificações). A crise familiar, os problemas de saúde e a toxicodependência são as principais razões que justificam o elevado número de Sem-Abrigo em Portugal (ISSS, 2004); quer isto dizer que “os fatores que mais frequentemente conduzem à situação de sem-abrigo situam-se nas áreas da saúde, desemprego, problemas

familiares e relacionais”. Contudo, a pobreza é a maior causa para contribuir para situação de Sem-Abrigo (Costa, 2004, p. 79). Quanto ao percurso profissional, ele é comumente caracterizado por uma sucessão de trabalhos precários, intermitentes e frequentemente sem descontos para a Segurança Social (SS), pelo que uma vez demitidos ou doentes, perduram à margem dos mecanismos de proteção social relacionados ao emprego.

Bento & Barreto (2002) descreve no seu trabalho causas das patologias da vinculação familiar. Como o contacto com os Sem-Abrigo revela com frequência, existe algum grau de perturbação em áreas como o casamento e a relação com os filhos, pais e irmãos. Uma recolha breve da história permite encontrar com frequência os seguintes dados (Bento & Barreto, 2002, p. 99, 100): 1) a ausência de contactos atuais com familiares por perdas, inacessibilidades ou conflitos; 2) a tomada de opção em não constituir família, permanecendo solteiros ou então uma história de casamento ou ligação de curta duração, instável ou conflituosa (sendo motivos frequentes apresentados a traição conjugal, o alcoolismo e a conflitualidade doméstica); 3) quando existem filhos, predominam a ausência de ligação com eles. Na população do género masculino, após a separação, é frequente que os filhos fiquem com a mãe; nas mulheres, é frequente ter-lhes sido retirado a custódia dos filhos para instituições ou outros familiares; 4) relativamente à família de origem, é frequente encontrarmos pessoas que foram criadas fora da família nuclear, em instituições ou por outras figuras de substituição como avós, tios, padrinhos, famílias de acolhimento ou adotivas; 5) quando criados com os pais, são frequentes as histórias de perdas precoces de um dos pais ou ausência do progenitor (filhos de pai incógnito) e, portanto, de um modelo de família monoparental, com a ausência da figura paterna; 6) quando criados por ambos os pais, são comuns histórias de conflitos intensos (na relação pais-filhos, no casal) e de alcoolismo ou outras problemáticas num dos progenitores; 7) a saída de casa é, na maioria dos casos, precoce (9-14 anos), estando, por vezes, relacionadas com fugas de casa ou com a entrada no mundo do trabalho. Este facto faz com que seja frequente se encontrarem pessoas que tiveram o seu primeiro episódio de rua enquanto menores; por fim, 8) também se encontram pessoas que nunca se autonomizaram dos pais, perdendo a casa após o seu falecimento, em adulto.

Bento & Barreto (2002) analisaram o padrão de vinculação de vinte e um Sem-Abrigo com o objetivo de comprovar se manifestavam um padrão de vinculação seguro. Esse facto não ocorreu e, por isso, concluiu-se que não conseguiram construir um grau de

confiança básica nos outros e em si mesmo. Os sujeitos distribuíram-se entre os padrões de vinculação inseguro-evitante, o inseguro-ambivalente e, mais de 50%, no padrão de vinculação inseguro-desorganizado, uma categoria que inclui elementos de comportamento tanto evitantes como ambivalentes e, conseqüentemente, de maior confusão, ansiedade e desorganização (Ainsworth, 1982; Main, 1998). Esta investigação teve como objeto de estudo a forma como os Sem-Abrigo representam as relações e os laços afetivos com os outros.

Segundo Snow & Anderson (1993), a população Sem-Abrigo parece sustentar relações de proximidade e sólidas: as relações têm a tendência de ser inconstantes, passageiras e superficiais, numa combinação contraditória entre uma sociabilidade fácil, isolamento e desconfiança.

Já Thelen (2006), fez uma investigação acerca da problemática dos Sem-Abrigo em três países (Bélgica, França e Portugal), através de metodologias diferenciadas, privilegiando um trabalho de observação participante como voluntário em associações de suporte aos Sem-Abrigo e, mais curioso ainda, portando-se como um Sem-Abrigo, participando no mesmo modo de vida. Sendo o objetivo primordial da pesquisa perceber as transformações identificadoras e relacionais que decorrem da situação de viver na rua, de outro modo, defende o autor, esse conhecimento não seria possível sem aprofundar verdadeiramente no quotidiano dos Sem-Abrigo e tentando entender as necessárias estratégias de sobrevivência e as obrigatórias opções que derivam deste modo de vida. Mais importante que analisar as causas, o autor procurou as estratégias de sobrevivência exigidas por este modo de vida, encontrando dois elementos centrais: a adaptação à rua, enraizada na negação dos outros “*le déni des autres*” e o exílio de si “*l'exil de soi*” (Thelen, 2006). O autor ressalta que a adaptação à rua é resultado de um longo percurso de falta de afeto, de deficiente enraizamento familiar, reforçado pela humilhação inerente à situação de Sem-Abrigo. A rua emerge como um universo ditado pela máxima «cada um por si e todos contra todos», transformando cada um numa ilha, apartada de afetos e de solidariedades. A «negação dos outros» surge aqui com um duplo significado: a negação factual e simbólica que os outros atribuem aos Sem-Abrigo e, a reclusão pessoal dos Sem-Abrigo, como única estratégia que lhes permite viver com toda esta desvinculação, preservando ainda assim, o que sobra de uma identidade. O “*exílio de si*”, segundo o autor, passa pela capacidade de restringir de tal modo as necessidades e simplificar a sua existência de forma a instrumentalizar a relação com o mundo exterior, adaptando-se às imposições de um contexto que lhes é adverso. O “*exílio de*

si” pressupõe a transformação da percepção do tempo, dos outros e de si próprio, permitindo-lhes viver na rua, com tudo o que tal implica: a descuidada e precária gestão da higiene, das emoções, das situações de saúde e do restante conceito de cidadania. Nesta visão, poderíamos dizer que os Sem-Abrigo acionam estratégias de aprendizagem que lhes permitem viver no “*exílio de si*” e de todos os outros, apoiando-se frequentemente em algo que facilita o lidar com esta imensa solidão, nomeadamente o álcool e as drogas (Thelen 2006, Carrinho 2012).

Capítulo 3

3.1. Saúde dos Sem-Abrigo

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a saúde é um completo estado de bem-estar mental, físico e social, e não unicamente a ausência de doença ou perturbação. Na atualidade, já não é criada unicamente em termos biológicos ou médicos, expressando-se também em função do contexto económico, social, político e cultural. O que vem, atualmente, a preocupar são os principais elementos do quadro conceptual recente da *saúde da população*, determinada por um vasto leque de fatores: o património biológico e genético; o desenvolvimento saudável e o acesso aos serviços de saúde; o meio físico envolvente e as capacidades de adaptação à vida quotidiana; o rendimento económico; o emprego e as condições de trabalho; as redes de suporte social e a educação. No que diz respeito aos Sem-Abrigo, muitos destes aspetos estão gravemente comprometidos e, provavelmente por esse motivo, a saúde desta população tem sido, recentemente, alvo de grandes investigações, sendo o domínio relativamente ao qual encontramos mais informação reunida e disponível (Quintas 2010).

A vida de rua dos Sem-Abrigo faz com que a saúde seja muita fragilizada e sofra correlações evidente entre itinerância e debilitação. Porém, é difícil estabelecer uma relação causal linear entre estes dois conceitos. Isso faz com que a saúde debilitada passe por fatores de riscos para o indivíduo. Entretanto, esta vida de rua só aumenta a fragilidade da saúde dos Sem-Abrigo e dificulta ainda mais o realojamento. Outro caso são as doenças graves e súbitas, doenças crónicas ou acidentes. Como não possuem seguros de saúde ou subsídios sociais, têm dificuldades em suportar as despesas médicas bem como os custos associados ao tratamento da sua doença e não têm tempo para o tratamento. Portanto, a saúde dos Sem-Abrigo agrava-se pela falta de recursos necessários, pela inacessibilidade, por não terem um alojamento seguro, por falta de uma alimentação saudável e variada e por falta de higiene pessoal adequada, etc. (Quintas, 2010).

É encontrado na literatura registo de prevalência de infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) entre pacientes psiquiátricos Sem-Abrigo. A grande maioria destes doentes apresentam comportamentos de risco e o diagnóstico de soropositivo para o

VIH é frequente (Empfield, Cournos & Meyer, 1993; Susser, 1993). Os comportamentos sexuais praticados por esta população, com a falta de prevenção, tanto nestes comportamentos como nos abusos dos consumos de drogas via endovenosa, são responsáveis pelas altas taxas de contágios de VIH (Garrucho, 2000).

3.2. Saúde Mental

A OMS, como já foi referido, define a saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade.

Há já algumas décadas, muitos estudos realizados a nível de saúde mental, referem que pobreza tem um grande destaque para alguns autores, que apontam frequência de distúrbios mentais em população mais empobrecida. Vários estudos realizados em diversos países destacam essa associação. Um dos estudos realizados, da autoria de Faris & Dunham (1940) tem como finalidade analisar a distribuição de admissões hospitalares por esquizofrenia e depressão na cidade de Chicago. Os mesmos autores constataram que existia uma taxa dez vezes maior de admissões por esses distúrbios por pessoas procedentes de zonas mais empobrecidas.

Outro estudo extenso e muito importante foi conduzido com o propósito de responder, sobretudo, à seguinte pergunta: «Se as pessoas que não apresentam um episódio psiquiátrico atual teriam um maior risco de apresentá-lo no futuro se vivessem na pobreza?». As informações para a análise desse estudo faziam parte do brilhante trabalho New Haven ECA Program dos EUA. Com uma amostra de 3.455 pessoas, das quais 7,9% destas viviam na pobreza. Os indivíduos que não apresentassem distúrbios mentais na primeira entrevista, eram entrevistados novamente, num período de seis meses. O instrumento utilizado para a avaliação psiquiátrica foi o Diagnostic Interview Schedule (DIS). Onde resulta uma taxa de distúrbios mentais maior na população pobre relativamente ao outro grupo pesquisado. Onde a categoria de população mais pobre apresenta uma taxa de 15% e o outro grupo 9%, e quando os distúrbios foram analisados separadamente as diferenças de depressão maior na mesma população 17,4% contra 9,0% e esquizofrenia com 1,5% contra 0,5%, resultados esses que se demonstram significativos. Ainda foi observado, que os efeitos da pobreza na saúde mental eram intensos, independentemente de género, idade e raça (Buhrichet *al.* 2000).

Concernente à pobreza com a doença mental é um tema ainda delicado e tem sido extensamente estudada. Sendo esta ligação multi-direcional, pode ser caracterizada em três níveis de associação. A causalidade social, é uma das teorias explicativas a este sentido, que requer uma associação entre baixo nível socioeconómico e maior contraste ambiental, o que quer dizer, casualidade de vida stressantes, má qualidade dos cuidados maternos e obstétricos, escassez de recursos sociais, sendo esta a principal via de maior risco de doença mental associado ao baixo nível socioeconómico. Demonstrando assim, que a pobreza material possa ser um fator de risco para o desenvolvimento de doença mental. Uma segunda teoria contraditória à primeira, é a da seleção social. Esta teoria sustenta que a doença mental ocorre com mais frequência quando é associada a um baixo nível socioeconómico. Conforme este modelo, a doença pelas limitações que condiciona, é aplicada quando há numa baixa escolaridade, desemprego, maior pressão familiar. Consequentemente, menor coesão familiar, isolamento e maior exposição a consequência do estigma, contribui para que as pessoas afetadas sejam “forçadas” para a categoria socioeconómicos mais baixas (Carrinho, 2012).

Relativamente à população pobre e Sem-Abrigo e os seus diferentes distúrbios mentais existem poucos estudos referentes a essa temática. Contudo, um dos escassos estudos foi conduzido em Los Angeles e teve como objetivo responder a essa investigação (Linn *et al.*, 1990). Foram entrevistados 464 pacientes que frequentaram durante o período de um ano o serviço médico de um grupo carenciado de Los Angeles: 214 eram Sem-Abrigo e 250 eram moradores de bairros sociais. Ainda que os dois grupos apresentassem um grande predomínio de problemas mentais, o grupo de Sem-Abrigo era significativamente mais propício a manifestar hospitalizações psiquiátricas anteriores por problemas mentais e alcoolismo e uma maior frequência de sintomas psicóticos. Portanto, as condições precárias em que essas pessoas se encontram, morando na rua ou em albergues, desencadeiam ou agravam sintomas anteriores.

Segundo Toro (1998), observando diversos estudos homogéneos do ponto de vista da metodologia e dos conceitos, certificou que a maioria dos sujeitos em situação de sem-abrigo não apresentava problemáticas psiquiátricas e muitos dos que as apresentavam nunca haviam sido hospitalizados. Embora a proporção dos sujeitos sem-abrigo com estas problemáticas não representar mais do que um terço da população total.

Nos estudos mais recentes, os autores Herman *et al.* (1997) & Kamieniecki (2001), divulgam que um terço da população de adultos solteiros que vive em condições de Sem-Abrigo sofre de algum tipo de desordem mental grave. Todavia, este tipo de pessoas não possui, a maioria das vezes, as competências necessárias para procurar e obter alojamento, bem como benefícios de outras instituições da rede social. São pessoas que se encontram frequentemente afastadas do agregado familiar e dos serviços sociais e comunitários que possam ajudar. É, no entanto, pertinente referir que a maioria dos serviços de saúde prevê que os doentes tenham residência e um número de contacto, requisitos estes que são alheios à realidade dos Sem-Abrigo. Infelizmente, são assim, regra geral, excluídos dos tratamentos farmacológicos para indivíduos com um elevado histórico de patologias severas do foro psiquiátrico, sendo que a própria patologia lhes retira a noção da necessidade de tratamento. No que diz respeito a prevalência de problemas de saúde mental na população Sem-Abrigo é consistentemente verificada nos diversos estudos, existindo na maioria dos indivíduos, pelo menos uma patologia associada (Herman *et al.*, 1997; Kamieniecki, 2001).

As investigações ainda identificam que cerca de 50% da população Sem-Abrigo têm problemas com consumos de substâncias, principalmente de toxicodependência ou alcoolismo (Goering *et al.*, 2002). Também os quadros de alteração de humor, de ansiedade e psicóticos são significativamente superiores dentro desta população (Cauce *et al.*, 2000; Herman *et al.*, 1997; Kamieniecki, 2001).

Um outro estudo realizado no âmbito da presença de situações de vida e geradores de *stress* na população Sem-Abrigo confirma que uma grande maioria foi alvo de abusos na infância, tanto físicos, como psicológicos, sendo que 33% revelam ter sido vítimas de abusos físicos ou sexuais, (Buhrich *et al.*, 2000). Os estudos efetuados confirmam que a existência de histórias de maus-tratos na infância predispõe o indivíduo a situações de risco futuras (Noell *et al.*, 2001; Stewart *et al.*, 2004). Craig & Hodson (1998), num outro estudo realizado com jovens adolescentes, assimilam em relação à probabilidade de ficar em situação de Sem-Abrigo, os seguintes fatores: existência prévia de desordens psiquiátricas, adversidades na infância e dificuldades educacionais.

Outro estudo conduzido nos E.U.A. (North *et al.*, 1998), com pessoas em situação Sem-Abrigo na idade adulta, revela resultados semelhantes aos que foram encontrados em

estudos anteriores demonstrando, assim, a existência de alta prevalência de desordens psiquiátricas nesta população anteriores à vivência de Sem-Abrigo.

Já Martijn & Sharpe (2006) desenvolveram um estudo no qual pretendem identificar as experiências de vida da população Sem-Abrigo, que lhes permitisse criar um percurso anterior a esta condição. Deste modo, identificam como fatores habituais os seguintes: 1) após a experiência de Sem-Abrigo a maioria dos jovens aumenta os sinais de doenças mentais, sobretudo em quadros de dependência de álcool ou drogas; 2) o trauma é uma experiência comum entre os jovens antes da deslocação em mais de metade da amostra; por fim, 3) atitudes criminais não precedem a situação de Sem-Abrigo, no entanto, após esta vivência, tornam-se comuns (Martijn & Sharpe, 2006).

Segundo Carrinho (2012), o agravamento das debilidades antecedentes torna fundamental a existência de planos de intervenção especialmente dedicados a população Sem-Abrigo com patologia psiquiátrica. Providenciar alojamento e estruturas de apoio para indivíduos com problemas psiquiátricos, especialmente a Sem-Abrigo, é um dos maiores desafios da legislação sobre a saúde mental comunitária. Existe uma mudança de conceito sendo que, presentemente, estes indivíduos já não são entendidos como incapazes de aceitar ajuda e conseguir melhorias ou mesmo como meros recipientes de serviços: são encarados enquanto cidadãos com capacidade de total integração e participação social (Carrinho 2012).

3.3. Toxicodependência

Ao longo dos anos várias têm sido as definições atribuídas ao conceito de «Sem-Abrigo» (Roll *et al.*, 1999; Toro 2007). Neste sentido, numa caracterização do conceito de Sem-Abrigo, os autores Roll *et al.*, (1999) num estudo realizado nos E.U.A., caracterizou as pessoas Sem-Abrigoem três grupos diferenciados como: 1) homens solteiros; 2) mulheres solteiras e 3) mulheres solteiras com filhos. Os resultados apontaram que os homens solteiros são os que menos mantêm contatos com seus familiares, assim como os que apresentam taxa elevadas de abusos de álcool e drogas. Já por outro lado, as mulheres solteiras com filhos dizem receber mais assistência social que os restantes, já indicando que a política de assistência norte-americana dá menos apoio às pessoas Sem-Abrigo solteiras sem filhos, sem

histórias de uso de drogas ou álcool. Segundo Wright & Tompkins (2005), o consumo de substâncias ilícitas nesta população, como cocaína e heroína, é muito frequente.

Tal como referiu Bento *et al.* (1999), numa amostra de Sem-Abrigo de uma determinada zona de Lisboa no seu estudo, comprovaram que 32% dos indivíduos tinham dependência de álcool e 17% tinham dependência de outros tipos de drogas. Isto reforça a ideia de que é alarmante a percentagem de indivíduos Sem-Abrigo com problemas de toxicodependências dentro da cidade de Lisboa, sendo que atualmente se estima que esses valores sejam ainda mais elevados.

Segundo Faupel (1991) a vida dos indivíduos passa a desestruturar por motivo do consumo de drogas por dois motivos principais: 1) a perda de emprego e 2) a rutura dos laços familiares. Perante isto, inicia-se um percurso de exclusão, marginalidade, risco e delinquência. Neste procedimento, a disponibilidade das drogas é diminuída devido à escassez dos recursos económicos. Contudo, a necessidade do consumo aumenta proporcionalmente à tolerância da substância no organismo, aumentando severamente as situações de privação ou “*ressaca*”. Por outro lado, sendo o acesso à droga mais dificultado, os sujeitos passam a injetar a substância com o objetivo de sentirem o mesmo efeito mas com menos quantidade e com efeito mais rápido. Desta forma, os sujeitos agravam os problemas de saúde já existentes ou passam a ter mais riscos a nível de saúde. Assim sendo, aumenta a necessidade de obtenção de dinheiro por atividades ilegais, quer através da mendicância quer através de práticas criminais. Este conceito é chamado de *junkie*, e, em poucas palavras, define-se “O *junkie* caracteriza-se por organizar toda a sua vida em função da sequência compra – chuta – curte – ressaca - compra” (Fernandes & Ribeiro, 2002, p. 60).

Segundo Ploeg & Scholte (1997) a dependência de substâncias é o segundo maior problema encontrado na população jovem em situação de Sem-Abrigo, sendo que o consumo de álcool e drogas entre esta população é um problema muito crescente ainda e, por isso, o problema do consumo de álcool e de substâncias ilícitas é um fenómeno frequente à causalidade de Sem-Abrigo. Este facto faz com que, muitas vezes, o indivíduo com o próprio comportamento aditivo, se conduza por percursos irreparáveis como as perdas de componentes em todas as áreas de sua vida, inclusive família, um lar, até mesmo um abrigo, quando já não resta mais nada.

Muitos estudos já realizados constataam que a própria situação a nível mental ou com problemas a nível de álcool, já acumulam as chances de tais indivíduos serem desviados do meio familiar, abrindo-se caminhos para situação de Sem-Abrigo. Sendo que esta situação não é apenas uma a mais a adicionar às restantes limitações que empregam a população Sem-Abrigo (Stark, 1992).

Alguns estudos comprovam que indivíduos com perturbações causadas pelo consumo de substâncias são mais frequentes em amostras na população Sem-Abrigo do que em população em geral. Porém, os Sem-Abrigo demonstram também níveis alterados de problemas de saúde mental e física e custos elevados nos cuidados de saúde, isso acontece quando comparados com uma população em geral. (Kelly, 2001). Os estudos comprovam ainda que os Sem-Abrigo têm mais experiências traumáticas, famílias Sem-Abrigo ou instabilidade familiar durante a infância ou adolescência. Assim, a alta prevalência de consumo e abuso de substâncias faz parte da vida de muita população Sem-Abrigo e tem sido bem documentada. Porém, existe pouca documentação a respeito da sobreposição entre a toxicodependência e outras vulnerabilidades pessoais e sociais associados à população Sem-Abrigo (Booth *et al.*, 2002).

Segundo Page & Nooe (2002), tanto a toxicodependência como a prostituição além de serem problemáticas da situação de Sem-Abrigo, constituem igualmente um alto risco de contaminação de doenças infectocontagiosas, resultante do seu estilo de vida, dado que nem todo o Sem-Abrigo toxicodependente permite que se faça um acompanhamento apropriado, não sendo fácil fazê-lo com que compareça às secções de terapias necessárias.

Assim, o conjunto de problemáticas complicadas “Sem-abrigo e toxicodependência” num mesmo sujeito, não só se torna mais grave como transfere as consequências mais prejudiciais, como será o caso da contração de novas doenças ou desenvolvimento de patologias graves já existentes (Carrinho, 2012).

Os autores Bento & Marmeleiro (1989), no seu trabalho realizado em Lisboa com a população Sem-Abrigo, concluíram que 83% dos Sem-Abrigo investigados apresentavam uma doença psiquiátrica, e, entre as patologias, destacaram a esquizofrenia e o alcoolismo com uma ocorrência de 24%, seguida das perturbações da personalidade, que afetam 20 % dos investigados.

Desta forma, podemos dizer que, na maioria dos casos o passado clínico do indivíduo “Sem-Abrigo”, mostra que já eram doentes ou tinham problemas com álcool ou algum tipo de droga, até mesmo antes de entrarem para situação de Sem-Abrigo.

Capítulo 4

4.1. Os imigrantes em condições de Sem-Abrigo em Portugal

Monteiro *et al.* (2013) refere que o cidadão “Sem-Abrigo” está precisamente fora da comunidade. Ainda assim, este fenómeno apresenta grandes desafios quanto aos cidadãos nacionais. Esse facto faz com que seja mais fácil compreender-se a afabilidade da questão quando se trata de cidadãos estrangeiros que poderão não dominar a língua e não ter redes de suporte social onde possam recorrer. As autoras ressaltam ainda, que importa “romper com as falsas evidências do senso comum e interrogar, de uma perspetiva científica, os fatores sociais” que é gerador deste fenómeno, pois os imigrantes Sem-Abrigo não chegam a Portugal, necessariamente, com essa condição. Porém, há um conjunto de perfis por desenhar quanto às razões e condições do problema de forma a poder-se atuar mais eficazmente.

Segundo o estudo de Monteiro *et al.* (2013), é pertinente analisar neste contexto as seguintes questões de investigação 1) Porque se tornou esta população imigrante? E 2) Porque é que estes imigrantes se tornam Sem-Abrigo, na sociedade portuguesa? Segundo as autoras, para realizar a investigação enunciada foi necessário:

“Em primeiro lugar, realizar um inquérito que procura conhecer o fenómeno em extensão, ou seja, caracterizar a população imigrante sem-abrigo em Portugal, desenhando o seu perfil e os principais padrões do fenómeno. Em segundo lugar, foram realizadas, ainda, 19 entrevistas semi-diretivas imigrantes sem-abrigo que permitem, numa lógica compreensiva e em profundidade, esboçar ideais-tipo do percurso de vida do imigrante sem-abrigo, desde o seu projeto migratório até à condição de sem-abrigo”.
(Monteiro *et al.* (2013), p. 19, 20).

O resultado desta investigação contempla ainda um avanço conceptual muito relevante para a teoria e a *praxis* que rodeia a dupla fragilidade sob interesse. O olhar

qualitativo, pela realização de entrevistas aos próprios imigrantes Sem-Abrigo (foram 19 entrevista ao total), permitiu a construção de duas categorias analíticas emergentes: “Sem-Abrigo Imigrante” e “Imigrante Sem-Abrigo”. Quer isto dizer que, enquanto na primeira, encontramos um Sem-Abrigo que também é imigrante, a condição em que se encontra não depende, diretamente, da sua condição de imigrante; a categoria “Imigrante Sem-Abrigo” revela uma outra realidade, já que abrange todas as situações em que essa condição depende diretamente da de imigrante (Monteiro *et al.*, 2013).

Por sua vez, uma das informações mais proeminentes da análise quantitativa:

“É o de que um dos aspetos mais determinantes para a existência de condições de vida com qualidade (para migrantes como para todos) é o das condições de saúde (...) As condições de saúde agravam a vulnerabilidade do indivíduo perante o mercado de trabalho (...). Finalmente, certas doenças ou condições físico-psicológicas podem estar, elas próprias, na origem de um processo de deterioração da capacidade do indivíduo se manter relacionado de modo eficaz, nas diversas dimensões da sua vida: emocional, familiar, profissional. É o caso das dependências químicas (álcool ou drogas) ou de algumas doenças do foro mental (como algumas psicoses, quando não acompanhadas de tratamento) ”Monteiro *et al.* (2013, p. 150).

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), referentes o ano 2006, 3% da população mundial era imigrante, ou seja 200 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de origem, esperando-se que mais 100 milhões migrassem para as regiões mais ricas, até 2050 (ONU, 2006).

Nas últimas décadas, Portugal deixou para trás o facto de ser um país apenas de emigração, iniciando o seu processo de país recetor, iniciado na década de 1960, com a vinda de pessoas descendentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), particularmente de Cabo Verde, mas igualmente de países europeus e do continente norte-

americano (Peixoto, 2004). As quantidades de entrada diversificam-se temporalmente de acordo com o contexto económico e político interno, políticas europeias de controlo de fronteiras externas e processos de globalização, registando-se a vinda de estrangeiros procedentes do Brasil, de países da Europa de Leste ou ainda de países asiáticos. A partir dos anos de 1990, Portugal passa a ser um país de imigração propriamente dito quando os saldos migratórios se tornam positivos.

Hoje a imigração é um fenómeno de grandes proporções, pelo que os governos portugueses têm procurado integrar, através de programas de âmbito nacional e local, as populações imigrantes à realidade nacional num esforço de acolhimento, compreensão e integração, num ângulo intercultural e simultaneamente globalizado (Pires, 2011).

Relativamente aos Sem-Abrigo, a presença de imigrantes Sem-Abrigo em Portugal tem revelado, nos últimos anos, sinais de vulnerabilidade socialmente específicos. Os autores Costa & Baptista (2002) indicam que os processos de migração internacional são simultaneamente causa e consequência de um processo de exclusão social, comportando mudanças na ordem socioeconómica para os países de acolhimento.

Segundo Lisboa *et al.* (2010), população estrangeira habitante em Portugal tem vindo a crescer de uma forma sólida desde 1980 até 2008, aumentando 8,6 vezes a nível global, 7,6 nos homens e 10 nas mulheres. Este maior crescimento da população estrangeira de mulheres é particularmente significativo e de uma forma mais constante de 2000 a 2005 e pontualmente em 1996-1998, 1981-1982 e 2007-2008.

O mesmo autor realça que, se considerarmos o país de origem, de entre os três mais característicos em Portugal, com algumas exceções no ano 2007, registou-se um maior número de entrada de mulheres estrangeiras superando o dos homens, no caso concreto brasileiras. É comparado uma situação semelhante quando se faz uma análise por continente, considerando-se que apenas a América central e do sul regista uma proporção de mulheres mais elevada que a dos homens, um resultado, justamente, do peso relativo das mulheres brasileiras (Lisboa *et al.*, 2010).

Segundo Lisboa *et al.* (2010) os dados do SEF (Serviço Estrangeiro e Fronteiras) revelam ainda outras nacionalidades em que as mulheres estão em maior número como é o caso de muitos dos países do Leste europeu (República Checa, Lituânia, Eslovénia,

Eslováquia, Letónia, entre outros). Relativamente aos PALOP, apenas no caso de São Tomé e Príncipe o número de homens não supera o de mulheres.

Relativamente ao trabalho efetuado por Monteiro *et al.* (2013), foi observado que a maioria dos imigrantes Sem-Abrigo é oriunda, e tem nacionalidade, de PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Mas nesta situação compara-se a ligeira diferença entre nacionalidade e país de origem, o que se explica por razões históricas e de processos de aquisição de nacionalidade. Em todos os restantes grupos a sobreposição das duas categorias é quase total. Seguem-se os imigrantes oriundos da Ucrânia que, pela sua representação (16%), se resolveu destacar enquanto categoria autónoma dos “Outros países do Leste” europeu. Já o mesmo acontece com os imigrantes da Roménia (6%). A categoria “Outros países de Leste” apresenta cerca de 15% das respostas, por agregar um leque vasto de países. Foi verificado, em contraste, que cerca de 7% dos imigrantes na condição de Sem-Abrigo são oriundos de “outros países africanos”, 4% de países orientais (Índia, Paquistão, China, Bangladesh, Nepal) e 5% de países da Europa Ocidental (Itália, Espanha, Alemanha, França, Áustria, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Bélgica, Grécia e Irlanda). No mesmo estudo, verifica que 56% dos indivíduos da Roménia se encontram na situação de Sem-Abrigo, mesmo tendo documentação, o que aponta para outros fatores sociais inerentes a esta condição.

Embora a nacionalidade brasileira seja a mais apresentada na nossa imigração atual (Rosa & Chitas, 2010), os Sem-Abrigo brasileiros são representados por um pequeno número (apenas 6% dos indivíduos em análise). O resultado é relevante e aumenta o indício sobre os processos diferenciais de integração das diferentes origens nacionais, nomeadamente uma maior empregabilidade e integração social destes indivíduos, correspondente a fatores tão distintos quanto uma maior pronúncia com redes pessoais (familiares e de amizade), a língua (maior facilidade de comunicação), a cor da pele (menor racismo e associação de mais estereótipos positivos), habilitações escolares e/ou profissionais (Lages *et al.*, 2006). Sendo assim, é pertinente ressaltar que os imigrantes brasileiros têm sido beneficiados, nos últimos anos, de medidas legislativas especiais que têm como objetivo de viabilizar a sua legalização. Por essa razão, o número de imigrantes brasileiros quadruplicou em apenas cinco anos (Rosa & Chitas, 2010). Este fator revela ser de extrema importância já que ajuda sem dúvida o acesso ao mercado de trabalho, ainda que de forma precária e em funções pouco qualificadas

e consequente manutenção de uma situação que evite os processos de desafiliação social, que estão na origem da condição de Sem-Abrigo.

Relativamente ao mercado de trabalho dos imigrantes, segundo alguns autores como Peixoto (2002), foram incorporados dois modelos de segmentos: primário e secundário. Os brasileiros destacam-se, ocupando o mercado primário como gestores de empresas, profissionais liberais e outros segmentos qualificados, mas também se enquadram no mercado secundário como operários na construção civil, empregadas de limpeza, restauração, estes empregados de tendo poucas qualificações, como outros imigrantes Africanos e do Leste Europeu.

Referente ainda ao trabalho Monteiro *et al.* (2013), sobre os inquiridos, relativamente a situação de legalização no país, mais da metade estão em situação ilegal (50,4%) enquanto, que 34% possui algum tipo de documentação, quer seja por autorização de atividade profissional, por curta duração, por visto de residência, por reagrupamento familiar ou outro, mas nem todos se incluem na situação de Sem-Abrigo. Os mesmos autores ressaltam também que 81,3% dos inquiridos estão desempregados, situação onde surge uma maior vulnerabilidade associada à irregularidade da situação da Lei de Estrangeiros. Nomeadamente para efeitos de empregabilidade e acesso a outros direitos de cidadania, no que diz respeito à existência desses documentos, não garantem um maior acesso a tais direitos, onde se cruza com outros fatores, como o desemprego, a crise económica em Portugal e em toda Europa desde 2010.

No que se refere ao grau de escolaridade dos imigrantes em situação de Sem-Abrigo, os indivíduos dos PALOP reúnem menos qualificações (sem nível básico de escolaridade). Os indivíduos de “outros países de Leste”, são os que apresentam maiores qualificações, sendo que mais de 70% tem qualificações de nível secundário ou mais (superior e formação profissional). Já os imigrantes de países da Europa Ocidental possuem graus de escolaridade mais elevados (Monteiro *et al.*, 2013).

Quanto ao tempo de permanência na situação de Sem-Abrigo, foi verificado que os mais jovens, com idades próximas dos 37 anos, estão entre os que se encontram nesta situação. Entram nesta situação logo nos primeiros 6 meses de imigração, por falta de integração como a ausência de rede de suporte social, a falta de emprego, entre outras (Monteiro *et al.*, 2013). Os mais velhos, com idades que rondam os 43 anos, entram na

situação de Sem-Abrigo a partir dos 5 anos de habitação. É mais tardio porque, ao residirem há mais tempo no país já estão inseridos num grupo social e são os que mostram uma percentagem menor de indivíduo Sem-Abrigo. Com o tempo variam as atitudes e os comportamentos, tais como as estratégias de sobrevivência, o relacionamento com as instituições e as estratégias de inclusão (Soares, 2004).

Já no que se refere na duração da permanência em situação de Sem-Abrigo dos imigrantes, Monteiro *et al.* (2013) afirma que os indivíduos que vêm dos PALOP são aqueles que estão há mais tempo na situação de Sem-Abrigo (cerca de 30% há mais de 5 anos e cerca de 55% de 2 anos). Em comparação, os Sem-Abrigo oriundos de outros países como a Roménia, Brasil e de países da Europa Ocidental são os indivíduos que se encontram nesta situação há menos tempo (menos de 6 meses).

Capítulo 5

5.1. Importância da integração/inserção social do Sem-Abrigo

A integração social destina-se a um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. A sua capacidade passa pela integração entre três sistemas: 1) o sistema político-jurídico, que tem a atribuição de operar a integração cívica e política; 2) o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração socioeconómica num dado espaço; 3) o sistema de proteção social, que propicia a integração social e familiar, comunitário e simbólico, que atribui para realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente (Rodrigues *et al.*, 1999).

Falar em integração ou reinserção social é falar numa nova expectativa de vida, num recomeço. A reinserção social é entendida como um processo interativo entre o indivíduo e a sociedade, que se refere à integração e inclusão do indivíduo ao nível microsocial, na família e no grupo de pares, ao nível mesossocial, nas instituições, organizações e coletividades comunitárias e ao nível macrossocial, implicando a integração do indivíduo na comunidade e nos sistemas sociais em geral.

Destaca-se a natureza transversal e multidimensional do fenómeno, que significa a reestruturação e reedificação de vínculos sociais destruídas ao longo de trajetória de desinserção. As medidas fundamentais da reinserção social são: 1) a família e as relações afetivas; 2) o trabalho e formação profissional; 3) a educação; 4) a habitação; 5) o lazer e tempo disponível e 6) a participação, cidadania e autonomia (IDT, 2007). Assim, a integração e inclusão social dos indivíduos no âmbito dos conjuntos sociais são os termos-chave do processo de reinserção social.

Segundo Capucha (1998), o processo de reinserção social passa, também, por designar um projeto de vida, estruturar uma identidade social e construir um autoconceito e uma autoimagem positiva, assim como alargar e replicar redes de socialização, manter uma relação com as instituições e serviços e adquirir direitos, designadamente à saúde e à proteção social.

IDT (2007) define o conceito de reinserção social como:

“O processo de vinculação efetivo e ativo à realidade cultural, económica e social, que o indivíduo realiza após um período de crise com a mesma. Neste sentido, o que importa é que o indivíduo se vincule a um meio social determinado, onde possa desenvolver-se como pessoa e cidadão com direitos e deveres” (IDT, 2007: 2).

Borba & Lima (2011) expõem um resumo de definições de inclusão social que se dirigem para a concetualização do fenómeno enquanto processo, para a afirmação da questão da cidadania e da participação como formas de promoção da inclusão social e para a redução ou erradicação dos fatores de exclusão social, através da garantia de acesso aos recursos económicos, sociais e culturais.

Assim, podemos dizer que subjacente ao conceito de reinserção social está o conceito de reintegração do indivíduo que é direcionado aos excluídos da sociedade tendo como objetivo a reconstituição ou produção de relações e laços afetivos com aqueles que envolvem o indivíduo em situação de exclusão social, principalmente para população Sem-Abrigo, (Borba & Lima 2011).

Todo o trabalho feito com objetivo de reinserção social não é direcionado unicamente para os consumidores de drogas ilegais e, portanto, pode servir também outros tipos de dependências (incluindo o alcoolismo, a prostituição, etc.) ou até mesmo os grupos socialmente excluídos, por exemplo os Sem-Abrigo ou os arrumadores de carros. Este procedimento propõe uma aprendizagem, reabilitação e recuperação da autoestima, pois é necessário adquirir ou readquirir hábitos sociais e profissionais, bem como visa também o progresso das suas capacidades.

A inserção social destinará para

“Duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos de exclusão social e de pobreza a iniciar processos social que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições

a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos
reais oportunidades de iniciar esses processos,
disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio”
(CIES/CESO I&D, 1998; Capucha, 1998).

São processos acionados em múltiplos momentos da vida humana – interação social e família, acesso a instituições, escolarização, qualificação, acesso ao emprego, à participação cívica etc. Rodrigues *et al.* (1999).

A inserção social tem possibilidades de passar também pelo recurso regular ou esporádico dos serviços de ação social, determinando uma situação de dependência, ou seja, sentimento de inferioridade social e de uma reduzida autoestima. Estas pessoas ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. O que pressupõe que estas pessoas não são vítimas manipuladas por um “sistemas” (Rodrigues *et al.*, 1999).

5.2. Rendimento Social de Inserção

Inicialmente, o subsídio era intitulado como Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e baseava-se numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção que tendia a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuíam para a satisfação das suas necessidades básicas primárias e que favoreciam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (PNAI, 2005-2008). A criação do RMG data do ano de 1996, de acordo com a Recomendação 92/441 do Conselho Europeu e Portugal foi dos últimos estados-membros a concretizar. Esta medida traduziu-se desde logo numa nova atitude do Estado, das instituições e da comunidade em geral, face aos problemas da pobreza e da exclusão social, uma vez que: 1) constituiu o reconhecimento de um direito de cidadania; 2) harmonizava-se a uma tentativa de alteração das políticas sociais costumadas de tipo assistencialista; 3) suportava-se num enredo de parcerias entre instituições públicas e privadas e a comunidade em geral; 4) envolvia objetivos de inserção social, e indiretamente, não se circundava aos elementos de carácter redistributivo do rendimento; 5) estabelece-se numa lógica e numa gestão das situações de base local, a partir de Comissões Locais de Acompanhamento (CLA), constituídas por parcerias públicas e privadas com intervenção no território em questão (em geral o concelho,

exceto nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em que a referência são as freguesias) e, por fim, 6) ascendia a participação dos favorecidos e desejava reforçar as suas competências (“*empowerment*”), com vista à sua autonomização (PNAI, 2005 & Martins, 2007).

O RMG foi, em 2003, substituído pelo que atualmente é chamado de Rendimento Social de Inserção (RSI) que tem os mesmo objetivos de apoiar indivíduos e famílias mais pobres, sendo constituído por: 1) um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente e por 2) uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. É uma soma de rendimentos mensais que não pode ser igual ou superior a 178,15 €, uma prestação paga no máximo 12 meses, no cumprimento de todas as diretrizes (Segurança Social, 2015).

Já nos finais de 2004, relativamente aos favorecidos pelo RSI, cerca de 80,4% dos processos foram analisados pelos Centros Distritais de Segurança Social, dos quais 53,8% foram deferidos, o que significa que somente cerca de metade dos utentes – agregados familiares – reuniam as condições necessárias para requerer a prestação pecuniária. Logo no primeiro trimestre de 2005, verificou-se que a percentagem de processos deferidos tinha vindo a aumentar ligeiramente.

Como resposta social, a população Sem-Abrigo sente-se desfavorecida a respeito do RSI. No entanto, só tem direito os que correspondem a todos os critérios exigidos pela instituição, um dos quais é o comprovativo de morada, o que, para esta população é extremamente difícil, pois muitos deles não têm morada fixa (mesmo que seja a morada de uma instituição) não cumprindo, por isso, um dos requisitos essenciais para receber o RSI. Muitos indicam a morada sugerida por um assistente social, normalmente a morada de uma instituição, não facilitando em nada a vida dos Sem-Abrigo. Muitos deles desistem pela complexidade, burocracia e morosidade do processo. O que foi percebido na amostra do estudo, pelo grande número de reclamações dos entrevistados, pois sentem-se desprotegidos e ignorados institucionalmente.

5.3. Inclusão Social

Para a sociologia, a inclusão social é um tema sobre os quais os sociólogos se têm debruçado desde o século XIX estudando não só a inclusão social, mas também os seus processos de inclusão social. As normas clássicas dos conceitos de integração social remontam a Auguste Comte e Émile Durkheim e contribuiu para aprofundar mais o conceito, sendo o essencial do entendimento de Durkheim prosseguido por Talcott Parsons nos anos 50 do século XX (Pires, 1999).

Pires (1999, p. 35) define integração social como “os modos de incorporação dos atores individuais em novos quadros de interação, em consequência de episódios de mudança social e de deslocamentos intra-sistema de ordem...”, como a mobilidade social ou as migrações. Para o autor, o conceito é utilizado no âmbito sociológico para definir, em termos microsocial, a forma como as pessoas são incorporadas num dado espaço social comum, e, em termos macrosocial, a forma como são harmonizadas em diferentes sistemas sociais. É uma fase de adaptação, negociação e aceitação na nova ordem social. Surge como elemento que acompanha o processo de socialização, com repercussões ao nível da personalidade dos atores, fruto de quadros e estruturas normativas diferentes.

Na actualidade, Giddens (1984) diferencia «inclusão social» de «inclusão social sistémica», centralizando a inclusão social no campo do ator e da interação e a inclusão sistémica nos campos da institucionalização e da dominação (Pires, 1999). Para Ló (2011), a problemática da inclusão social reporta para a questão da ordem social. A ordem social resulta das interações entre a parte e o todo. Estas interações repercutem-se na padronização da vida social e na interiorização dos valores, normas, regras, papéis e estatutos e na sua replicação. Esta disposição contribui para a transmissão de fatores securizantes e de organização, isto é, aquilo que Giddens designa por segurança ontológica.

Relativamente aos toxicodependentes, para alguns autores, a formação profissional dirigida em tratamento assume uma importância fulcral na criação de condições objetivas e subjetivas para que a integração, em meio laboral, seja bem-sucedida. O emprego surge como uma dimensão obrigatória para a integração social de grande parte dos indivíduos. Assim sendo, a aquisição e a manutenção de um emprego representam fatores desencadeadores de mecanismos internos de valorização pessoal, de melhoria da autoestima e do autoconceito. Deste modo, ter um emprego apresenta a possibilidade de ter acesso a um conjunto de bens,

aumentando a intensidade de autonomia e de liberdade e constitui um meio facilitador dos processos de socialização, garantindo um conjunto de experiências sociais e relacionais, essenciais ao desenvolvimento dos sujeitos e dos sistemas (Ló, 2011).

Segundo Ló (2011), os toxicodependentes foram analisados no que respeita à influência nos percursos de integração das condições do posto de trabalho, nomeadamente as condições físicas e ambientais, o conteúdo e circunstâncias de execução das tarefas, condições organizacionais, fatores psicossociais e de natureza social. Visando claramente a dificuldade de aproximação do toxicodependente, em recuperação, ao mundo do trabalho, a intervenção social aparece como uma estratégia negocial de conciliar entre os indivíduos e os empregadores, facilitadora do entendimento e da interação. A execução deste conceito mostra-se na promoção do desenvolvimento de estratégias integradas de atuação em cada um dos atores e na relação entre eles. No que diz respeito à intervenção, deverá focar-se, também, nos aspetos psicossociais das toxicodependências e inverter o peso dos fatores de ordem subjetiva, pois os preconceitos e tabus diante ao fenómeno da toxicodependência constituem um forte obstáculo ao surgimento de oportunidades às possibilidades de integração. Embora, diante desses resultados, faz com que, por força de uma cultura organizacional com características humanistas preocupada com o desenvolvimento dos trabalhadores e a promoção do bem-estar geral, estas organizações proporcionem contextos facilitadores do desenvolvimento pessoal e social.

Como resposta social, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) aparece pela iniciativa do governo português, em Maio de 2007 e é composta por inúmeras entidades e instituições públicas e privadas, um grupo interinstitucional, ao qual foi acometida esse cargo. A responsabilidade da sua coordenação incidiu sobre o ISS (Instituto da Segurança Social). A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo traça um conjunto de orientações gerais e compromettimentos das diferentes entidades públicas e privadas, sendo baseada no respeito pelos direitos humanos e pela cidadania universal. A autoapresentação do referido instrumento afirma, como seus objetivos, o intuito de trabalhar

“com vista, não só a cumprir as diretrizes europeias nesta matéria, mas também a implementar um conjunto de medidas que permita criar condições para que sejam despistadas e

acompanhadas as situações de risco prevenindo a perda de habitação, e garantindo que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigno” (ENIPSA, 2009, p. 5).

O documento estratégico para a população Sem-Abrigo ainda defende que, a atuação desenvolvida no âmbito do apoio aos Sem-Abrigo tem a atribuição de ocorrer ao nível de três grandes áreas características, nomeadamente: 1) a prevenção (contendo todos os grupos de risco); 2) a emergência ou intervenção (atuação particularmente sobre a população Sem-Abrigo); e 3) a integração, relativamente ao acompanhamento e integração da população Sem-Abrigo nas estruturas sociais (ENIPSA, 2009).

Dois eixos de intervenção motivam as anteriores orientações, nomeadamente o “conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação” (eixo 1) e a “qualificação da informação” (eixo 2) (ENIPSA, 2009, p. 16).

5.4. Psicologia Forense e da exclusão social: O Papel do Psicólogo

Relativamente à Psicologia Forense, alguns autores usam diversas conceptualizações ao corpo teórico-prático, como Hess (1987), que considera esta área do saber proveniente de qualquer prática profissional ou pesquisa científica que se encontre nos campos onde a Psicologia e a lei se interagem. Haward (1981) define a Psicologia Forense como campo da psicologia aplicada que se ocupa de recolhas, exame e apresentação de matéria científica de natureza psicológica para fins judiciais.

Relativamente ao contexto de exclusão social, é uma área estudada na Psicologia Forense que visa não só compreender, mas também explicar, os comportamentos que conduzem à exclusão social. O psicólogo, para além do objetivo final do exame psicológico, procura compreender o indivíduo e o seu meio em vários aspetos e segundo vários parâmetros do seu comportamento, que levam a uma desprogramação de vida do sujeito, sendo que através de técnicas e metodologias de reprogramação, visa uma intervenção adequada posterior, ou seja, o profissional avalia o exame psicológico. Pode, assim, preparar

uma ação preventiva e interventiva futura para tentar reintegrar os sujeitos novamente nas suas redes sociais.

O fenómeno da exclusão social pode ser definido como

“um complexo de processos no qual segmentos populacionais específicos são excluídos ou se encontram à margem dos mercados, onde os recursos socialmente valorizados matérias e não matérias, são distribuídos (por exemplo o mercado do trabalho, o mercado de habitação, a educação, as instalações médicas, direitos políticos e similares)” (Comité do Bem-estar das Eurocidades, 2000, cit. Figueira, 2001).

Falar no fenómeno exclusão social, é falar num aspeto mais negativo, um nível degradante, mais vulnerável, desde desempregados de longa duração aos excluídos socialmente como os Sem-Abrigo. Alguns autores referem que nem todos os que estão numa situação de exclusão se encontram vulneráveis, como nem todos que estão em situação de pobreza se encontram numa situação de exclusão. Costa (1998), Castel (1997), Xiberras (1993) entre outros, compartilham a teoria de que exclusão social e pobreza nem sempre estão interligadas. Ou seja, exclusão social pode ser considerada a incapacidade ou falta de motivação para participar na sociedade, pessoas que se privam de recursos de uma forma mais abrangente, numa quebra de vínculo com a sociedade.

Populações que um psicólogo forense e da exclusão social vai intervir, com pessoas mais vulneráveis, desprotegidas, desfavoráveis, pessoas como: 1) idosos; 2) reformados; 3) pessoas com incapacidade mental e física; 4) famílias monoparentais; 5) desempregados; 6) reclusos; 7) ex-reclusos; 8) toxicodependentes; 9) prostitutas; 10) alcoólicos; 11) gangues; 12) menores; 13) Sem-Abrigo; 14) minorias étnicas; 15) grupos religiosos e por fim 16) vítimas de abusos físicos e psicológicos (violência doméstica), etc.

O Psicólogo pode exercer o seu papel, junto com outros técnicos, dentro de instituições como por exemplo escolas, centro de recuperação, juntas de freguesias, etc. Na junta de freguesia pode executar o trabalho juntamente com técnicos sociais em visitas domiciliárias, onde há um grande número de pessoas necessitadas de ajudas a nível

psicológico, em saídas de rua com as equipas de rua, etc. Trabalhos esses, para poder incluir grupos desfavorecidos, que foram afetados, não apenas correspondente aos obstáculos de acesso ao mercado de trabalho, mas também vítimas de vários fatores de exclusão social, como a crise económica, problemas financeiros perante a população idosa e pessoas com deficiência mental e física, isolamento de grupos étnicos, alienação, etc. O psicólogo pode também exercer funções como prestador de auxílio para a análise de situação-problema; na definição de operação de programas de prevenção das situações, comportamentos e circunstâncias de riscos; prestar apoio às instituições de poder local, privilegiando a prevenção das situações de riscos das transgressionalidades juvenis, na segurança da comunidade e na promoção da inclusão social; promovendo a integração em equipas multidisciplinares, fazendo parte de programas que envolve todas as competências referidas.

O psicólogo pode executar o seu trabalho na reinserção social, com vários tipos de população. Seja em trabalhar numa perspetiva de reinserção social do adulto, seja numa perspetiva psicossocial de reeducação do menor. Em ambos os casos, o exame psicológico mostra-se de grande importância, não só como aspeto de potenciar as intervenções, mas também como meio de aferição dos progressos das mesmas (Figueira, 2001).

Como não há uma única causa para a exclusão social, mas sim diversas causas, existem, por isso, vários critérios para exclusão social. O diagnóstico é necessário para conhecer o indivíduo, para depois intervir. Tentar através da metodologia, principalmente através da entrevista, saber identificar (como meio de diagnóstico) e perceber onde é que o indivíduo teve corte ou rutura no grupo familiar ou nos grupos que estava inserido. É importante incluir sempre uma dimensão forense, verificar perdas, mortes, estas que podem conduzir ao desencadeamento de exclusão social. Todas as perdas implicam a capacidade de o indivíduo se organizar. Para tal é indispensável a perceção, bem como a interpretação, dos critérios de diagnóstico da exclusão social: 1) cruzamento das informações relativamente às vítimas de exclusão e os domínios da exclusão; 2) exclusão no geral (todos os tipos de exclusão); 3) exclusão naquele indivíduo (o tipo de exclusão que ele sofre); 4) análise dos percursos que levam à exclusão social – história de vida do sujeito; 5) consideração no contexto – Todos os sistemas em que o sujeito está inserido. Verificar os défices de vínculo com determinados contextos.

Relativamente às famílias desestruturadas, o psicólogo pode trabalhar nas funções de aprendizagem de competências sociais, das mais básicas como higiene pessoal, a arrumação de bens pessoais, a preparação e ingestão de alimentos de forma mais adequada (Figueira, 2001). São aspetos que para alguns agregados nunca executaram antes, e ao mesmo tempo nem sentiam necessidade de o fazer. São esses aspetos de desorganização que acontecem em famílias claramente desestruturadas. Estas famílias sentem maiores dificuldades em colocar-se em relação à gestão como: 1) gestão de tempo (muito ou pouco); 2) gestão eficaz do orçamento familiar (magro ou gordo); 3) gestão adequada de afetos (de amor e ódio); e, para terminar, 4) gestão correta de relação (fraca ou intensa). Competências que o psicólogo pode trabalhar junto desta população para estabelecer o bem-estar psíquico e físico.

Em suma, para promover a inclusão, dever ter-se em atenção as seguintes dez medidas: 1) atribuir tarefas de responsabilidade e visibilidade no contexto escolar; 2) *atelier* de formação profissional; 3) atividades artísticas e lúdicas; 4) atividades desportivas; 5) manutenção dos ATL's; 6) promover o voluntariado; 7) promover visitas a lares, instituições e hospitais; 8) acompanhamento social a toxicodependentes, prostitutas e Sem-Abrigo; 9) serviço psicológico domiciliário a idosos, tal como acompanhamento nas suas deslocações do dia-a-dia e 10) promover intercâmbios de jovens de diferentes bairros sociais, de forma a conhecerem as dificuldades, isto é, as realidades dos outros e, conjuntamente, delinear estratégias de cooperação e de melhoramento da qualidade de vida com base numa boa rede social e bem delineada.

Parte B

Capítulo 1

1.1. Considerações metodológicas

Nesta parte, parte B da investigação, será apresentado o estudo qualitativo sobre as perspetivas de vida da população Sem-Abrigo, obtido através de um entrevista qualitativa semiestruturada com perguntas abertas, porque permite ao investigador aumentar a sua experiência, alargar a compreensão do fenómeno em questão, aprofundar e adquirir maior conhecimento relativamente à problemática que é os “Sem-Abrigo”. Serão enumerados os objetivos do estudo e posteriormente será referido o método desta investigação como: participantes, amostra, caracterização dos participantes, procedimento e experiência de campo.

1.2. Objetivos

O principal objetivo desta investigação é perceber a trajetória de vida da população Sem-Abrigo; a importância de um emprego para esta população; as ruturas afetivas, familiares e sociais; os problemas psicológicos e as causas específicas que levam à situação de Sem-Abrigo. Assim, pretende-se perceber se existe consequência da desestruturação económica (falta de emprego), ruturas (várias) e problemas psicológicos, que levam a esta situação de fim de linha da exclusão social, que é viver como Sem-Abrigo.

Os objetivos específicos desta investigação são os seguintes:

- 1) Saber identificar se a pobreza e a exclusão social estão relacionadas com a situação Sem-Abrigo;
- 2) Saber identificar a importância da inclusão social;
- 3) Saber identificar a importância do emprego dentro desta população;
- 4) Saber identificar as ruturas (afetiva, familiar, social, institucional).

1.3. Amostra

1.3.1. Participantes

A amostra desta investigação foi composta por quatro indivíduos Sem-Abrigo, residentes no distrito de Lisboa.

1.3.2. Caracterização dos participantes

A caracterização da amostra deste estudo é constituída por quatro indivíduos de ambos os géneros, sendo uma participante do género feminino e três do género masculino. Têm idades compreendidas entre os 39 e os 59 anos, tendo, assim, uma média de 51 anos. Relativamente às habilitações literárias, apresentam algumas oscilações, dado que um participante tem dois cursos universitários, enquanto os restantes se enquadram nos restantes anos de escolaridade, e dois deles detêm cursos técnicos profissionalizantes. Quanto ao estado civil do grupo, dois dos indivíduos são solteiros e dois divorciados. Quanto ao número de filhos apenas dois entrevistados referiram ter descendentes, não ultrapassando os 2 filhos (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Entrevistado	Idade	Sexo	Habilitações Literárias	Estado Civil	Nº filhos
Sujeito 1	53	M	Faculdades de Letras e Filosofia	Divorciado	1
Sujeito 2	59	F	12º Ano Contabilidade e Técnica Enfermagem	Solteira	0
Sujeito 3	39	M	9º Ano	Solteiro	0
Sujeito 4	53	M	5º Ano	Divorciado	2

Relativamente à raça da amostra, são de etnia branca: dois são da nacionalidade Portuguesa e dois são imigrantes, um da República Checa e uma participante do Brasil.

Relativamente ao local onde pernoitam, três dos participantes pernoitam nas escadarias de uma igreja em Lisboa, um no momento da entrevista, pernoitava numa casa abandonada.

Relativamente a nacionalidade e tempo de situação de sem-abrigo (Quadro 2).

Quadro 2. Caracterização da amostra tendo em conta a nacionalidade e tempo sem-abrigo.

Entrevistado	Nacionalidade	Tempo Sem-Abrigo
Sujeito 1	República Checa	12 Meses
Sujeito 2	Brasil	+ 12 Meses
Sujeito 3	Portugal	15Anos
Sujeito 4	Portugal	6 Anos

1.4. Instrumento de Avaliação

Instrumento utilizado foi um questionário com 20 questões, entrevista semiestruturada e uma máquina fotográfica.

1.5. Procedimentos

Os dados da amostra para investigação foram recolhidos entre os meses de Maio a Julho de 2015, com Sem-Abrigo que são acompanhados, há cerca de um ano, por uma instituição onde há um projeto de inserção para população Sem-Abrigo de uma zona de Lisboa.

Foi elaborado pela investigadora um questionário qualitativo que foi, posteriormente, respondido pelos entrevistados “Sem-Abrigo”. O questionário contém 20

questões que abordam não só as problemáticas relacionadas com os dados sociodemográficos, mas também procura perceber a importância de um emprego para esta população. A investigação permitiu dois momentos da avaliação: no primeiro momento era dado o questionário (Anexo II) para responder. Após o término, realizou-se o segundo momento da avaliação, que consistia na realização de uma entrevista semiestruturada (Anexos III, IV, V, VI) sendo utilizada uma máquina fotográfica/vídeo para a gravação do áudio (informando que seria gravado apenas a voz), por forma a garantir os dados de todo o discurso dos participantes para futura transcrição da entrevista. Cada indivíduo era entrevistado individualmente com dias alternados, exceto um dia, onde foram entrevistados dois no mesmo dia, primeiramente um, depois o outro participante. Era explicado todo o procedimento da entrevista, os objetivos fundamentais da investigação, salvaguardando os princípios da confidencialidade, e após o consentimento informado assinado (anexo I), era dado início à entrevista.

1.6. A Experiência de Campo

Optou-se pela entrevista semiestruturada com perguntas abertas, dado que esta é uma ferramenta enriquecedora de detalhes da história de vida de cada entrevistado, o que se revela benéfico, em certos casos, para o investigador, fazendo um cruzamento no contexto para atingir o objetivo traçado.

Haguette (1997, p. 86) definiu a entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

As entrevistas semiestruturadas têm duas combinações, perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de analisar sobre o tema proposto. No caso da investigação foi usada a de perguntas abertas. O investigador deve, quando aplica este tipo de entrevista, seguir um conjunto de questões antecipadamente definidas, mas ele fá-lo num contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O investigador deve ficar atento para conduzir, no momento que achar conveniente, a vantagem das perguntas abertas, que o investigador aproveita para esclarecer questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado esteja a «sair» do assunto ou possua conflito

com ele. Esse método de entrevista é muito usado quando se deseja restringir o volume das informações, para atingir o objetivo pretendido pelo investigador (Selltiz *et al.*, 1987).

Para ter uma boa comunicação na entrevista, as perguntas devem ser feitas tendo em consideração a sequência da ideia do investigado, ou seja, o entrevistador tem que procurar dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado, para assim obter uma narrativa o mais natural possível. Por vezes não é conveniente o entrevistador fazer perguntas diretas, mas fazer com que o entrevistado recorde particularidades da sua vida. O investigador pode por vezes ir acedendo a lembranças que estão na memória do entrevistado (Bourdieu, 1999).

Investigadores ressaltam que o método de entrevista tem que proporcionar ao entrevistado bem-estar, para que ele se possa sentir bem e possa falar sem constrangimentos da sua trajetória de vida e dos seus problemas e, quando isso ocorre, aparecem discursos exclusivos. Bourdier (1999) resalta que os entrevistados mais carentes, normalmente utilizam a situação para se fazer ouvir, levar para os outros a sua experiência e muitas vezes é uma oportunidade para eles desabafarem, isto é, construírem seu próprio ponto de vista sobre eles mesmo e sobre o mundo.

A vantagem principal da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. (Selltiz *et al.*, 1987). Essas duas técnicas têm também, como vantagem, a sua flexibilidade quanto ao tempo, possibilitando um tempo mais profundo sobre assuntos definidos. Além disso, a interação entre o investigador e o entrevistado beneficia de respostas naturais. Elas também são facilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre o entrevistador e o entrevistado, o que permite ao investigador abordar assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada for a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre ambas as partes. Desta forma, estes modelos de entrevista contribuem muito na investigação dos aspetos afetivos e valorativos dos entrevistados, que estabelecem significados pessoais das suas atitudes e comportamentos. No que diz respeito às respostas espontâneas dos entrevistados e à maior liberdade que estes têm, podem fazer surgir questões imprevisíveis ao investigador que poderão ser de grande importância na sua pesquisa (Selltiz *et al.*, 1987).

Relativamente à técnica das entrevistas abertas cumprirem principalmente finalidades exploratórias, é muito utilizada para particularizar questões e formulações mais

precisas dos conceitos relacionados. No que diz respeito à sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discursar sobre o tema indicado. É uma maneira de examinar mais profundamente a questão em si. As questões são respondidas dentro de uma conversa informal. O entrevistador deve interferir o mínimo possível enquanto o investigado responde. O entrevistador deve assumir uma posição de ouvinte e apenas em caso necessário, ou para evitar o término antecipado da entrevista, pode interromper o discurso do entrevistado. A entrevista aberta é utilizada quando o investigador pretende obter o maior número possível de informações sobre o tema estabelecido, segundo a visão do entrevistado e, também, para obter uma maior particularidade do assunto investigado. A entrevista é utilizada normalmente na descrição de casos individuais, para determinados grupos, na compreensão de especificidades culturais e para comparação de diversos casos (Minayo, 1993).

Para os autores Triviños (1987) & Manzini (2003), as entrevistas semiestruturadas têm como importância a formulação de perguntas básicas para o tema a ser investigado. Entretanto, uma questão que antecipa ao assunto perguntas básicas refere-se à definição de entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questões básicas que são apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As questões dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. O foco principal seria colocado pelo entrevistador. Conclui o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também a sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de recolha de informações (Triviños, 1987, p. 152).

Manzini (2003) tem o mesmo pensamento que Triviños (1987). Para ambos, se refere a necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Porém, ressalta que é possível um planeamento da recolha de informações por meio da elaboração de um guião com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O guião favoreceria, então, além de recolher as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o entrevistado.

Na medida em que todos foram entrevistados, podemos perceber dentro da analogia «somos todos diferentes, mas somos iguais», “Todos têm em comum o facto de terem tido episódios de rua.” (Bento & Barreto, 2002, p. 161). Pessoas diferentes, vindas de países diferentes, vidas diferentes, mas com histórias e experiências sofridas parecidas.

“No seu mundo interno, predominando a angústia de abandono; na sua vida afetiva, predominando as vinculações inseguras; na sua vida relacional, predomina o isolamento. A rutura emocional, a ausência de um sentimento de pertença familiar, o empobrecimento da sua rede de relações sociais primárias; socialmente a sua desafiliação, a frouxidão dos laços com as instituições, a sua situação de exclusão social, mas também de auto marginalização” (Bento & Barreto, 2002, p. 244).

Todos têm histórias de ruturas familiar, social, afetiva e institucional. São descrentes do mundo e de tudo.

A primeira entrevista foi marcada com o sujeito 1 (a nomenclatura adotada para todos os sujeitos foi utilizada para preservar a identidade dos entrevistados, embora todos autorizassem utilizar o seu primeiro nome), na biblioteca São Lazaro em Lisboa, às 15:00 horas, numa sexta-feira do mês de Maio. Chegado ao local, o senhor pediu para que fossem a outro local porque na biblioteca não se pode conversar ou fazer barulho. Então a entrevista foi feita num café próximo e durou aproximadamente 40 minutos. Onde entre dois cafés e chamuças (o café era indiano), decorreu a entrevista. (Anexo III).

O sujeito 1, muito contador de histórias, descreveu os 3 meses que trabalhou no Algarve, num Resort Campestre. Contou que o dono desse empreendimento assistiu à entrevista sobre ele, que passou na TV, no final do ano e se moveu, vindo a oferecer-lhe um emprego. Mas o sujeito 1 não voltou contente de lá. Relatou que foi escravizado, explorado, que em 3 meses voltou com 10 euros, que estava a trabalhar nas obras em troca de cama e comida. Voltou muito revoltado, «*Tu tens cá comida, o que tu queres mais?*», era dessa forma que o patrão o tratava. «*Tinham 3 porcos e 2 cães e galinhas, é verdade. E pronto. Era jardineiro e depois comecei a trabalhar nas obras...*» (Sujeito 1). (Anexo III).

O mesmo Sujeito contou que se estava a sentir como um homem bárbaro (como homem das cavernas) num lugar sem civilização *«não estou preso (...) posso passear à vontade, posso ir a biblioteca, para não me tornar bárbaro aqui, porque não há livros não há nada, não há civilização, só “Diário de Notícias” mais nada. Tinha 3 colegas, apenas com a 4ª classe, que só falavam do Benfica e Sporting, isso não me interessa, esta cantiga não é minha.»* (Sujeito1, 53 anos). Ressaltando que gosta de pessoas que falam de literatura e não de futebol, que falam em filmes e livros como de Elias Canetti, Gabriel Garcia Marquez e Jorge Amado (Anexo III).

Foi-lhe perguntando sobre o futuro, se aparecer uma outra proposta de trabalho, ao que ele responde: *«Já não vou ser parvo. Se aparecer mais uma proposta, primeiro vai ser um contrato por escrito, nada de mãos dadas, não, não, por escrito e salário, tudo definido, acordado, com assinatura do dono. Eu fico com a cópia e ele já não pode brincar, eu vou ter a cópia do contrato, com o salário e tudo, e já ninguém pode fazer de mim palhaço, isso não, a escravidão não... Essa experiência de facto foi boa e positiva, apesar de negativa, foi de facto positiva, porque já sei como agir, se alguém me oferecer emprego.»* (Sujeito 1, 53 anos). (Anexo III).

A segunda entrevista com o Sujeito 2, foi num domingo de Maio de 2015, às 19:00 horas, num banco de um jardim em frente a uma igreja, nos arredores de Lisboa. Aguardei alguns minutos até a chegada da senhora. A entrevista durou aproximadamente 25 minutos. A senhora preferiu ali mesmo, no banco do jardim. Foi sugerido um café próximo mas recusou. Relatou todas as dificuldades que sofreu e sofre para se poder legalizar no país, estando já há 10 anos em Portugal. Dizia que quando ia pedir ajuda ao consulado, mandavam-na para a SCML. Quando ia à SCML, por ser brasileira, era mandada para o consulado. O que a deixava ainda mais preocupada era a dívida que tinha nas finanças e na segurança social, por ter trabalhado com recibos verdes, sem saber ao certo o que era. (Anexo III).

Quando lhe foi questionada sobre a família, respondeu que ninguém do Brasil sabia que se encontrava nesta situação, mas por ser uma pessoa muito desconfiada, ela preferia escrever cartas à irmã do que falar ao telefone *«Então, quando fala, falar por telefone a pessoa pode gravar, mas por carta vai olhar “vamos fazer assim, assim porque ela escreveu assim”, então, a minha irmã, a última vez que mandei a carta, perguntou “não tem aí um*

telefone para poder falar consigo?». Por que eu deixo de falar, entende?» (Sujeito 2) (Anexo IV).

As atitudes que os Sem-Abrigo adquirem corresponde ao que os autores explicam nos seus trabalhos,

“ (...) permitiu pôr em evidência as dificuldades dos sem-abrigo ao nível do sentido de pertença familiar (predominando um padrão de desligamento ou de indiferenciação familiar), da interiorização das funções parentais (ausência de representação de um par parental unido e apoiante), dos modelos de vinculação (ausência de uma vinculação segura) e das relações de objeto (dominadas por fantasmas de abandono e perda de objeto, com dificuldade de aceder ao nível triangular das relações).” (Bento & Barreto 2002. p. 201).

A entrevista com o Sujeito 3 foi marcada para um domingo de Julho de 2015, em frente a uma igreja situada em Lisboa, pelas 20:00 horas. A entrevista foi feita na escadaria da igreja, após o término da missa. O senhor tinha uma das pernas partida, pelo que usava duas muletas. Já teve as duas pernas partidas, mas uma já estava um pouco melhor para se locomover. Estava a arrumar as coisas dele na escadaria para pernoitar. De todos, acredito que este senhor é o que está há mais tempo na situação de Sem-Abrigo. São 15 anos, embora dissesse ter vivido numa casa abandonada com mais colegas, mais de 4 anos, até há poucos dias. Nessa casa tinha algumas comodidades, desde máquina de lavar roupa, a máquina de café, computador, etc. Já foi internado duas vezes para tratamento de toxicodependência, até obter o resultado no segundo internamento. Não fala com a família há quase 9 anos. Têm sonhos que para muitos são aquisições simples, mas para ele são grandes sonhos, como tirar a carta de condução, formar uma família e conquistar a família dele de volta... *«tirar minha carta de condução, ter minha família, conquistar minha família nova e tentar conquistar a minha família que eu tenho.»* (Sujeito 3). (Anexo V).

Quanto à entrevista com o Sujeito 4, foi marcada para às 21:00 horas de um domingo de Julho de 2015, em frente a uma igreja em Lisboa. A entrevista foi feita na

escadaria da igreja. O senhor é uma das quatro pessoas que dorme na escadaria da igreja. Contou que viveu durante um ano no Exército da Salvação, mas não gostou, referiu que tinha saído de lá, pelo menos há um ano. Que também já ficou na Vitae¹, mas não se adaptou «*lá só têm drogados*» (Sujeito 4). Também reclamou que muitas vezes que tinha que dormir com os sapatos para não serem roubados. A sua alimentação é feita com o auxílio das carrinhas da Vida e Paz e de restaurantes dos arredores e é assim que vai (sobre) vivendo. De todos era o que falava menos, era de pouca conversa, até desligar o gravador. Depois, sentindo-se mais à vontade falou sobre mais algumas coisas. Depois do divórcio, viveu um tempo com a avó. Quando esta faleceu, a casa teve que ser entregue ao senhorio. Foi cuidar do pai e viveu com este até o pai ir para um lar, pelo que acabou por ir parar na rua, onde está há 6 anos. Faz trabalho temporário, quando aparece, para ganhar algum dinheiro, já que não recebe nenhum subsídio público. (Anexo V).

O que podemos perceber que, dentro do grupo que foi observado, durante os meses de observação, é que estes se revelam unidos, combinando, entre si, que se um sair, para ir a uma carrinha para comer ou buscar refeição noutro ponto da cidade, o outro Sem-Abrigo toma conta das coisas. Os Sem-Abrigo também se revelam unidos, na medida em que partilham alguma coisa que ganham, como por exemplo algo de comer, é sempre dividido entre eles. Uma das vezes em que a equipa estava a conversar com eles e havia um senhor que tinha vivido no Brasil durante alguns anos próximo da fronteira do Paraguai e da Argentina, quando chegou um grupo de indianos para distribuir alimentos, e quer todos os elementos da equipa quer os próprios Sem-Abrigo também mencionaram que havia um outro senhor que ficava sozinho mais retirado em frente a um armazém desativado, que também precisava de alimentos. Este facto reforça a ideia de que apesar de não terem muitas coisas são os que demonstram frequentemente mais compaixão para com os outros.

Os Sem-Abrigo revelam que além de dormirem de roupa e terem o sono muito leve, também dormem de sapatos, porque é o objeto que é mais frequentemente roubado entre eles. Alguns relataram que preferem dormir em frente a igreja e próximo um posto da PSP por sentirem segurança e proteção.

Relativamente à escolha onde dormir vai de encontro à mesma ideia do autor Carmo (1996). Verifica-se uma maior preferência e agrupamento nos locais próximos das esquadras

¹Centro de acolhimento para os Sem-Abrigo, de Xabregas. Lisboa.

da PSP, pois é uma forma de estarem mais protegidos de possíveis ataques ou assaltos, em passeios, debaixo de varandas, nas entradas dos prédios. Já outros escolhem, em compensação, dormir nas ruas menos vistas, em jardins, ou nos prédios abandonados, sendo que estas zonas estabelecem um maior perigo.

Conclusão

O presente trabalho pretendeu compreender a trajetória de experiências vividas pela população Sem-Abrigo, no contexto de exclusão social. Procurou também compreender os significados das condições dos fatores que contribuem para a situação de Sem-Abrigo. Dentro das histórias de vida, perceber a importância de um emprego na vida de cada um, já que uma “das causas” que levam a situação de Sem-Abrigo é a rutura profissional, depois a rutura familiar, afetiva, seguidos dos problemas mentais. Uma integração social e institucional, eram metas que se pretendia alcançar. Todos relatam que a ausência de um emprego é um grande fator na condição de Sem-Abrigo. Assim, sem emprego não conseguem satisfazer suas necessidades, nem estar devidamente integrados na sociedade (Miguel, *et al.*, 2010).

A população Sem-Abrigo, na realidade, é um grupo sobretudo heterogéneo, sendo assim, um grupo de pessoas com características diversas a nível de percurso que as antecedem, das circunstâncias em que vivem, principalmente dos tipos de necessidades em que vivem. O que foi percebido durante a investigação desta temática relativamente à definição das condições dos Sem-Abrigo, que depende muito das circunstâncias e trajetórias de vida de cada um, porque o tempo de exposição a situação Sem-Abrigo é variado, podendo esta ser transitória ou duradoura. Pode dizer-se que, determinadas pessoas vivem na rua por um longo período e por lá irão permanecer (período de longa duração). Entretanto, já outras, vivem nesta situação casualmente (período de curta duração e de rápida reformulação). No caso dos entrevistados, temos pessoas que estão a viver na rua por períodos que variam entre os 12 meses e os 15 anos. Pode dizer-se que os mais antigos são casos de perfis crónicos e total, que são os mais difíceis de reprogramar.

O que podemos dizer é que, na atualidade, a crise económica originou um grande aumento da pobreza na população portuguesa, empurrando alguma população para a margem da exclusão social. Relativamente à amostra, a maioria das idades situam-se na casa dos 50 anos, tendo um apenas 39 anos. O que significa que quanto mais idade tem, mais difícil será a saída da rua.

Como foi referido pelo autor Costa (1998), que o conceito de pobreza e exclusão social não é apenas a situação de pobreza e exclusão, mas sim quando uma pessoa não consegue manter relações dentro da comunidade a qual esta inserida, assim não mantendo

laços afetivos, onde poderá desencadear um conjunto de situações de exclusão. Entretanto, o conceito de exclusão social pode-se dizer que, quando um sujeito rompe os laços afetivos no meio em que está inserido, submete-se a cortes de laços familiares, de amigos, do trabalho e da comunidade envolvente. O que foi verificado na amostra, todos os participantes não são inseridos tanto na comunidade em que vivem como também não têm laços afetivos com familiares e amigos.

Relativamente à saúde dos Sem-Abrigo, estudos apontam como causas: doença mental e física, alcoolismo, toxicodependência, ruturas (afetiva, familiar, social). Considera que um em cada oito sem-abrigo que se encontra nesta situação sofre de doença crónica do foro mental ou de saúde física. O que foi “confirmado” na amostra desta investigação. Todos os entrevistados tinham ruturas familiares, afetivas e sociais. Um já esteve em tratamento por toxicodependência por duas vezes, outro por alcoolismo. Um, aparentemente, têm problemas com álcool e o outro têm problemas psicológicos. Crises familiares, problemas de saúde e toxicodependência são as principais razões que justificam o elevado número de Sem-Abrigo em Portugal.

Estudo realizado por Bento *et al.* (2002) sobre as patologias psiquiátricas dos sem-abrigo, verificou que “*Considerando apenas os diagnósticos primários, o alcoolismo (32%) foi o mais frequente, seguindo-se a toxicodependência (17%), a esquizofrenia (10%) e as perturbações de personalidade (10%)*” (2002, p. 223). O autor refere que doenças como psiquiátricas, o alcoolismo e a toxicodependência, o diagnóstico psiquiátrico foi resultante em cerca de 90% dos casos. Isso quer dizer que 90% dos sem-abrigo sofrem de algum tipo de doença do foro mental. O que corresponde outra vez na amostra realizada. Todos os participantes têm algum tipo de doença ou passou por tratamento.

Na maioria dos casos de Sem-Abrigo, o passado clínico do indivíduo mostra que já eram doentes, ou tinham problemas com álcool ou algum tipo de droga, mesmo antes de entrarem para a situação de sem-abrigo.

Relativamente aos imigrantes Sem-Abrigo, verificada na amostra desta investigação, pode-se dizer que 50% eram imigrantes, sendo um da República Checa e o outro do Brasil. No estudo Monteiro *et al.* (2013), ressalta que a nacionalidade brasileira é a mais representada na imigração de Portugal atualmente (Rosa & Chitas, 2010), mas os Sem-Abrigo brasileiros são em pequenos números (6%) dos indivíduos em análise (Monteiro *et*

al., 2013). O estudo de Monteiro *et al.* (2013) aponta que os mais jovens entram na situação de sem-abrigo logo nos primeiros 6 meses de imigração e os mais velhos entram na situação de sem-abrigo a partir dos 5 anos de habitação. É o caso da imigrante brasileira da amostra desta investigação, pois só depois de 8 anos entrou na situação de Sem-Abrigo.

Relativamente à resposta social, a população Sem-Abrigo pode recorrer ao RSI, que está disponível para quem não disponha de rendimentos iguais ou superiores a 178,15 € mensais, com uma duração máxima de 12 meses. O RSI é objeto de críticas pela sua complexidade burocrática. Um dos requisitos é a comprovação de morada, o que para um Sem-Abrigo é exigência quase impossível de ultrapassar. Muitos indicam a morada sugerida pela assistente social, nomeadamente a morada de uma instituição, o que não facilita em nada o Sem-abrigo. Isto implica desistências deste tipo de ajuda, dada a morosidade e complexidade do sistema. Incidem aqui as grandes reclamações dos entrevistados da amostra do estudo, pois sentem-se desprotegidos e ignorados institucionalmente, tanto pela espera como pela falta de atenção aos casos.

No decorrer da investigação foi observado diferentes aspetos que apresentam uma forte ligação existente na problemática dos Sem-Abrigo. Nas histórias de vida de cada um observa-se a fraca vinculação de afetos, isolamento, ruturas familiares, ruturas afetivas, ruturas sociais e profissionais, incredibilidade da parte das instituições etc, que vai de encontro aos estudos efetuados.

Em cada história de vida, os sem-abrigo carregam uma listagem de rutura emocional, ausência de um sentimento de pertença à família, angústias de abandono, afetos, medos, isolamento, uma decadência da rede primária de suporte, a que se soma uma contínua e abrangente categoria de vinculações inseguras em todas as dimensões como pessoal, social, familiar, laboral e institucional.

“No seu mundo interno, predominando a angústia de abandono; na sua vida afetiva, predominando as vinculações inseguras; na sua vida relacional, predomina o isolamento. A rutura emocional, a ausência de um sentimento de pertença familiar, o empobrecimento da sua rede de relações sociais primárias; socialmente a sua desfiliação, a

frouxidão dos laços com as instituições, a sua situação de exclusão social, mas também de auto marginalização” (Bento & Barreto, 2002, p. 244).

Quando são questionados sobre o futuro, apesar de todos terem sonhos, uns não revelaram os verdadeiros sonhos, outros estão sem grandes perspetivas do futuro, pois o dia-a-dia do Sem-Abrigo, é um tanto incerto, segundo Martins, (2007). É preenchido com pensamentos relativos ao seu passado, já que elas não têm muita noção do tempo, vivendo apenas no presente, onde a definição de objetivos futuros é quase inexistente.

Quanto a dificuldades encontradas durante a investigação, destaco o primeiro entrevistado, pois pese embora a tentativa de o deixar mais a vontade para falar de suas experiências pessoais (talvez por estar ainda sobre efeito de álcool da noite anterior), não tinha um discurso muito assertivo, nem coordenação motora para responder ao questionário. Pediu para que a investigadora escrevesse o que ele falava, pois tinha muitos tremores nas mãos para poder escrever. À pergunta que referia se tinha algum tipo de vício, riu ironicamente e respondeu que não tinha vícios, pois para ele o tabaco não era vício. Tirando esse contratempo, não houve outro tipo de dificuldade sentida. Como foi relatado nas entrevistas, enquanto o gravador registava a conversa, os participantes ficavam mais constrangidos e reservados. Assim que era desligada a máquina, eles libertavam-se do casulo, eram mais expansivos, aproveitando para se queixarem das instituições pela fraca ajuda prestada.

Relativamente à importância do Psicólogo Forense e da Exclusão Social, no contexto de exclusão social, perante a população mais vulnerável e carecida ao nível social e psicológico, há muito que fazer na articulação entre as diversas áreas profissionais, dentro de instituições.

Só deparamos com todas estas necessidades quando confrontados com esta população, carecida em todos os aspetos, tanto a nível social, político, físico, psicológico e afetivos.

O psicólogo é essencial neste trabalho pois existem várias causas para a exclusão social. O diagnóstico é necessário para conhecer o indivíduo para depois se poder intervir. Tentar através da metodologia, principalmente através da entrevista, saber identificar (como

meio de diagnóstico) e perceber onde é que o indivíduo teve corte ou rutura no grupo familiar ou nos grupos que estava inserido. É importante incluir sempre uma dimensão forense, verificar perdas, mortes, estas que podem conduzir ao desencadeamento de exclusão social. Todas as perdas dificultam a capacidade de o indivíduo se organizar.

As populações onde um psicólogo forense e da exclusão social vai intervir, são pessoas mais vulneráveis e desprotegidas, como: idosos, reformados, pessoas com incapacidade mental e física, famílias monoparentais, desempregados, reclusos, ex-reclusos, toxicodependentes, prostitutas, alcoólicos, gangues, menores, sem-abrigo, minorias étnicas, grupos religiosos, vítimas de abusos físicos e psicológicos (violência doméstica), etc.

O Psicólogo pode exercer o seu papel junto com outros técnicos dentro de instituições como por exemplo escolas, centro de recuperação, juntas de freguesias, etc. Em juntas de freguesia pode executar-se o trabalho juntamente com técnicos sociais em visitas domiciliárias (onde há um grande número de pessoas necessitadas de ajuda a nível psicológico), em saídas de rua com as equipas de rua (reintegração da população sem-abrigo), etc. Trabalho para poder incluir grupos desfavorecidos na sociedade, trabalhando com vítimas de vários fatores de exclusão, como crise económica, problemas financeiros perante a população idosa e pessoas com deficiência mental e física, isolamento de grupos étnicos, alienação, etc, tentando arranjar soluções práticas para os seus problemas. O psicólogo pode também exercer funções como prestação de auxílio para a análise de situação-problema; na definição de operação de programas de prevenção das situações, comportamentos e circunstâncias de riscos; prestar apoio às instituições de poder local, privilegiando a prevenção das situações de riscos das transgressionalidades juvenis, na segurança da comunidade e na promoção da inclusão; promovendo a integração em equipas multidisciplinares, fazendo parte de programas que envolve todas as competências referidas.

O psicólogo pode executar o seu trabalho na reinserção social, com vários tipos de população. Seja trabalhar numa perspetiva de reinserção social do adulto, seja numa perspetiva psicossocial de reeducação do menor. Em ambos os casos, o exame psicológico mostra-se de grande importância, não só como aspeto de potenciar as intervenções, mas também como meio de aferição dos progressos das mesmas (Figueira, 2001).

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. (1982). Attachment: Retrospect and Prospect. In C. M. Parkes e Stevenson Hinde, 1. (Eds). The place of attachment in human behavior. London: Tavistock Institute of Medical Psychology, 3-30.
- Baptista, I.; Costa, A. B. (2001 a), “*La femme et le sans-abrisme au Portugal*”, in Edgar, Bill, Doherty, Joe *La Femme Sans-Abrien Europe. Parcours, Services et Expériences*, Bristol, R.U., Policy Press, pp 59-72.
- Baptista, I.; Costa, A. B. (2001 b), Access to Housing: Working together to prevent homelessness among disadvantaged and vulnerable groups, European Observatory on Homelessness National Report 2000-2001, Portugal, Bruxelles, FEANTSA.
- Barreto, E. R. (2000). “*Vinculação e relações de objeto dos sem-abrigo: um estudo exploratório*”. Tese de Mestrado em Psicologia Legal, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bogue, D. (1963), Skid row in American cities. Chicago: University of Chicago.
- Booth, B., Sullivan, G., Koegel, P. & Burnam, A. (2002). Vulnerability factors for homelessness associated with substance dependence in a community sample of homeless adults. American journal of Drug Alcohol Abuse, 28 (3), 429-452.
- Borba, A., & Lima, M., H. (2011). “Exclusão e inclusão nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia”. *Serviço Social e Sociedade. São Paulo*, nº 106, pp. 219-240.
- Buhrich, N. Hodder, R., & Teesson, M. (2000) Lifetime prevalence of trauma among homeless people in Sidney. Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 34,963-966.
- Busch-Geertsema, V. (2010) Defining and measuring homelessness, European Journal of Homelessness FEANTSA, pp.19-28.

- Bourdieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Carmo, H.; Nunes, A. S. C. (1996), “*Os Sem-abrigo: (sobre) vivências de rua*”, Capítulo I Enquadramento *Exclusão Social. Rotas de Intervenção*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa (p. 23-118).
- Carrinho, P. (2012). “*A Saúde Mental dos Sem-Abrigo*”: *Comunidades de Inserção*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Doutoramento em Psicologia.
- Castel, R. (1997), “*A Dinâmica dos Processos de Marginalização: Da Vulnerabilidade À Desafiliação*”, Open Journal Systems, Brasília.
- Capucha, L. (1998). “*Pobreza, exclusão social e marginalidade*”, in Viegas, J. M. Leite e Costa, António Firmino da (Orgs.), Portugal, que Modernidade? Oeiras, Celta Editora.
- Capucha, L. (1998). “Exclusão Social e Acesso ao emprego: Paralelas que podem convergir”. *Sociedade e Trabalho*, n.º 3, MTS, Lisboa, pp. 61-69.
- Cauce, A.; Paradise, M.; Ginzler, J. A., & Embry, L. (2000). The characteristics and mental health of homeless adolescents: age and gender differences. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 8 (4), 230-239.
- CIES/CESO I & D (1998), *Grupos Sociais Desfavorecidos Face ao Emprego-tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*, Lisboa.
- Costa, A. B. (1998). “*Exclusões Sociais. Cadernos Democráticos*”, n.º2. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Costa, A. B.; Baptista, I.; Perista P. & Carrilho P. (2008) “*Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*”, Lisboa, Gradiva.
- Costa, A. B.; Baptista, I.; Cardoso, A. & Rasgado, S. (1999). “*Pobreza e Exclusão Social em Portugal*”. *A Região de Lisboa e Vale do Tejo*. Prospetiva e Planeamento, Lisboa.

- Costa, A. B. & Baptista I. (2002), “*Migrações e os Sem-Abrigo*”, FEANTSA: Observatório Europeu Sobre os Sem-abrigo.
- Craig, T.; Hodson, S. (1998) Homeless youth in London: I childhood antecedents and psychiatry disorder. *Psychological Medicine*, 38, p. 1379-1388.
- Daly, G. (1996), *Homeless, policies, strategies, and lives on the street*, Routledge, London.
- Empfield, M., Cournos, F., Meyrer, I. (1993). Child development: vulnerability and resilience. *Social Science Medicine*, 43 (5), 621-635.
- Faris & Dunham H. W. (1940). *Mental Disease in Urban Areas*. University of Chicago Press, 1939.
- Faupel, C. E. (1991). *Shooting dope. Career patterns of hard heroin users. Florida: University of Florida Press*.
- Fernandes, L.; Ribeiro, C. (2002). “Redução de Riscos, Estilo de vida junkie e Controlo social”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 57-68.
- FEANTSA, (2004). *Federation Europeene d’associations Nationales Travaillant avec les sansabri*. Bruxelas. Federation Europeenned’ Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri.
- F.E.A.N.T.S.A. (2007). *ETHOS: European typology of homelessness and housingexclusion*. Retrieved January 1, 2007, from <http://www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=484>.
- Fernandes, M. M. D. (2006). “*Fechados no Silêncio: Os Sem-Abrigo*”. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Porto.
- Figueira, A. (2001). A exclusão social. *SubJudice – Justiça e Sociedade*, 22/23, 107-114.
- Garrucho, S. (2000). “Atitudes dos psiquiatras em relação à SIDA” – Hospitais Psiquiátricos versus departamento de psiquiatria de Hospitais Gerais. *Análise Psicológica*, 3 (18), 319-324.
- Giddens, A. (1984). “*A Constituição da Sociedade*”. São Paulo: Martins Fontes.

- Goering, P., Tomiczenko, G., Sheldon, T., Boydell, K., & Wasylenki, D. (2002) characteristics of persons who are homeless for the first time. *Psychiatric Services*, 53, 1472-1474.
- Haguette, T. M. F. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes 1997.
- Haward, L. R. C. (1981). *Forensic psychology*. London: Batsford.
- Herman, D. B., Susser, E. S., Struening, E. L. & Link, B. (1997) Adverse childhood experiences: Are they risk factors for adult homelessness? *American Journal of Public Health*, 87 (2), 249- 255.
- Hess, A. K. (1987). Dimensions of forensic psychology. In I. B. Weiner & A. K. Hess, (Eds.), *Handbook of forensic psychology* (pp. 23-49). New York: John Wiley & Sons.
- IDT (2007). “*Manual de Boas Práticas em Reinserção (1º Caderno) Enquadramento Teórico*”. Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Jesus, M. F. & Menezes, I. (2010). “*A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico*”. *Análise Psicológica*.
- Kamieniecki, G.W. (2001) Prevalence of psychological distress and psychiatric disorders among homeless youth in Australia: A comparative review. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 35, 352-358.
- Kelly, R. J. (2201). Status report on the homelessness. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 10 (3), 229, 233.
- Lages, M. F.; Policarpo, V. M.; Marques, J. C. L.; Matos, P. L. & António J. H. C. (2006), “*Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas*”, Lisboa: Observatório da Imigração. Análises de duas sondagens.
- Linn, L. S. ; Gelberg, L. & Leake, B. (1990). Substance abuse and mental health status of homeless and domiciled low-income users of a medical clinic. *Hospital and Community Psychiatry*, 41 (3): 306-310.

- Ló, A. (2011). *“Integração Social e Estratégias de Mediação”*. Revista Toxicodependências, V.17. Nº1.
- Main, T. (1998), How to think about homelessness: balancing structural and individual causes, Journal of social distress and the homeless, vol 7, n. 1.
- Manzini, E. J. (2003) *“Considerações sobre a elaboração de roteiro”* para entrevista semi-estruturada. In: Marquezine: M. C.; Almeida, M. A.; Omote; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: EdueL, p. 11-25.
- Martijn, C., Sharpe, L. (2006) Pathways to youth homelessness, Social Science & Medicine 62, 1-12.
- Martins A. M. F. (2007). *“As Sem-Abrigo de Lisboa” (centros sociais de Olaias e Chelas)*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Estudos Sobre as Mulheres. Universidade Aberta (U.A) Lisboa.
- Miguel, M., Ornelas, J., Maroco, J. (2010). *“Modelo de Atitudes Face aos Sem-abrigo em Portugal”*. Análise Psicológica, 3 (XXVIII): 437-450.
- Minayo, M. C. S. (1993). *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Monteiro, T. L.; Policarpo V.; Ramalho, V.; Santos, I. (2013) *“Imigrantes sem-abrigo em Portugal”* Observatório da Imigração. (Estudos 51) Lisboa, Dezembro 2013.
- Muñoz, M. & Vazquez, C. (1998). Las personas sinhogar: aspectos psicosociales de la situación española. *Intervención Psicosocial*, 7 (1), 7-26.
- North, C. S., Pollio, D. E., Smith, E. M. & Spitznagel, E. L. (1998) Correlates of early onset and cronicity of homelessness in a large urban homeless population. The Journal of Nervous and mental Diseases, 186 (7), p. 393-400.
- Noell, J., Rodhe, P., Seeley, J, & Ochs, L. (2001) childhood sexual abuse, adolescent sexual coercion and sexually transmted infection acquisition among homeless female adolescent. Child abuse & neglect, 25, p. 137-148.

ONU (2006) Migrações Internacionais e Desenvolvimento. Relatório do Secretário Geral.

Pereira, A., Barreto P.; & Fernandes, G. (2000). “*Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: a situação em 2000*”. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa: Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Lisboa.

Pereira, Á. & Silva, D. (1999). “*Os Sem-abrigo da cidade de Lisboa: Riscos de viver (n) a cidade*”. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa: Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Lisboa.

Pereirinha, J. A.; Bastos, A.; Machado, C.; Nunes, F.; Fernandes, R.; Casaca, S. F. (2007). “*Género e Pobreza: Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*”. Versão Provisória, Sujeita a Revisão; 1-75.

Pinheiro, L. R. S., Monteiro, J. K. (2007). *Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. 10 (2), 35-45.

Pimenta, M. (1992), “*Os Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*”. Coleção Cáritas, nº14, Lisboa, Editores Centro de Estudo para a Intervenção Social.

Pires, R. P. (1999). “*Uma Teoria dos Processos de Integração*”. Sociologia-Problemas e Práticas, nº 30, pp. 9-54.

Ploeg, J. & Scholte, E. (1997). *Homeless Youth*. London: Sage Publication.

Quintas, S. M. M. (2010). “*A Percepção de Técnicos e Indivíduos Sem-Abrigo*”: Histórias Ocultas de Uma Realidade no Porto. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto.

Rosa, M. J. V.; Chitas, P. (2010), *Portugal. Os números*, Lisboa: Relógio D’Água.

Rego R. (2010). Relatório *Percepções da Pobreza em Portugal- Resultado do Inquérito REAPN/AMNISTIA Internacional*. Sociedade e trabalho. Dezembro 2010.

Rodrigues, E. V.; Samagaio, F.; Ferreira, H.; Mendes, M. M.; Januário, S. (1999). “*A Pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*”. Sociologia, n.º 9, Porto, FLUP.

- Rodrigues, J. P. S., (2010). “*O Repatriamento nos Açores: da Emigração à Reinserção*”. Dissertação de Candidatura ao Grau de Mestre no âmbito do 15º Curso de Mestre em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa.
- Rossi, P. H. (1990), The old homeless and the new homelessness in historical perspective, *American Psychologist*, vol. 45, n.º 8 August, 954-959.
- Rossi, P. (1989). *Down and out in América: The origins of homeless*. Chicago: University of Chicago Press.
- Semedo, N. L. (2012). “*Perspetiva do Sem-Abrigo Para o Futuro*”. Dissertação para mestrado em Política Social. Universidade Técnica de Lisboa.
- Silva, M. (1999). “*A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva*”, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa.
- Selltiz, C. *et al.* (1987). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Tradução de Maria Marta Hbner de Oliveira. 2ª Edição. São Paulo: EPU, 1987.
- Soares, I. (2004), “*Da desorganização social à não-integração. Imigrantes de leste sem-abrigo na cidade de Lisboa*”, in *Intervenção Social*, n.º 30, Lisboa: ISSS.
- Snow, D., L.; Anderson, A. (1993), *Down on Their Luck, A Study of Homeless Street people*, Berkeley, University of California Press.
- Sousa, F.; Almeida, S. (2001). E se perguntássemos aos sem-abrigo?!! Satisfação e necessidades percepcionadas face aos serviços num abrigo de Lisboa, *Análise Psicológica*, 2, 299 – 312.
- Sposati, A. “*Mapa de Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo*”, Editora PUC-SP, São Paulo, 1996 (128p).
- Stark, L. R. (1992). *Barriers to health care for the homelessness*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- Stewart, A. J.; Steinman, M. Cauce, A. M.; Watanabe, H. & Hoyt, D. R. (2004) Vitimization and posttraumatic stress disorder among homeless adolescents, *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 43, p. 325-331.
- Teixeira, S. M. (2011). “*Sem-Abrigo - O Acompanhamento Institucional e a sua Repercussão no Quotidiano*”. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Thelen, L. (2006), *L'exil de soi, sans-abri d'iciet d'ailleurs*, Publications dès Facultés universitaires saint-Louis Bruxelles.
- Tiple, G., & Speak, S. (2005). Definitions of homelessness in developing countries. *Habitat International*, 29, 337-352.
- Toro, P. A. (1998) Research on Homelessness: Recent findings and the new frontiers, In A.S. Bellack & M. Hersen (Eds.), *Comprehensive clinical psychology*, Vol. 9, p. 119-135, New York, Pergamon.
- Toscano, M. F. C. (1993), “Dimensões Sociocêntricas dos Estudos Sociais em Torno dos Grupos Pobres”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, pp. 303-319.
- Triviños, A. N. S. 1987. “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais”: A Pesquisa Qualitativa em Educação”. São Paulo: Atlas.
- Vázquez, C. & Muñoz, M. (2001). Homelessness, mental health, and stressful life events. *International Journal of Mental Health*, 30 (3), 6-25.
- Xiberras, M. (1996), “*As Teorias da Exclusão*” – *Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Wright, N. M. J. & Tompkins, C. N. E. (2005). “*How can health care systems effectively deal with the major health care needs of homeless people?*”. Copenhagen. WHO Regional Office for Europe (Health Evidence Network Report).

Fontes Institucionais

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, disponível em:
<http://www.seg-social.pt>

Pobreza e Desigualdade na União Europeia. Explicativo EAPN *European Anti Poverty Network*. www.eapn.org.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Recontagem dos Sem-abrigo de Lisboa. Em:
http://www.scml.pt/pt-PT/destaques/recontar_os_sem_abrigo_em_lisboa/.SCML.pt.
(2015) “Contagem sem-abrigo” em: http://www.scml.pt/pt-PT/destaques/recontar_os_sem_abrigo_em_lisboa/

Segurança Social (2015). Instituto da Segurança Social, I, P. Guia Prático – Rendimento Social de Inserção.

http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAAaUKEwiHq977q5bJAhUCVBoKHbOvALE&url=http%3A%2F%2Fwww4.seg-social.pt%2Fdocuments%2F10152%2F15010%2Frendimento_social_insercao&usg=AFQjNGXUapaVGvsuyjmOg2oPwfUI0d8bQ.

EUROSTAT, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*, Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2015. Em:
http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_indicators_-_executive_summary.

Instituto de Segurança Social (2015). *Estudo dos Sem-Abrigo*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Legislação

Decreto –Lei n.º 365/1976, de 15 de maio.

Código Penal 1855. Lisboa: Imprensa Nacional.

Anexos

Anexo I



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Esta investigação decorre no contexto da realização, por parte do investigador, para conclusão do Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, da Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia.

Assim sendo, a entrevista será gravada para uma melhor compreensão dos factos para *a posteriori* ser transcrita.

Declaro que os procedimentos de investigação foram explicados e que todas as minhas questões foram de forma esclarecidas assim de forma satisfatória. Compreendo que a participação no estudo não apresentará qualquer tipo de danos pessoais.

Certifico que estou ciente das instruções e que tenho o direito a recusar participar e que a minha recusa em fazê-lo não terá consequências para mim. Compreendo que tenho a total liberdade em qualquer momento abandonar o estudo sem ter de fornecer qualquer explicação.

Assim, declaro que aceito participar nesta investigação, com resguardo da confidencialidade e anonimato e sem prejuízo pessoal de carácter ético ou moral.

Participante _____

(assinatura)

Lisboa, _____ de _____ de 2015.

Anexo II



UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADE E TECNOLOGIAS

ESCOLA DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA

PSICOLOGIA FORENSE E DA EXCLUSÃO SOCIAL

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Lisboa, _____ de _____ de 2015.

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

1. Idade: _____

2. Sexo: **M** _____ **F** _____

3. Nacionalidade: _____

4. Naturalidade: _____

5. Etnia: _____

6. Estado Civil:

Solteiro (a) _____ Casado(a) _____ União de Facto _____

Viúvo (a) _____ Divorciado (a) _____ Outro _____

7. Habilitações literárias: (escolha uma opção):

Ensino primário: _____

Ensino Básico (9º ano, completo/incompleto): _____

Ensino Secundário (12º ano, completo/incompleto): _____

Ensino Superior (completo/incompleto): _____ Qual: _____

Outros: _____

8. Situação perante a Lei do país: (se for estrangeiro):

9. Tempo de permanência no país (se for estrangeiro):

10. Tempo na situação sem-abrigo: Há quanto tempo está na situação de sem-abrigo?

11. Problemas de saúde: SIM _____ NÃO _____

Qual? _____

12. Algum vício? (Tabaco, álcool, drogas, etc.): _____

13. Condições de alojamento: (onde dorme, se é na rua, albergue, instituição)

Onde _____

14. Família: (se sim, Onde?)

Esposa/esposo: _____

Filhos: _____ Quantos: _____

Onde? _____

15. Faz algum tipo de trabalho? SIM _____ **NÃO** _____

Qual? _____

16. Recebe algum rendimento? (RSI, Pensão, Reforma, etc.)

Sim _____ **Não** _____

Qual? _____

17. Na sua opinião, qual a importância de um trabalho?

18. Gostaria de sair desta situação de sem-abrigo?

SIM _____ **NÃO** _____

Porquê? _____

19. Gostaria de ter um trabalho fixo? SIM _____ **NÃO** _____

Porquê? _____

20. Pretende ficar mais quanto tempo nesta situação “sem-abrigo”? E, porquê?

Agradeço a colaboração!!!

Anexo III

Sujeito 1, 53 anos, República Checa.

O encontro foi marcado para uma sexta-feira às 15:00 por e-mail, numa biblioteca pública em Lisboa, mas como não poderia fazer barulho na biblioteca, foi decidido para um outro lugar, um café indiano, para dar seguimento a entrevista.

Foi-lhe explicado o procedimento da investigação, foi-lhe dado o consentimento informado para assinar, para dar início à entrevista. Contou que estava mais ou menos 12 meses na rua, que veio da República Checa para montar um restaurante com amigos, mais 2 sócios, sendo que um deles sumiu com o dinheiro do negócio. Contou a mesma história que já havia contado numa reportagem que havia passado uns meses antes num telejornal.

A proposta da entrevista era deixar o entrevistado à vontade, falar a respeito da vida pessoal, da vida de sem-abrigo, o motivo que o levou para a rua e as consequências. Mas aparentemente o discurso não estava muito assertivo, pela noite anterior como relata que ingeriu bebidas alcoólicas. Começou falando de um amigo, que é seu companheiro, disse que ele é bem de vida, que tem uma família burguesa mas não sai da rua.

1-Sujeito 1: “Tenho muitas relações, desde sempre que não funcionou, e ela procura-o e traz o tabaco, e roupa e não sei o quê, não sei o quê, não lhe da dinheiro. Ela o procura (mãe). Posso dar o nome? O “fulano” (falou a respeito de um amigo sem-abrigo), sabe que há 30 anos não temos relações, não passo nesse palácio em cascais, eu só fui filho de uma burguesa, não sou burguês. Eu não vou la cuidar de um campo de ténis e limpar a piscina e isso e isso. Não é comigo isso, isso é muita economia, e não sei o quê. Não, não” (falou a respeito do amigo e a relação que o amigo tem com a mãe). Continuou... “Apurar essa aparência de dinheiro, e beber, mas beber dois cartuchos de vinho por dia, isso não é nada, esse vinho que não é vinho pá ai, é isso tem uma percentagem do álcool igual a esse sumo (risos). Eu estava sentado a ler e bebericar um cartucho de vinho porque é o mais barato, e claro, outros, se metem também viviam lá no seu cantinho, se metem na cocaína e isso já é outra questão, são malucos, porque fazem coisa e que já não são responsável por si, claro, metem cocaína (falou a respeito de outros sem-abrigo). Mas conheço outro sem-abrigo que mete cocaína e tal. Mas eu e o gajo (amigo), falamos de livros, filmes e música, e o gajo nunca o vi desorientado, e o vi muitas vezes, para dormir, vi o muitas vezes pumba, e pronto, e falamos de livros, de Cavo Canetti, e Garcia Marquez e Jorge Amado, livros de nossa brincadeira, nossa vida de criança. Um gajo na cocaína, cocaína, mas é toxicodependente, o gajo anda nisso já há 10 anos, é por

isso que já se orienta, já sabe quando e quanto, estavam lá, quando levam massinhas, gritando, frases sem pés nem cabeça, sem sentido, essa gritaria pá, só palavras grosseiras etc. (falou a respeito de outro sem-abrigo). Isso que queria dar a tua opinião do povo (sem-abrigo)”.

2-Investigador: “É o senso comum né, as pessoas não tem a ideia do senso comum, não sabem as causas que levam a isso.”

3-Sujeito 1: “Eu também tenho aqui uma cerveja que encontrei ontem no bairro alto, vou bebericar ela todo o dia, mas se eu não tivesse marcado encontro ficaria lá até às 18:30 tipo bebericando uma cervejinha. Estou farto de água, tipo, beber 3, 4 litros de água por dia. Desculpa lá, eu não sou bebé, eu sou homem de 53 anos de idade, e, duas, três cervejas, do país da cerveja, três, quatro cervejas por hora, não me fazem mal, todos os dias! (risos). Pois as cervejarias, não sei, mas nunca pegaram nenhuma pergunta, quando vejo uma cerveja assim (fez barulho de estourar) o gajo está lá para trazer cerveja conversando sobre literatura, e até os professores davam aulas nas cervejarias porque eram proibidos, então, eles mesmo bebiam, e pronto, pumba (falou sobre os professores do país de origem, que davam aulas em cervejarias).”

4-Sujeito 1: “Então ontem andando pelo bairro Alto ouço o hino checo, um grupo de alunos, do Erasmo, a cantar, uns checo e italianos, me juntei a eles a cantar, fiz amizades, combinei para hoje a noite encontrar com eles.”

5-Sujeito 1: “Onde eu ficava, já não posso mais, a Junta mandou limpar tudo, tirar os colchões, tirar tudo. «Aqui não pode ser mais, acabou aqui o albergue pá, pronto». Mas, o que faz um sem-abrigo, anda a procura de um colchão, Vida e Paz dá um cobertor, e recomeça noutra rua a mesma sena, isto não é solução! Proibir! Tabaco, serviço, tabaco, rua. Então, eu agora andando pelo barriqueador pelo Bairro Alto, fascinante, vejo trinco, eu vejo janela, a porta aberta, entrei. Não havia uma viva alma, só pombos, a merda dos pombos e tudo abandonado, livros, móveis, e subi mais um andar encontrei a cama, e cadeira, e tudo pá.”

6-Investigador: “Não tinha ninguém?”

Sujeito 1 R: “Não! Tinha tudo abandonado, imagina o que encontrei lá, um maço de Vitage, um cigarro francês que não está a venda há anos, custaram 400 escudos! E o maço estava assim, semiaberto, faltavam só 3 cigarros. Então quanto tempo a casa está abandonada? Se

está lá o maço que alguém não acabou de fumar, e comprou por escudos, e quando se paga com euro, eu não lembro.”

7-Investigador: “E, o senhor dormiu lá? Passou a noite lá?”

Sujeito 1 R: “Já, duas noites!”

8-Investigador: “Não apareceu ninguém?”

Sujeito 1 R: “Apareceu um senhor lá, com pessoas interessadas em comprar o prédio, e viu-me lá, eu estava lá sentado na hora, e me perguntou “o senhor dorme aqui?” disse “sim”, e continuou lá a mostrar o prédio não se importaram, não sei se era o dono, deve ser o dono pá. E, hoje quando saí, por trás há um rangido, por causa da sujidade, uma senhora que tem a loja ao lado corre pá, “então, não podes dormires aí” começamos a conversar eu disse “eu não incomodo ninguém” ela disse “não pode ascender uma vela aí vai provocar um incêndio”, eu disse “a senhora achas que sou parvo, vou ascender uma vela, primeiro, segundo onde vou arrumar uma vela, a senhora me empresta o dinheiro para comprar uma vela, não preciso de vela para usar, luz de dia posso usar, agora meio-dia vou à biblioteca, não faço mal a ninguém”, senhora disse “ah, ta bem”. Aí começou a falar comigo. Acabamos fazendo amizade.”

9-Investigador: “Viraram amigos! Daqui uns dias ela da uma vela para o senhor”

Sujeito 1 R: “Se for uma lanterna eu aceito (risos). A lanterna pública do edifício da luz no interior mesmo, senão, não conseguiria entrar lá.”

10-Sujeito 1 R: “Tenho uma filha, sei lá onde está, agora está na Tailândia (no momento da resposta do questionário, onde pergunta se tem filhos).

11-Investigador: “Tailândia? Tem quantos anos sua filha?”

Sujeito 1 R: “Tem 28, e ela faz trajes primeiro para teatros e depois para desfiles de modas.”

12-Investigador: “Estilista?”

Sujeito 1 R: “Ela projeta, costura e exhibe, e o marido é fotógrafo, e os dois tem uma “empresa” produz os trajes modernos e monta, ela própria os costuras, depois faz os desfiles, e o marido tira as fotografias então. Não tem uma vida mal (risos), não precisa de mim para nada, vive em Paris, em Madrid, agora passa férias em Tailândia. Onde? Não sei, responde

você (neste momento estava a responder o questionário). Quando precisa fazer um desfile vai à Paris, Berlin, Mongólia ou a Turquia. Ela representa seus próprios modelos, ela vive no mundo, como eu, quando antes de viver aqui, na Tchecoslováquia, 3 meses em Losvária, 2 meses em Praga.”

13-Investigador: “Recebe algum rendimento?”

Sujeito 1 R: “Por enquanto não, mas recebia 40 euros por mês da assistente social.”

14-Investigador: “Mas agora no momento não?”

Sujeito 1 R: “No momento não.”

15-Sujeito 1 R: “Como disse. Passei 3 meses no Algarve, tenho que renovar esse círculo burocrático outra vez pá, eu perdi a assistente social, foi-me oferecido o emprego, que trabalhei 3 meses nas obras com o martelo pneumático, mas o salário não o vi. Então perdi a assistente, me ofereceram emprego, arriscaram-me dar uma assistente social, como emprego, de subsídio social, é? Agora tenho que falar com a assistente, já é outra assistente, tem que ser de outro lugar, já não tenho mais etc, etc, etc, tem que recomeçar para ter esses 40 euros”

16-Investigador: “Na sua opinião qual a importância de um trabalho?”

Sujeito 1 R: “O salário. E contribuir ao bem-estar dos portugueses. O trabalho pra mim, é, trabalhar nas obras, por ladrilhos, por azulejos que eu também sei. Agora no Algarve vi o que fiz, nos ladrilhos, derrubei duas paredes e vi o resultado, e apareceu um pedreiro e outro servente, construímos outra parede com arcos e não sei o que, e vi como o edifício se transforma, muda de dez pouco. Porque quando fazia traduções técnicas, sobre provavelmente de Agulha, até agora não sei se alguém leu essa tradução. Era um trabalho, vaidade, das vaidades, traduzi 30 mil páginas, na época me entregava sacos plásticos, era máquina de escrever, entreguei a tradução, sei lá se alguém no Brasil leu ou não. Aqui vejo o resultado, contribuir para construção, reconstrução, da para participar, na construção de casa digamos, no caso concreto do Algarve, é o que gosto, se pôr lá ladrilhos e azulejos vejo la azulejo, se plantar uma árvore, ela cresce e da frutos é uma alegria, e além disso o rendimento, não preciso de cravar nada a ninguém, não preciso de procurar berro para afiar, posso comprar tabaco. Percebes?”

Sujeito 1 R: “Uma máquina de costura do ano de 1880, que é um trabalho como reparar relógio, é para mim fascinante!”

17-Investigador: “Conseguiu terminar essa?”

Sujeito 1 R: “Sim, sim. E, depois dava de comer aos porcos, eramos amigos já, só faltávamos abraçarmos, e quando aproximava com a comida já saltavam grunhidos”.

18-Investigador: “Tinha muitos animais ou só porcos?”

Sujeito 1 R: “Tinham 3 porcos e 2 cães, e galinhas, e galinhas também, é verdade. E pronto. Era jardineiro e depois comecei a trabalhar nas obras, porque era um sítio muito turístico, era para finalizar as obras para ser aberto em abril, então, 4 pessoas a trabalhar nas obras de segundas a domingos, e...”

19-Investigador: “Era um hotel?”

Sujeito 1 R: “Eram vários, em português diz-se baldeamentos turísticos, vários apartamentos turísticos.”

20-Investigador: “Tipo chalés?”

Sujeito 1 R: “Toda a arquitetura muito bonita, vi assim na reportagem, mas não consegui encontrar a reportagem. E depois quando se acabaram as obras ali, e o restaurante abriu, o bar abriu, os lugares para turistas, os apartamentos, já eram prontos para entrar. Começamos a trabalhar na reconstrução de uma casa 10 km do lugar onde residíamos. Aquilo era 12 km de Albufeira, uma vila funerária abandonada por Deus que tem 8 habitantes. E quando reclamei do salário, o patrão que praticava escravidão disse “tu tens cá comida, o que tu queres mais?”

21-Investigador: “O combinado, não foi casa, comida e um salário?”

Sujeito 1 R: “Não. Porque quando ele viu a reportagem quando eu estava na rua, escreveu, contactou a tvi, através da tvi contactou a Junta, o senhor (H...), e combinaram que daria emprego lá no espaço, que era dono de dois hectares não sei o que, alguns têm. Ele ofereceu-me um emprego nas obras.”

22-Sujeito 1 R: “Também quando cheguei lá, me pagou a viagem, esse senhor “ah, tens aqui sua residência, descansa, descansa, depois vamos conhecer espaço, não sei o quê, não sei o quê”, enquanto isso eu passeava, dava de comer aos porcos, eu já queria fazer qualquer coisa.

Pelo menos posso serrar a relva com a serralheira que faço desde os meus 5 anos de idade, com a serralheira, dos 6 anos, e pronto. Tava de vagarinho “descansa, descansa”. Fomos jantar fora, para ser bonito, para enganar, “queres tabacos” “sim”, então. Sentou-se no carro, arrancou e foi comprar cigarros na primeira vila, trouxe cigarro, tudo bonito, pra um Deus, um Jesus, pra eu pensar que me salvou”.

23-Investigador: “Nenhum mês ele pagou um ordenado para o senhor?”

Sujeito 1 R: “Não, não.”

24-Investigador: “Era só mesmo troca, casa e comida.”

Sujeito 1 R: “E quando eu precisar. Parecia que estava na prisão, não estou preso, por exemplo. Quando eu precisar de dinheiro, eu queria conhecer Albufeira, uma cidade turística, agora fora de época turística, posso passear a vontade, posso ir a biblioteca, para não me tornar um bárbaro aqui, porque não há livros, não há nada, não há civilização, só diário notícia mais nada, só 3 colegas, que tem até a 4ª classe que só falam do Benfica e Sporting, isso não me interessa, esta cantiga não é minha. O transporte de ida e volta à Albufeira custou 7,00 euros, então, fiquei em Albufeira com 3,00 euros, o dia todo com 3,00 euros, e já trabalhava. Depois, o patrão já mudou comigo, começou a gritar, disse “comida tem, tabaco tem, o que queres mais?” (falando relativamente do patrão), eu disse “vamos resolver de outra maneira, eu encontrei aqui uma casa abandonada, posso dormir lá e às 8:00 vou estar aqui, e o senhor me dá um salário, digamos que um salário mínimo que é 500,00 euros, e não vou comer aqui, eu não me satisfaço com uma bifana por dia, eu não vivo para comer como os portugueses, eu como para sobreviver, não preciso almoços opulentos, jantares opulentos, que custam, como diz o senhor, 15,00 euros, almoço 15,00 euros e jantar, não preciso de 30,00 euros por dia, e sim 3,00 euros, com 3,00 euros compro 6 carcaças e 1 lata de salsichas e estou satisfeito, então, dá-me um salário, eu vou, às 8:00, vou estar aqui a trabalhar nas obras e na outra vila” aí ele diz-me “sem cama e comida não há emprego, não há trabalho”, com esta frase ele certificou a escravidão, “se queres trabalho tem cama e comida, não resta nada mais”. Entendi mal? É isso! Queres trabalhar, tens que dormir aqui, comer aqui, para descontar e não te dar nada, é uma definição da escravidão para mim. Evidentemente lógica, não sou parvo. Para mim, foi a definição da escravidão, os escravos também tem comida. Podes ir aonde queres, mas de dia não posso ir lado algum, dava para fazer passeio a pé a primeira vila, que já conhecia de cor, uma vila há 2 km, para sair da gaiola pá, para falar com

outras pessoas, estar com elas, até tinha lá uma amiga, tinha máquina fotográfica e tudo, e pronto. Marcava lá encontro todos os dias às 18:30 só que as vezes o senhor, o “patrão”, veio busca-nos às 20:00, não tínhamos compromisso com ele, ele disse-nos “aqui não há horário, não podes ter compromisso, tens compromisso comigo”, eu disse “ah é assim? É, não sabia, então melhor ir embora, pá”. Arrumei minhas coisas e fui a pé à Albufeira, porque lá também há assistente social, são 12 km, eu disse, sou capaz de andar 50 km, lá vou encontrar a assistente social, explicar a situação, e pedir dinheiro para voltar à Lisboa, porque há civilização, porque lá na vila funerárias não há nada, 6/8 habitantes, e mais nada. Deus é onnipotente, e quando estava ao meio do caminho com a mala e a mochila, o gajo ía de Albufeira, viu-me a andar, pedi boléia, (o patrão) parou e disse “onde vais?” eu disse “ontem disse que iria embora hoje, vou embora, vou à Albufeira e logo se vê, vou à Lisboa pá, não aguento mais a guerra”, o patrão “senta, vou te levar até o terminal, vou te pagar o bilhete, pagar a camioneta, já que te paguei a camioneta de Lisboa para cá, vou também te pagar de cá para Lisboa, se queres voltar. E, aqui tens 10,00 euros para começar em Lisboa”. Foi o que ganhei por 3 meses, 10,00 euros. “obrigado, o senhor é um gentlemam.”

25-Investigador: “10,00 euros por 3 meses?”

Sujeito 1 R: “Sim, as vezes me dava 5,00 euros, isso paguei a viagem de Albufeira ida e volta, isso foi só, não podia comprar livros, nem nada pá, porque sem dinheiro não posso fazer nada, nem ir a um museu, nada, nada. Comecei a sentir que tornava-me bárbaro, isso não, não estudei 3 disciplinas para acabar numa aldeia sem civilização, para falar em Benfica e Sporting, isso não, desculpa lá, assim não. Isso foi a experiência com o emprego que foi me oferecido através da Junta, o senhor (H...) foi testemunha, ele foi o intermediário de facto, ele me apresentou esta carta (mostrou a carta), contactou a senhor, não sei o que, não sei o que, foi o senhor (H...) também que, quando cheguei, quando voltei, primeira pessoa que visitei foi o senhor (H...), para dizer o acontecido...”

26-Investigador: “Conversou com ele, senhor (H...)?”

Sujeito 1 R: “Sim. Para dizer, que acabou essa sena toda, passados esses 3 meses, e perdi a assistente social e tudo e tudo.”

27-Investigador: “E, se aparecer mais alguma proposta de emprego?”

Sujeito 1 R: “Já não vou ser parvo, se aparecer mais uma proposta, primeiro vai ser um contrato por escrito, nada de mãos dadas, não, não. Por escrito e salário, tudo definido, acordado, com assinatura do dono, eu fico com a cópia e ele já não pode brincar, eu vou ter a cópia do contrato, com o salário e tudo, e já ninguém pode me fazer de palhaço, isso não, a escravidão não. Essa experiência de facto foi boa e positiva, apesar de negativa, foi de facto positiva, porque já sei como agir, se alguém me oferecer emprego.”

28-Investigador: “Mais uma experiência adquirida.”

Sujeito 1 R: “Pois. Pensei, pá, vou trabalhar, sei lá, meio ano, um ano, volto com dinheiro no bolso e posso organizar minha vida em Lisboa, na civilização. Fui lá com o bolso vazio e voltei com o bolso vazio. Fiquei na mesma pá. Isso foi só um gesto da humanidade.”

Anexo IV

Sujeito 2, 59 anos, Brasil.

O encontro foi marcado em frente à uma igreja no centro de Lisboa, às 19:00 final do mês de Maio, num domingo. Foi aguardado por alguns minutos a senhora dentro na igreja, enquanto tinha uma missa, após 20 minutos a senhora chegou. Foi escolhido um banco do jardim, convidei-a para um café, mas preferiu no banco do jardim. Quando estava por acabar a entrevista, foi interrompida a conversa com o final da missa, o que chamou a atenção foi que o padre saiu para cumprimentar todos os fiéis. No mesmo instante em que o padre fecha a porta da igreja, os sem-abrigo que pernoitam ali, começavam a levar suas coisas para a escadaria.

1-Investigador: “Quer falar alguma/ressaltar alguma coisa sobre o questionário?”

Sujeito 2 R: “Bom, acho que está bem feito. Não tenho nada o que acrescentar, as perguntas foram bem-feitas. Se gostei? Sim.”

2-Investigador: “Quer falar sobre a situação de sem-abrigo? Estar na rua?”

Sujeito 2 R: “Agora vou falar. Quem está na rua dificulta voltar ao trabalho, ok? Quem esta na rua não consegue voltar ao trabalho, porque é difícil estar na rua e trabalhar, conforme eu disse-lhe, perdi muito trabalho por isso. E, o culpado disso tudo foi o primeiro culpado, foi o consulado, quando pedi para me ajudar pelo menos um mês ou dois meses até eu voltar ao trabalho, mandaram-me para Santa Casa, depois a Santa Casa disse-me o mesmo, que eu tinha que ser ajuda pelo consulado, que eu era brasileira, entende? Então, eu relato aí que o trabalho no caso, o mais importante naquele momento, não era o trabalho, já era a ajuda que eu não ficasse aqui, eu ficando aqui, eu perdi todo tempo, perdi todos os trabalhos que vieram na minha mão, inclusive até agora, foi para eu ir para uma pastelaria que é muito boa, a pastelaria é muito boa, e eu não poderia chegar atrasada, cheguei atrasada 25 minutos, não tive coragem de entrar porque, primeiro dia chegar atrasada 25 minutos, não dá mesmo coragem para entrar, não dá?”

3-Investigador: “Qual a importância do trabalho para você?”

Sujeito 2 R: “Então, a importância do trabalho é isso, que nós nunca cairíamos na rua, se tivéssemos um trabalho, porque esta vida não é vida para ninguém, especialmente para mim que nunca pensei em estar na rua, isto para mim esta sendo um horror, falar a verdade, um horror, e entre muitos que não gostam de ser assim. As pessoas falam “ah porque eles não

querem trabalhar, querem ficar na rua”, ninguém quer ficar na rua, todos gostavam de ter um trabalho, embora há quem quer tem o rendimento mínimo.”

4-Investigador: “Já recebem o rendimento mínimo.”

Sujeito 2 R: “Sim. Os que ganham o rendimento mínimo falam “as vezes não quero um trabalho porque se eu arrumar um trabalho com um contrato, o trabalho pode não dar certo e eles cortam o rendimento mínimo (RSI)”, eu já conversei com uns e sei que eles recebem o rendimento mínimo, e pode não dar certo. Já eu posso não dizer. Me perguntou qual a importância do trabalho, muito mais a importância do trabalho que o rendimento mínimo, porque nós fazemos descontos, coloquei aí, para nosso futuro.”

“E, com o rendimento mínimo a pessoa também está parada, pára no tempo e pára no futuro, é, também não ganhar valor que compensa, por isso a importância do trabalho, se relata a isso. Que além de estarmos de bem com a vida, porque o trabalho para mim me faz muito bem, sim eu fico abatida, além do trabalho fazer bem a nossa vida, nós nos sentimos bem, faz bem trabalhar, ainda temos dinheiro para resolvermos o que nós queremos, nossos problemas financeiros, e o importante que estamos a descontar, e lembramos que estamos descontando para nosso futuro. Deus me livre uma hora ou outra acontecer alguma coisa, se tem seguro também, meses, não queremos isso. É importante para nós, para o estado, é importante para tudo, né?”

5-Investigador: “Pretende sair desta situação?”

Sujeito 2 R: “Se eu quero continuar nesta situação? Não! Quero ir embora. Tanto que desanimei tentar ir para trabalho, situação daqui, perco trabalho. Então, já é melhor eu ir embora, estou dando um tempo, organizar minhas coisas, fechar as finanças, ver a segurança, isso tudo, e desistir de tudo e voltar para meu país, porque lá eu tenho outra vida, a minha vida lá não é essa.”

6-Investigador: “A sua família sabe que esta nesta situação?”

Sujeito 2 R: “Se sabem é por boca de outras pessoas. Sim, mas acredito que não. Porque a última casa que eu vivia, quando mando carta ou recebo alguma coisa, falo muito por telefone, vai para o endereço da minha irmã. A última vez que falei com minha irmã, as vezes deixo um espaço para não falar muito, não gosto de mentiras, como crente (religiosa), para dizer que estou bem, estou mal, estou isto, eu falo...”

7-Investigador: “Você não mente, você omite.”

Sujeito 2 R: “Não. Sim, omito, aí então a minha irmã disse assim “olha mas...” quando mudou o endereço, chegou uma carta lá, porque eu, nem tudo que falamos por telefone muita coisa é melhor falado na carta, alguma coisa que tem que ser resolvido ali, vamos dar um exemplo, minha mãe que faleceu, tem ali alguma coisa para resolver, então mando por carta...”

8-Investigador: “Quando sua mãe faleceu, você estava aqui?”

Sujeito 1 R: “Sim, estava.”

9-Investigador: “Tem quanto tempo?”

Sujeito 2 R: “Têm mais de quatro anos. Então, quando fala, falar por telefone a pessoa pode gravar, mas por carta vai olhar “vamos fazer assim, assim porque ela escreveu assim”, então, a minha irmã a última vez que mandei a carta ela perguntou “não tem aí um telefone para falar consigo?”, por isso eu deixo de falar, entende? Por dois motivos. Porque agora você vai me ouvir, dois motivos, porque se eu tiver uma má notícia da família, sofro dobrado, porque estou numa situação difícil, mata-nos aos poucos, e, se a pessoa que esta nesta situação, recebe uma má notícia, morremos, infelizmente, a minha mãe faleceu não tive jeito de eu ir, não é tão difícil isso, isso não é fácil de ir de imediato, final de ano, mas eu estava trabalhando, se não tivesse, tinha sofrido muito mais mesmo”.

10-Investigador: “Foi o que ocupou sua cabeça.”

Sujeito 2 R: “Foi o trabalho, eu estava a trabalhar, na empresa, que entrei, como auxiliar de médica, uma senhora que sofreu AVC. Eu estava a tomar conta dela, o filho viajou, passando dificuldade, deixou a mãe comigo, e a mãe muito simpática, até fui tratada como uma filha ali, seguiu ali, o filho muito querido. Quando soube que minha mãe faleceu, não tive ninguém para me dar apoio como da minha família, eles que me deram, sabe, com eles que me senti bem, já pensou se eu tivesse aqui? Morreria mais, se eu tivesse aqui, aí sim que eu iria morrer mais, né?”

11-Investigador: “Se trabalhou... ficou quanto tempo no trabalho/emprego?”

Sujeito 2 R: “É sim, como é pela empresa, não sei se você sabe como é pela empresa?”

12-Investigador: “Terceirizado?”

Sujeito 2 R: “É, a empresa contrata-nos, e pega o cliente, eu fiquei até o tempo que a empresa terminou, depois disseram-me que a senhora disse que tinha saído da empresa, aí eu fui e saí do emprego, ligaram-me para dizer, até interessante, disseram “olha dona “sujeito 2”, a dona “M...” não esta mais na empresa”, só que a dona “M...” não me disse nada e eu continuei a ir, e o filho não me disse nada, então, eu falei “o dona “M...”, ele viajou, eu não sei se ele desistiu da empresa”, no íntimo, eu não entendi muito bem não, a empresa disse para eu ir que eu trabalho para mim. Acho que na realidade ela queria me tirar da empresa, só que ela não falou, eu saía, me davam contrato eu saía. Porque a empresa não importa se eu saio de lá ou se não, tem outro cliente eu fico sem trabalho. Se ela falasse “não, “sujeito 2”, meu filho viajou, perdeu emprego, não quer continuar comigo?” Olha, eu ficava, se me desse o contrato eu ficava lá, infelizmente só disse “fica até final de semana comigo”. Depois eu fiquei desconfiada comigo, se eu ficasse, ou desistir da empresa.”

13-Investigador: “Quanto tempo ficou?”

Sujeito 2 R: “Dez meses fiquei. Falei, falei, fiquei dez meses, pelo que contei, parece que fiquei dez meses.”

14-Investigador: “Ficou um bom tempo.”

15-Investigador: “Situação de legalização...se esta legalizado?”

Sujeito 2 R: “Ah, é assim, vou explicar, já vim com emprego arrumado para cá, mas não deram contrato, a família não deu contrato, saí de lá para poder ter contrato, um não dava, outro não, outro não dava, porque souberam que estrangeiro dá problema, então, o que eu fiz, o trabalho no chinês não compensa. Então, a empresa me chamou para trabalhar na empresa, eu não entendo o que é recibo verde, disseram-me “olha é com recibo verde”, com certeza, eu já tava empregada. Aí só com recibo verde, eu disse “não faz mal, pode ser com recibo verde”, aí fui trabalhar sem entender o que é isso. Não entendo, eu queria trabalhar, ganhava 800,00 euros né. E, acontece que depois dei entrada para legalização, quando o SEF ligou para mim, dizendo que era para eu levar três meses da segurança (é isso?), eu não tinha descontado, porque nós temos isenção de um ano. Aí não tinha o desconto, o SEF disse-me “quando descontar você vem”. O que acontece “quando descontar você vem”. Mas a forma de trabalho, vem, com isto fiquei um tempo fora de trabalhar, eu fechei o trabalho nas

finanças, mas ao fechar, tinha uma dívida que eu não sabia. “Você nunca trabalhou com recibos verdes? Você conhece isso no Brasil?”

16-Investigador: “Não. Os casos que conheci, dificilmente conseguiram, o cartão de residência, principalmente pela primeira vez através de recibos verde.”

Sujeito 2 R: “Então, o SEF disse para mim “pode vir”. Quando não paga a segurança não se legaliza, aí que veio o pior. É para abrir, tive que reabrir, aí uma empresa queria me contratar, aí que começou a dívida com a segurança, com as finanças, agora não sei se pode, se me pegar agora tenho que pagar um alto preço, dívida, tem que pagar, tem que estar a trabalhar, tem que...”

“Os policiais me pegaram sem documentos, me mandaram para juíza, a juíza me liberou, porque trabalho com recibos verde, entende? E, a juíza me liberou, e o SEF, a medida que libera “você ta liberada você tem a permanência para tratar suas coisas, de tudo”. Era o que eu queria. Mas, também, não me mandaram embora porque fui liberada pela juíza”.

17-Investigador: “Pedi ajuda para voltar para o país de origem?”

Sujeito 2 R: “Não. Não, pedi. Porque acho que nada se compensa, né? Você sabe que eles não dão nada, não ajudam ninguém, verdade, sei que eles não ajudam, que eles dão um valor para pessoa ir, que não pode voltar mais, que quando chega lá tem que pagar novamente, né?”

18-Investigador: “Isso não sei.”

Sujeito 2 R: “Não compensa, todos dizem que não compensa. Porque, eu olho, disseram para mim, não é motivo que não compensa, se for para eu ir peço para minha família pagar, não é preciso eles me ajudarem, para eles pagarem eu chegar lá e ter que devolver, se um dia eu tiver que voltar aqui eu voltava, que ajuda é essa? “Olha, você veio e tal, agora paga-nos”, pagou e tal, agora quero voltar, quando quer voltar, volta, isso não é ajuda.”

19-Investigador: “Outro dia a senhora comentou que estava querendo ir embora nos próximos meses.”

Sujeito 2 R: “Sim, é como expliquei, não tem como trabalhar estando aqui. Entrei às 16:00 até às 22:00 mas, aqui não dorme bem, o trabalho em bar é pesado, trabalhar a noite sem dormir durante o dia não tem como. Também saio muito cedo para estar lá às 8:00 horas onde

vou trabalhar, vou para Picheleira me lavar, tomar banho, não vale a pena. Já vi que estando na rua não vale a pena. É melhor desistir, desistir e ir embora”.

20-Investigador: “Antes de viver na rua, vivia onde? Quarto? Casa?”

Sujeito 2 R: “É, quando vivo como interna, fico dia e noite, fico como auxiliar de médico na casa. Quando faço só durante o dia, alugava um quarto, só quando estava a trabalhar, de última tinha meu quarto seguro, só quando trabalhava aqui perto, não tem coisa melhor!”

21-Investigador: “As pessoas deixam você guardar as coisas no quarto?”

Sujeito 2 R: “Não é que deixam, é que a senhora guardava, fui lá buscar roupas, eu tenho lá, a senhora guardou lá para mim máquina de fazer café, de chá, móvel de sala, do quarto, e alguma coisa que tinha de guardar, guardei, deixei mala de roupa, busquei uma mala, deve estar lá outra, tem lá roupa de cama, tive um quarto muito arrumado, tinha cortina, tapetes, coisas do quarto.”

22-Investigador: “Sente saudades/falta de estar num quarto/casa?”

Sujeito 2 R: “Do quarto? Sinto, mas sinto saudades mais do Brasil! É claro que é do Brasil!”

23-Investigador: “Há quanto tempo está sem ir?”

Sujeito 2 R: “Dez anos, nunca saí de Portugal para ir, só vou para o Brasil agora só se for para ficar, dez anos e não têm saudades?! Pelo tempo que estou aqui, da muitas saudades”.

24-Investigador: “É muito tempo sem ver a família.”

Sujeito 2 R: “É muito tempo especial.”

25-Investigador: “O que você tem lá, irmãos? Sobrinhos? Quantos irmãos?”

Sujeito 2 R: “Éramos 10, somos 9, 8 irmãos e 2 irmãs. Saudades dos meus irmãos, saudades dos meus sobrinhos. Os meus sobrinhos que deixei pequenos já estudam todos, já não tem nenhuma criança.”

26-Investigador: “Você não teve filhos?”

Sujeito 2 R: “Não! Nunca casei! Igreja, aí só com Deus! Não tive filhos, meus sobrinhos são como filhos.”

27-Investigador: “Por que não quis casar?”

Sujeito 2 R: “Porque eu não quis? Acho que não é brincadeira! Olha, é assim, eu sempre olhei muito, antes de ser evangélica, tenho muito, muito medo, depois de evangélica, também tenho, olhava muito se ele andava certinho com Deus, como eu quero, muito difícil. Eu não ligo também, gosto muito de estar com Deus, como diz lá no Brasil ... “Quem casa não pensa, quem pensa não casa”, não é verdade? Acho que eu penso muito, é isso!”

28-Investigador: “Minha avó dizia muito isso, que eu pensava muito para casar...”

Sujeito 2 R: “Ta vendo? Quem casa não pensa, quem pensa muito não casa”. Eu penso muito, mas eu acho também que, não é bom a pessoa ficar sozinha para sempre, né? Acho que não, né? Sei lá, eu me sinto bem com Deus, mas eu não sei, não sei o futuro de tudo, olha Deus sabe, eu não tenho medo também de ficar sozinha.”

29-Investigador: “Namorado? Ex-namorado?”

Sujeito 2 R: “Não! Namorado não tenho não”.

30-Investigador: “Não arruma de vez em quando?”

Sujeito 2 R: “Não, tive um aqui, namorei com um cantor evangélico, cantava música, iria gravar o 2º CD, era vocalista, eu pensei em casar com esse só, depois não deu. Aparece um de vez em quando, um é novo, outro é isso, outro não é da igreja, cada um tem um problema para mim. Um não da porque é novo, vai arrumar outras pra lá, outro porque não é da igreja, pode me trair, eu penso de mais, parece mas, agora tem um ali em cima, brinca comigo.”

31-Investigador: “Tem que deixar um pouquinho o medo de lado e arriscar, quem sabe no arriscar dá certo.”

Sujeito 2 R: “Ta bem! Vou nessa! Quem sabe não dá certo mesmo! Tem que da certo né! Mas é assim mesmo, você falou quem sabe dá certo, tentar mesmo, eu acho, eu sou a favor do casamento, acho que a pessoa deve casar, mas eu sou a favor do casamento, a pessoa deve casar e ter filhos.”

34-Investigador: “O que você pensa/pretende para seu futuro? Aqui ou em outro local/país?”

Sujeito 2 R: “Ai Jesus! Fecha um entre aspas, o que eu pretendo, vou dizer a verdade, não vou falar porque não sei se o futuro que penso chego lá. É alguma coisa que está entre

parenteses, entende? Então, isso que esta entre “...”, não vou dizer isso, o que pretendo, pretendia, ou pós, não sei. Agora, fora isso, meu futuro é ir para o Brasil, continuar a vida na minha área, continuar com Deus, e trabalhar na obra de Deus, que eu gosto, pregar o evangelho, cantar, é isso, estar com minha família, no lar de Deus, isso que eu gosto. Nossa vida não importa, mas não me sinto em baixo por isso, estando com Deus não se sente em baixo e nem mal”.

35-Investigador: “Não é atingido.”

Sujeito 2 R: “Não! Não me atinge em nada!”

36-Investigador: “Depende a situação, se tem fé, se tem uma crença, não se sente atingido.”

Sujeito 2 R: “Se tem fé não! Não, porque eu penso assim, olha dentro de 10 horas ou 12 horas minha vida já mudou, eu no meu país, lá tenho outra vida! Eu tenho casa, eu tenho irmão que tem comércio, eu trabalho com ele, não é essa vida minha, entende? É fase, é passagem, embora que eu não queria, eu não escolhi isso para mim, mas Deus permitiu, não permitiu? Deus permitiu, eu aceito! Quem sabe através disso que ele vai me fazer algo no futuro, ou talvez desfaz por Deus.”

(Neste momento a entrevista foi interrompida com o final da missa, a saída do padre da igreja, o padre a cumprimentar os fiéis na escadaria da igreja).

Sujeito 2 R: “Outra coisa, o aparelho dos meus dentes, você perguntou o que pretendo, quando voltar ao Brasil, arrumar os dentes, o aparelho estragou meus dentes, pretendo arrumar quando eu voltar, eu parada tenho que continuar também, entende?”

37-Investigador: “O padre é jovem! Entrei na missa, fiquei 20 minutos e saí.”

Sujeito 2 R: “Os padres são simpáticos, não são estúpidos, são educados, acho que é missa de ucranianos, tem missa de ucranianos e de portugueses. Ontem lavaram isso tudo de cima a baixo, de mangueira.”

38-Investigador: “Agora quando acaba a missa vocês arrumam suas coisas, você e dona E...?”

Sujeito 2 R: “Arrumo. Sim, eu a “E...”, esse senhor, e aquele casal também (indicou um senhor sentado próximo e um casal), vem de vez em quando, porque esse casal tem ajuda,

vem de vez em quando, eles ficaram aí, quando eles ficam na casa da sogra, gostam o dinheiro lá, cento e tal euros, fora dos pais, aí se descontrolam, e vem ficar aqui, descontrolam e voltam, igual eu mesma, descontrola e volta, isso é nossa história, entende? Não brinque com essa vida, isso não presta! Acha que eu pensava no Brasil que iria passar por isso? Misericórdia! Sabe, a bíblia tem uma parte que fala assim... “isso, isso, tive fome não me deste de comer, tive sede não me deste de beber, fui estrangeiro... pensei... “ah, isso não passo” não imaginava que iria para um país fora, eu pensei lá na garagem da minha mãe “isso aí nunca chego lá” nunca imaginava que vinha passar por isso, e passa tranquilo. O mal é que eu fico nervosa, eu sou muito nervosa assim.”

39-Investigador: “Tem que tentar sair.”

40-Investigador: “Já recorreu para receber o RSI?”

Sujeito 2 R: “Ah, não. Quando fui, não te falei? Quando fui ao consulado “vai na Santa Casa”, na Santa Casa “vai para o consulado”. Eu dei entrada realmente, dei entrada, pagava-se para voltar a trabalhar, mas não deram. Dei entrada, negaram, não deram ajuda. Mandaram carta dizendo que eu não tinha direito, uma carta lá dizendo que eu não tinha direito, que eu não tinha descontado. Será que é só para quem desconta, só?”

41-Investigador: “Não.”

Sujeito 2 R: “Não, negaram, olha, dei entrada, negaram, dei uma vez, negaram, mandaram a carta, voltei, não, não deram. Não é fácil eles darem isso. Também não queria sempre, queria só até pagar um quarto, até voltar ao trabalho. E a senhora deixou eu ficar um mês lá, fiquei um mês sem pagar, a senhora não queria que eu saísse, mas também não poderia, também não pagava a casa, último ano para pagar. É, fiquei um mês, andei, andei tanto, cansava e não conseguia emprego durante um mês, parece que é Deus mesmo que deixou provar, porque Deus quando não quer, porque Deus quando quer uma coisa ele faz, oxe. Mas eu andava, deu um mês, eu vou arrumar um trabalho e não consegui. Hoje o trabalho vem na minha mão, a fé está maior, o trabalho vem na minha mão, tempo que estou aqui, o contrário esta vendo como são as coisas? Uma hora não veio, estava lá no quarto, outra hora as coisas vem, eu estou aqui!”

42-Investigador: “Faz algum tipo de atividade/trabalho para ganhar dinheiro para se manter?”

Sujeito 2 R: “Quando arrumo alguma coisa cuido de idosos, vendo algumas coisas na feira da Ladra, as vezes ganho coisas e levo para vender lá e fazer um dinheiro para mim, para comprar minhas coisas que preciso.”

Anexo V

Sujeito 3, 39 anos, Português.

O encontro foi marcado às 20:00 horas em frente a igreja no centro de Lisboa, num domingo, início de julho, através da senhora sujeito 2. Esperei o senhor arrumar suas coisas assim que acabou a missa, com uma das pernas partida até ofereci para ajuda-lo, mas não quis, disse que já estava acostumado com esta rotina. A entrevista ocorreu na escadaria da igreja. Como é normal homem falar menos que sexo feminino, depois que o gravador era desligado o entrevistado acabava por falar mais.

1-Investigador: “Quer falar alguma/ressaltar alguma coisa sobre o questionário?”

Sujeito 3 R: “Acho bem, para saber o que se passa na rua, acho interessante saber da miséria que passa na rua, ninguém dá valor.”

2-Investigador: “Quer falar sobre a situação se sem-abrigo? Estar na rua?”

Sujeito 3 R: “A minha situação foi que, zanguei-me com meus pais, zanguei-me com minha família, vim para rua, perdi emprego, perdi tudo, depois cai na miséria da droga, tive recaídas mais que uma vez, e agora já estou bem, já tive no tratamento da metadona. Quero seguir minha vida para frente, arranjar um emprego, quem sabe arranjar uma mulher, fazer a minha família e conquistar a minha família de novo.”

3-Investigador: “E conseguiu fazer o tratamento direitinho para se livrar das drogas?”

Sujeito 3 R: “Sim, sim. Do princípio ao fim, sem tocar em mais nada, tudo, tudo certo mesmo até o fim.”

4-Investigador: “Que bom! Parabéns!”

5-Investigador: “Pretende sair desta situação?”

Sujeito 3 R: “Sim, sim. O mais rápido possível sair disto”.

6-Investigador: “Qual a importância do trabalho para você?”

Sujeito 3 R: “Oh pá. A importância do trabalho para mim, é ter um trabalho certo, ter contrato, trabalhar, porque gosto de trabalhar, e conquistar as coisas que sempre sonhei, tirar minha carta de condução, ter minha casa, isso tudo”.

7-Investigador: “Ter uma vida digna!”

Sujeito 3 R: “É!”

8-Investigador: “A sua família sabe que esta nesta situação?”

Sujeito 3 R: “Não, não. Não sabem, e também não queria que soubessem.”

9-Investigador: “Eles são de cá, de Lisboa?”

Sujeito 3 R: “Não, não. São de Cascais, estão em Cascais.”

10-Investigador: “Todos esses anos, esses 15 anos que estas na rua, eles nunca desconfiaram, nunca ficaram sabendo?”

Sujeito 3 R: “Não, não. Chegaram a telefonar para mim quando sabiam o outro número de telefone, depois fui mudando de números, sei o contato deles, sei onde moram, mas nunca mais ouve ligação nenhuma.”

11-Investigador: “Quanto tempo não fala com eles?”

Sujeito 3 R: “Vai pra aí uns 9 anos, 8 ou 9 anos.”

12-Investigador: “Antes de viver na rua, vivia onde? Quarto? Casa?”

Sujeito 3 R: “Já tive nuns quartos sempre a pagar quando tive a trabalhar, depois vinha para rua quando o trabalho acabava. Agora sempre na rua, casas abandonadas. Como agora última vez, uma casa abandonada, desci de lá eu mais dois amigos também ali a dormir, há uma semana, casa abandonada com água e luz já se passava quatro anos.”

13-Investigador: “Casa abandonada com água e luz?”

Sujeito 3 R: “Sim, com água e luz, conseguimos meter água, quase quatro anos, apareceu lá os donos com a polícia e disseram “tem que sair daí”, no fim de quatro anos, tínhamos máquina de lavar, micro-ondas, tudo, tudo montado, DVD, computador, tudo, tudo.”

14-Investigador: “Sente saudades /falta de estar num quarto/casa?”

Sujeito 3 R: “Então não sinto!? Ter a minha casa, minha casa de banho, minha cozinha, ter o meu duche, meu chuveiro, então não sinto saudades, chegar a casa e deitar-me e coisa.”

15-Investigador: “Faz algum tipo de atividade/trabalho para ganhar dinheiro para se manter?”

Sujeito 3 R: “Faço, faço, é pintar. Agora não posso, vou ver se agora pinto um quarto, depois ajudo num café a montar a esplanada, ajudo a fazer as compras ao pingo doce, aí dão-me almoço e jantar, depois dão-me mais 10,00 ou 15,00 euros ao fim do dia, da para comprar o tabaco, comer e comprar minhas coisas.”

16-Investigador: Já recorreu para receber o RSI?

Sujeito 3 R: “Já, já. A assistente Social disse-me que tenho que tratar de uns papéis, já não sei o que, pois zinguei-me com ela e não preciso, eu luto-me sozinho mesmo.”

17-Investigador: “Desistiu?”

Sujeito 3 R: “Desisti. Tento lutar, não resolveram nada, estou farto de ir lá, pedir ajuda para arranjar um quarto e dizem que não “*não, não posso, não há ajudas para quartos*” saber que ela ajuda para outros quartos, outras pessoas.”

18-Investigador: “O que você pensa/pretende para seu futuro? Aqui ou em outro local/país?”

Sujeito 3 R: “Eu não sei assim o futuro. O futuro é complicado nesta vida, pensar no futuro, tem que pensar no dia de amanhã, hoje já passou mais um dia, não sei, só se fosse um milagre se arranjasse um trabalho, uma casa aí, conquistar... os sonhos que eu tenho.”

19-Investigador: “Quais são seus sonhos?”

Sujeito 3 R: “O que acabei de dizer... tirar minha carta de condução, ter minha família, conquistar minha família nova e tentar conquistar minha família que eu tenho.”

20-Investigador: “Se trabalhou... ficou quanto tempo no trabalho/emprego?”

Sujeito 3 R: “O último emprego que tive era de pintor, andava a pintar, bate chapas, era pintor de auto e bate chapas. Tive para aí uns 5 anos de bate chapas e pintor de auto, tenho curso de pintor, era numa oficina, era fazer tudo numa mecânica, pintor de carros, bate chapas. Gostava muito desse trabalho. A minha profissão, também tenho diploma, sou mesmo oficial.”

Anexo VI

Sujeito 4, 53 anos, Português.

Entrevistei o senhor sujeito 4 na escadaria da igreja. Por volta das 21:00 horas. Era o que falava menos. Mais calado, mais curtos nas respostas. Mas, da mesma forma que o outro, quando foi desligado o gravador, falaram mais, principalmente na revolta que sentem pelas instituições, por não receberem apoio. Pelas inúmeras tentativas de pedidos de ajuda e são negados.

1-Investigador: “Quer falar alguma/ressaltar alguma coisa sobre o questionário?”

Sujeito 4 R: “Achei as perguntas essenciais, penso eu, dentro do que quer saber, acho isso.”

2-Investigador: “Quer falar sobre a situação se sem-abrigo? Estar na rua?”

Sujeito 4 R: “Não é uma situação agradável, o que levou-me, foi uma série de situações, é, perdi o emprego, depois foi o divórcio, a separação, e pronto, foi tudo seguido.”

3-Investigador: “Pretende sair desta situação?”

Sujeito 4 R: “O mais depressa possível. Desde que tenha situação para isso.”

4-Investigador: “Qual a importância do trabalho para você?”

Sujeito 4 R: “Muita, para qualquer pessoa acho que deve ser. Sem trabalho não há dinheiro, sem dinheiro não se faz nada. A importância do trabalho, acho, que é bom para toda gente. Com calma, as pessoas têm que trabalhar porque não conseguem as coisas mais elementar.”

5-Investigador: “A sua família sabe que estas nesta situação?”

Sujeito 4 R: “Algumas das pessoas.”

6-Investigador: “Quem, por exemplo?”

Sujeito 4 R: “Meus tios, meus primos.”

7-Investigador: “E eles, não... O senhor nunca pediu ajuda, recorreu um tipo de ajuda a eles?”

Sujeito 4 R: “Não, não. Dou-me bem com eles todos. Não recorro ninguém da família. Vou lá almoçar quando me apetece, mesmo assim quando me apetece.”

8-Investigador: “Antes de viver na rua, vivia onde? Quarto? Casa?”

Sujeito 4 R: “Não, vivia numa casa. Quando estava casado obviamente tinha que viver numa casa, depois quando me separei fui viver pra casa da minha avó, entretanto minha avó morreu, teve que se entregar a casa ao senhorio. Depois tive uns tempos em casa do meu pai, tive a tomar conta dele, entanto, ele foi para um lar e eu vim para morar na rua.”

9-Investigador: “Sente saudades /falta de estar num quarto/casa?”

Sujeito 4 R: “Claro! Sem dúvida! Isso não é vida para ninguém, estar a dormir na rua, isso não leva a nada.”

10-Investigador: “Faz algum tipo de atividade/trabalho para ganhar dinheiro para se manter?”

Sujeito 4 R: “É que, quando aparece faço, não é negado, quando aparece faço, também não é, são coisas que não aparecem sempre.”

11-Investigador: “O que o senhor faz quando aparece?”

Sujeito 4 R: “O que for.”

12-Investigador: “Já recorreu para receber o RSI?”

Sujeito 4 R: “Não. É assim, eu já. Só que as burocracias deste país são enormes, e então, a primeira vez que recorri para o RSI, foi através da Santa Casa, o que acontece, as cartas do..., tive que me inscrever no centro de emprego etc, e pronto. Quanto estava para entregar os papéis, é, veio uma carta do centro de emprego a dizer para eu lá ir, hora como é óbvio, uma pessoa não pode passar a vida dentro da Santa Casa. As cartas vão para lá e trazem o prazo de dois dias para gente apresentar-se lá no sítio onde eles mandam. Hora como é óbvio, as cartas chegam lá, eles nem se quer fazem um telefonema à avisar que a carta esta lá no centro de emprego. Primeira vez fui lá, fui suspenso três meses por não ter ido lá, coisa, não pude apresentar o RSI. Da segunda vez passou-se exatamente a mesma coisa, e pronto, fui lá ao centro de emprego outra vez, passou-se a mesma coisa, fui lá falar com a diretora para ver se resolvia o assunto, ela disse que não poderia fazer nada, e eu disse que la não era o centro de emprego e era o centro de desemprego, e não tratei mais.”

13-Investigador: “A pessoa vai atrás de ajuda e não consegue, não tem resposta.”

Sujeito 4 R: “Não cabe na cabeça de ninguém, o primeiro erro, o primeiro erro até não é da Santa Casa, o primeiro erro é do centro de emprego mandarem as cartas para Santa Casa para dois dias, isso não cabe na cabeça de ninguém.”

14-Investigador: “Uma limitação para pessoa não correr atrás.”

Sujeito 4 R: “Exatamente. E, a segunda culpa é da Santa Casa, também porque não faz um telefonema a dizer que está lá no centro de emprego, eu fiz isso e dei a morada da Santa Casa e poderia ter dado “n” moradas, dei da Santa Casa porque foi a assistente social que me pediu para dar a morada de lá, que era mais rápido de resolver as coisas, resultado, mais rápido não, não resolvi nada, não é?”

15-Investigador: “O que você pensa/pretende para seu futuro? Aqui ou em outro local/país?”

Sujeito 4 R: “Falar sinceramente, estou a ver as coisas muito negras, o que quer dizer que não fique mais claras, mas, mas neste momento não estou a ver grandes expectativas, isso não. E, como está o mercado de emprego em Portugal ainda pior. Não anda e nem desanda. E não se vê em tempo curto melhoras. Não vejo assim grandes expectativas, pedir já também não ajuda. Nem as pessoas mais novas conseguem arranjar emprego, daí ainda é muito mais difícil.”

16-Investigador: “Depois tem essa limitação da idade.”

Sujeito 4 R: “Exato. Pois, o que eu digo, não vejo grandes expectativas das coisas melhorarem a curto prazo. É como digo, é um totoloto!!”

17-Investigador: Se trabalhou... ficou quanto tempo no trabalho/emprego?

Sujeito 4 R: “Trabalhei em vários empregos, desde segurança, já fiz de tudo”.